



**FLUC** FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DEPARTAMENTO  
DE GEOGRAFIA

**CLÁUDIA MARIA FURTADO PAULO**

**GEOGRAFIA FÍSICA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO  
MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA - BENGUELA (ANGOLA)**



**UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS  
COIMBRA 2011**

**CLÁUDIA MARIA FURTADO PAULO**

**GEOGRAFIA FÍSICA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO  
DA BAÍA FARTA - BENGUELA (ANGOLA)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA FÍSICA, AMBIENTE E  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, APRESENTADA À FACULDADE DE  
LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, SOB A ORIENTAÇÃO DO  
PROFESSOR DOUTOR LÚCIO CUNHA.**

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS  
COIMBRA 2011**

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho primeiramente à Deus, Pai Todo-Poderoso, pelo dom da vida concedido.*

*À minha querida família e amigos, por todo o contributo, compreensão e carinho demonstrados durante o período em que estive envolvida tão profundamente com a investigação.*

*Com o contributo à memória de meu pai Daniel Paulo, meu irmão Hipólito Paulo e minha avó Cecília Tavares Freire.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Uma dissertação, apesar do processo solitário à que qualquer investigador está destinado, reúne contributos de várias pessoas. Esta afirmação, reside no facto da plena convicção de mais uma vez ter vivenciado esta experiencia. Assim, tomo a liberdade de endereçar os meus profundos e eternos agradecimentos:*

*Ao Professor Doutor Lúcio José Sobral da Cunha orientador da dissertação pelo apoio prestado, a partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho e pela nobreza da pessoa que é, como ser humano e por compreender as dificuldades do ser humano tendo em conta diversos factores. Acima de tudo, muito obrigada por me acompanhar sempre nesta difícil jornada e por motivar o meu interesse pelo conhecimento; pela força e coragem nos momentos mais difíceis em que a esperança parecia não ser vista ao fundo do túnel.*

*Desde o início do Mestrado, a concessão da Bolsa de Estudos de instituições como o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e Instituto Nacional de Bolsas de Estudos de Angola (INABE), jogou um papel fundamental para o alcance dos objectivos preconizados, sem os quais esta investigação não teria sido possível.*

*Aos Directores Geral e Adjunto do Instituto Nacional de Bolsa de Estudos de Angola (INABE), Jesus Baptista e Mateus Ferreira de Almeida, pela concessão da bolsa no sentido da aquisição de conhecimentos e posterior aplicação para a contribuição e engrandecimento de Angola e por todo o auxílio prestado.*

*Aos Doutores Cipriano Sousa, Gabriel Martinho e António Chissingui, pelo apoio e partilha dos conhecimentos.*

*Ao meu grupo da Licenciatura, Dr. Borges Job e Dra. Urânia Neves, pelo incentivo e perseverança para continuar a falar sobre o Município da Baía Farta.*

*Aos meus amores e queridos filhos Dilman Ribeiro e Lumena Ribeiro por toda a ausência e perdão pelos momentos em que não os pude acarinhar, compreender e ajudar...*

*À minha querida e inesquecível mãe Josefa Furtado, cujo esforço é imensurável, para que este feito fosse um êxito, bem como a transmissão dos seus conhecimentos desde tenra idade para ultrapassar todos os obstáculos independentemente, das*

*circunstâncias em qualquer lugar do planeta, enaltecendo desta forma, o papel abrangente da Geografia para a vida do ser humano.*

*Aos meus irmãos Matilde Paulo Quinta, Hélia Paulo, Lia Paulo, Emanuel Paulo, Jamba Massanga, Laura Zombo, pelo carinho, compreensão, força e coragem transmitidos.*

*Às minhas primas em especial à Ana Maria Furtado, Lúcia Furtado, Maria do Carmo Furtado, Lídia Furtado, Paula Furtado e Clarete Moreno, por todo o apoio moral e material para a estabilidade da minha saúde mental e física.*

*Aos meus tios António Furtado e Martinha Mendes, Domingos Martins e Júlia Furtado e à minha madrinha Matilde Furtado pelos conselhos e solidariedade.*

*Aos meus sobrinhos em especial a Nádia Furtado pela recepção e todo o apoio para a nova realidade que se me apresentava, fora da terra natal e da família.*

*Aos meus amigos Berta Mateus, Carla Will, Clotilde Luís, Esperança Tuamoneni, Ilda Coimbra Duarte, Gildo, Coimbra, Mateus Santana e Toni Barros, pela irmandade, amizade e solidariedade demonstradas em todos os momentos;*

*...A todos no momento não mencionados por inerência da pressão psicológica, mas que cujo contributo foi relevante, para que eu pudesse escalar a montanha até atingir o cume e desta forma alcançar a vitória,*

**“MINHA GRATIDÃO PROFUNDA”**

## RESUMO

A experiência acumulada nos últimos anos a nível internacional e nacional produziu uma nova consciência global acerca das implicações ambientais do desenvolvimento humano, traduzida por maior responsabilidade da sociedade como um todo.

Os Estados devem definir políticas ambientais que correspondam a essa nova consciência global, com o objectivo não só de renovar ou utilizar correctamente os recursos naturais disponíveis, garantindo assim o desenvolvimento sustentado de toda a humanidade, como também de assegurar permanentemente a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A identificação dos principais recursos naturais e principais condicionantes para o desenvolvimento do Município da Baía Farta, deve ser vista de diversas formas e circunscreve-se em análises para avaliar se as políticas governamentais postas em prática têm sido suficientes em função do Ordenamento do Território, já que tudo depende da forma como se organiza o espaço em prol dos objectivos que se pretendem alcançar.

O problema da litoralização da população e actividades económicas não é novo, já que ligada aos antecedentes históricos da guerra a que Angola esteve sujeita, foi-se observando uma progressiva concentração da população ao longo da Faixa Litoral.

Assim o estudo sobre o Município da Baía Farta representa, um percurso reflexivo e analítico dos constrangimentos e potencialidades de desenvolvimento em torno das diferentes teorias e práticas no concernente à problemática do Planeamento e Ordenamento do Território.

O Ordenamento do Território afigura-se como a chave para a solução eficaz de muitos problemas que actualmente assolam Angola em geral, bem como a Província de Benguela e Município da Baía Farta em particular, nomeadamente em relação a ignorância aos riscos naturais na localização de actividades, mistura e sobreposição desordenadas de uso, acessibilidade da população aos lugares de trabalho, dificuldades territoriais no fornecimento de serviços públicos e equipamentos a população, aos conflitos entre actividades e sectores, ao desequilíbrio territorial, degradação ecológica, desperdício de recursos naturais, descoordenação entre organismos públicos da mesma categoria e entre níveis administrativos distintos.

O tema é bastante relevante, visto que tem a ver com o diagnóstico do território, objecto de planeamento tendo em consideração a caracterização física, social e económica permitindo um estudo pormenorizado da região, através da observação directa, análise de mapas de diversos tipos, inquéritos, entrevistas, consultas de fontes bibliográficas, bem como a elaboração e análise de dados de natureza muito variada.

Da análise dos inquéritos, depreendeu-se a percepção da população em função do sexo, idade, naturalidade, ocupação profissional, morada, grau de instrução e tempo de vivência ou de trabalho para as respostas mais significativas relativas a qualidade do ambiente, transformações recentes e impactes no turismo, ambiente, paisagem e emprego.

Do estudo feito verificou-se que existe uma disparidade acentuada entre as Comunas Sede da Baía Farta, Dombe Grande e as Comunas da Equimina, Kalohanga e Orla Marítima Sul que se encontram num estado precário no domínio das infra-estruturas sociais, carecendo de uma intervenção urgente em matéria de ordenamento do território; não obstante, a paralisação do parque industrial, o turismo deficiente, a ineficácia de fiscalização no ramo pesqueiro, a falta de técnicos qualificados, os riscos naturais com maior incidência para os riscos de inundação, seca e desertificação e a não implementação dos planos e programas por falta de verbas, constituem os principais problemas no Município da Baía Farta.

Para se ultrapassar o quadro existente torna-se imprescindível, elaborar planos directores que visem recuperar e desenvolver todas as infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento do Município da Baía Farta em geral, uma vez que em toda a sua extensão terrestre e marítima observam-se recursos naturais com grande potencial económico, bastando para o efeito promover o desenvolvimento dos sectores económicos e financeiros e a competitividade, bem como traçar estratégias para o desenvolvimento rural no concernente ao comércio rural revitalizado, repovoamento florestal, agricultura camponesa dinamizada e apoiada, apoiar o desenvolvimento do sector privado, pesca artesanal e o fomento das micro unidades industriais e investir mais nos recursos humanos, para o desempenho da função da gestão local e da prestação de serviços.

**Palavras-chave:** Ambiente, Ordenamento do Território, Recursos Naturais, Riscos Naturais, Angola, Benguela, Baía Farta.

## **ABSTRACT**

The experience accumulated in recent years both internationally and domestically produced a new global consciousness about the environmental implications of human development, reflected in greater responsibility of society as a whole.

States should establish environmental policies that correspond to this new global consciousness, with the aim not only to renew or make good use of available natural resources, ensuring sustainable development of all mankind, but also to ensure continuously improving the quality of life citizens.

The identification of key natural resources and major constraints to the development of the municipality of Baia Farta should be seen in various forms and is limited in analysis to assess whether government policies have been put in place sufficient depending on Spatial Planning, as it all depends on how space is organized in support of objectives to be achieved.

Littoralisation The problem of population and economic activities is not new, as linked to the historical background of the war that Angola was subject, has been a steady concentration of population along the Coastal Strip.

Thus the study of the municipality of Baia Farta represents a journey of reflective and analytic constraints and development potential around the various theories and practices with regard to the issue of Planning and Land Management.

The Planning seems to be the key to effective solution of many problems that currently plague Angola in general and the Province of Benguela and Baia Farta Municipality in particular, notably in relation to natural hazards ignorance on the location of activities, mixing and overlapping of disorderly use, accessibility of the population to work places, territorial difficulties in providing public services and equipment population, conflicts between activities and sectors, the regional imbalance, ecological degradation, waste of natural resources, lack of coordination between agencies public in the same category and between different administrative levels. The theme is very relevant, as it relates to the diagnosis of the territory, subject to planning taking into account the physical, social and economic enabling a detailed study of the region through direct observation, analysis of various types of maps, surveys , interviews, consultations literature sources, as well as the preparation and analysis of very varied nature.

An analysis of surveys, it appears the perception of the population by sex, age, birthplace, occupation, address, education level and length of experience or work for the most significant answers regarding the quality of the environment, and recent changes impacts on tourism, environment, landscape and employment.

From the study it was found that there is a marked disparity between the Headquarters of Communes Farta Bay, Great Dombe and Municipalities of Equimina, Kalohanga Maritime and South Rim that are in a precarious state in the field of social infrastructure, lacking an intervention urgent in terms of spatial planning, however, the stoppage of the industrial, tourism poor, ineffective supervision in the fishing industry, the lack of skilled technicians, natural hazards with the highest incidence of the risk of flood, drought and desertification and non-implementation of plans and programs for lack of funds, are the main problems in the municipality of Baia Farta.

To overcome the existing framework it is essential to draw up master plans that aim to recover and develop the infrastructure to support the development of the municipality of Baia Farta in general, since in its entirety land and sea are observed natural resource with great economic potential, simply for the effect of promoting the development of economic and financial sectors and competitiveness as well as outline strategies for rural development with regard to the revived rural trade, reforestation, rural agriculture streamlined and supported, support the development of private sector, artisanal fisheries and the promotion of micro industrial units and invest more in human resources, to perform the function of local management and service delivery.

**Keywords:** Environment, Physical Planning, Natural Resources, Natural Hazards, Angola, Benguela, Baía Farta.

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>4</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS.....</b>	<b>5</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>8</b>
<b>SIGLAS E ACRÓNIMOS .....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO .....	12
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO .....	13
ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO.....	17
<b>CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO GERAL DE ANGOLA, BENGUELA, BAÍA FARTA .....</b>	<b>18</b>
1.1- CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DE ANGOLA .....	18
1.1.1- CLIMA.....	21
1.1.2- GEOMORFOLOGIA.....	27
1.1.3- HIDROGRAFIA .....	32
1.1.4- SOLOS.....	35
1.1.5- FLORA E FAUNA .....	36
1.2- CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DE ANGOLA BENGUELA E BAÍA FARTA.....	39
1.2.1 - CARACTERIZAÇÃO SOCIAL.....	39
1.2.2- CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA .....	42
1.2.3- A PROVÍNCIA DE BENGUELA E O MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA NO CONTEXTO ANGOLANO.....	43
1.2.4- ACTIVIDADE AGRO-PECUÁRIA SILVÍCOLA E PESQUEIRA .....	46
1.2.5- HOTELARIA E TURISMO .....	47
1.2.6- ENERGIA E ÁGUA .....	48
1.2.7- SANEAMENTO BÁSICO .....	49
1.2.8- GEOLOGIA E MINAS.....	49
1.2.9- OBRAS PÚBLICAS .....	49
1.2.10- A ECONOMIA DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA.....	50
1.2.11- SITUAÇÃO DAS COMUNAS DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA .....	51

<b>CAPÍTULO II – ORDENAMENTO OU DESORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA? .....</b>	<b>53</b>
2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	53
2.2- PONTO DE SITUAÇÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM ANGOLA ..	63
2.3- PONTO DE SITUAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DE BENGUELA .....	68
2.4- ANÁLISE SWOT DA PROVÍNCIA DE BENGUELA .....	72
2.5- PONTO DE SITUAÇÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA .....	76
<b>CAPÍTULO III- CONSIDERAÇÕES SOBRE GEOGRAFIA FÍSICA, RECURSOS NATURAIS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>78</b>
3.1- PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA.....	80
3.1.1- RECURSOS NATURAIS PARA O TURISMO .....	80
3.1.1.1- PARQUE NATURAL REGIONAL DA CHIMALAVERA.....	82
3.1.1.2- PAISAGENS .....	87
3.2- RECURSOS NATURAIS PARA A ACTIVIDADE AGRO-PECUÁRIA .....	87
3.3- RECURSOS NATURAIS PARA A ACTIVIDADE PESQUEIRA.....	89
3.4- RECURSOS NATURAIS PARA A SALICULTURA .....	91
3.5- RECURSOS NATURAIS PARA A ACTIVIDADE EXTRACTIVA E ENERGÉTICA.....	95
3.6- RECURSOS PARA A APICULTURA .....	96
3.7- CONDICIONANTES AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA .....	97
3.8- RISCOS NATURAIS .....	98
3.9- CONSERVAÇÃO DA NATUREZA .....	100
<b>CAPÍTULO IV- PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO- ANÁLISE DOS INQUÉRITOS.....</b>	<b>103</b>
4.1- PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE E DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES.....	108
4.2- SIGNIFICADO ESTATÍSTICO DO CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS .....	114
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>147</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO A – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE ANGOLA .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO B – ANÁLISE SWOT DA PROVÍNCIA DE BENGUELA .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO C – VOCAÇÕES DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA .....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO D – METAS E INDICADORES DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>161</b>

D.1- DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL.....	161
D.2- DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	165
D.3 - DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS.....	168
<b>ANEXO E - INQUÉRITO .....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO F - ENTREVISTA.....</b>	<b>173</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica de Angola. Cunenerak, 2011. ....	18
Figura 2 - Localização geográfica da Província de Benguela. ....	19
Figura 3 - Limite do município da Baía Farta. Carta SD- 33 Benguela, ANO. ....	20
Figura 4 - Enquadramento da Área de estudo. ....	21
Figura 5 - Distribuição da Precipitação. Cunenerak, 2010.....	23
Figura 6 - Distribuição da Temperatura em Angola. Cunenerak.2010. ....	25
Figura 7 - Distribuição Climática de Angola. 2010.....	26
Figura 8 – Geomorfologia. Cunenerak. 2010.....	27
Figura 9 – Geologia. Cunenerak. 2010.....	28
Figura 10 - Rio Coporolo. ....	35
Figura 11 - Vegetação do município da Baía Farta. ....	38
Figura 12 - Três Grandes Ondas para o Desenvolvimento da Província de Benguela a Médio Prazo. Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013 Versão IV. Junho 2008.....	75
Figura 13 - Região Turística da Baía Azul. ....	81
Figura 14 - Área do Parque Natural Regional da Chimalavera. ....	83
Figura 15 - Área do Parque Natural Regional da Chimalavera. ....	84
Figura 16 -- Macacos no Parque.....	84
Figura 17 - Reservatório de Água do Parque .....	85
Figura 18 -- Bebedouro do Parque. ....	85
Figura 19 - Infra- estrutura do Parque. ....	86
Figura 20 - - Parque sem Vedação. ....	86
Figura 21 - Paisagem da Baía Azul. ....	87
Figura 22 - Pastorícia.....	88
Figura 23 - Actividade de Pesca Artesanal - Sede da Baía Farta. ....	89
Figura 24 – Salinas da Região da Orla Marítima Sul. Google, 2011. ....	94
Figura 25 - Inundação do Rio Coporolo. Dombe Grande. Google, 2011. ....	98
Figura 26 - Indicação da via para a Estação Hidrométrica do Carivo. ....	99
Figura 27 - Naturalidade dos inquiridos. ....	105

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percepção da qualidade do ambiente segundo a morada. ....	108
Gráfico 2 - Percepção da qualidade do ambiente segundo o género. ....	109
Gráfico 3 - Percepção da qualidade do ambiente segundo o grupo etário. ....	109
Gráfico 4 - Percepção da qualidade do ambiente segundo o nível de instrução. ....	110
Gráfico 5 - Percepção da qualidade do ambiente segundo o tempo de residência. ....	110
Gráfico 6 - Percepção da qualidade do ambiente segundo o sector de actividades. ....	111
Gráfico 7 - Transformações recentes no município da Baía Farta. ....	112
Gráfico 8 - Impactes das transformações recentes do turismo, ambiente, paisagem e emprego. ....	113
Gráfico 9 - Significado da Reabilitação de infra-estruturas sociais segundo a morada. .....	114
Gráfico 10 - Significado da Reabilitação de infra-estruturas sociais segundo o grau de instrução. ....	114
Gráfico 11 - Significado da Reabilitação de infra-estruturas sociais segundo o tempo de residência. ....	115
Gráfico 12 - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo o grupo etário. ....	115
Gráfico 13 - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo a morada. .....	116
Gráfico 14 - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo o grau de instrução. ....	116
Gráfico 15 - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo o tempo de residência. ....	116
Gráfico 16 - Significado da Requalificação do parque industrial segundo o género. ...	117
Gráfico 17 - Significado da Criação de centros de formação emprego e segurança social segundo o género. ....	117
Gráfico 18 - Significado da Criação de centros de formação de emprego e segurança social segundo o tempo de residência. ....	118
Gráfico 19 - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o género. ....	118
Gráfico 20 - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o grupo etário. ....	119
Gráfico 21 - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo a morada. ....	119
Gráfico 22 - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o grau de instrução. ....	119
Gráfico 23 - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o tempo de residência. ....	120
Gráfico 24 - Significado da Criação de zonas turísticas e de lazer segundo o género. ...	120
Gráfico 25 - Significado da Criação de zonas turísticas e de lazer segundo o sector de actividades. ....	121

Gráfico 26- Significado da Criação de zonas turísticas e de lazer segundo o sector de actividades.....	121
Gráfico 27 - Significado dos planos de acções segundo o género.....	122
Gráfico 28 - Significado dos planos de acções segundo o grupo etário.....	122
Gráfico 29 - Significado dos planos de acção segundo a morada.....	123
Gráfico 30 - Significado dos planos de acção segundo o grau de instrução.....	123
Gráfico 31 - Significado dos planos de acção segundo o tempo de residência.....	123
Gráfico 32 - Significado da qualidade do ambiente segundo a morada.....	124
Gráfico 33 - Significado da qualidade do ambiente segundo o tempo de residência...	124
Gráfico 34 - Significado da atenuação da assimetria regional segundo o género.....	125
Gráfico 35 - Significado da atenuação da assimetria regional segundo a morada.....	125
Gráfico 36 - Significado da atenuação da assimetria regional segundo o grau de instrução.....	126
Gráfico 37 - Significado da atenuação da assimetria regional segundo o tempo de residência.....	126
Gráfico 38 - Significado do turismo deficitário segundo o género.....	127
Gráfico 39 - Significado do turismo deficitário segundo a morada.....	127
Gráfico 40 - Significado do turismo deficitário segundo o grau de instrução.....	127
Gráfico 41 - Significado do turismo deficitário segundo o tempo de residência.....	128
Gráfico 42 - Significado da ausência de um banco de dados segundo o género.....	128
Gráfico 43 - Significado da ausência de um banco de dados segundo o grau de instrução.....	129
Gráfico 44 - Significado da ausência de um banco de dados segundo o tempo de residência.....	129
Gráfico 45 - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo o género.....	130
Gráfico 46 - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo a morada.....	131
Gráfico 47 - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo o grau de instrução.....	131
Gráfico 48 - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo o tempo de residência.....	131
Gráfico 49 - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o género.....	132
Gráfico 50 - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o grupo etário.....	132
Gráfico 51- Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo a morada.....	133
Gráfico 52 - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o grau de instrução.....	133
Gráfico 53 - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o tempo de residência.....	133
Gráfico 54 - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo o género.	134
Gráfico 55 - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo a morada.	134

Gráfico 56 - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo o grau de instrução. ....	135
Gráfico 57 - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo o tempo de residência. ....	135
Gráfico 58 - Significado da fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas segundo o género. - .....	136
Gráfico 59 - Significado da principal fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas segundo a morada. ....	136
Gráfico 60 - Significado da principal fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas segundo o tempo de residência. ....	137
Gráfico 61- Significado dos resíduos decorrentes da actividade pesqueira segundo a morada. ....	137
Gráfico 62 - Significado dos resíduos decorrentes da actividade pesqueira segundo o tempo de residência. ....	138
Gráfico 63 - Significado da perda acelerada dos solos segundo a morada. ....	138
Gráfico 64 - Significado do fenómeno da erosão segundo a morada. ....	139
Gráfico 65 - Significado do fenómeno da erosão segundo o tempo de residência. ....	139
Gráfico 66 - Significado da baixa qualificação profissional segundo a morada .....	140
Gráfico 67 - Significado da baixa qualificação profissional segundo o tempo de residência. ....	140
Gráfico 68 - Significado da insuficiência de técnicos segundo o género. ....	141
Gráfico 69 - Significado da insuficiência de técnicos segundo a morada. ....	141
Gráfico 70 - Significado da insuficiência de técnicos segundo o tempo de residência. ....	142
Gráfico 71 - Significado da maior parte da população segundo a grupo etário. ....	142
Gráfico 72 - Significado da maior parte da população segundo a morada. ....	143
Gráfico 73 - Significado da maior parte da população segundo o grau de instrução. ...	143
Gráfico 74 - Significado da maior parte da população segundo o tempo de residência. ....	143
Gráfico 75 - Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo o género. ....	144
Gráfico 76 - Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo o grupo etário. ....	144
Gráfico 77- Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo a morada. ....	145
Gráfico 78 - Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo o grau de instrução. ....	145

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Abreviaturas da classificação do inquérito e dos gráficos.....	15
Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2005. PNUD, 2008.....	40
Quadro 3 - Países de alto, médio e baixo Desenvolvimento Humano – 2005. PNUD, 2008.....	40
Quadro 4 -- Faixa Etária da Província de Benguela 2006. Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013 Versão II 2008. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. .....	41
Quadro 5 -- Produção Pesqueira. Direcção Provincial das Pescas de Benguela. 2008..	90
Quadro 6 - Capacidade produção de sal. Direcção Provincial das Pescas de Benguela. 2008.....	92
Quadro 7 - Morada em Função do Sexo.....	104
Quadro 8 - Morada em Função do Grupo Etário.....	104
Quadro 9 -- Sector de Actividade e função da Morada. ....	104
Quadro 10 - Grau de Instrução em função da Morada. ....	104
Quadro 11 - Tempo de Residência em função da Morada. ....	105
Quadro 12 - Significância dos Cruzamentos. ....	106

## **SIGLAS E ACRÓNIMOS**

APRM – MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO DE PARES

APROSAL - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE SAL

APS – ANTÓNIO PINTO SOUSA

APS – ANTÓNIO PINTO SOUSA

BCLME BENGUELA CURRENT LARGE MARINE ECOSYSTEM (GRANDE ECOSISTEMA MARINHO DA CORRENTE FRIA DE BENGUELA)

BM – BANCO MUNDIAL

C – CONCORDO

CA – CONCORDO EM ABSOLUTO

CDA – CENTROS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CEE – COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

CEPT – CENTRO DE ESTUDOS DE PEDOLOGIA TROPICAL

CIT- - CONVERGÊNCIA INTERTROPICAL

CTPC – COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE CENTRAL

CTPP – COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES PROVINCIAIS

DA – DISCORDO EM ABSOLUTO

EDA – ESTAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

ETAR – ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

ETP – EMPRESA DE TRANSPORTES PÚBLICOS

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

FNUAP – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO

IDF – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IGCA – INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DE ANGOLA

INABE - INSTITUTO DE BOLSAS DE ESTUDOS DE ANGOLA

INOTU - INSTITUTO NACIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

IPAD – INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

IR – IMPORTÂNCIA RAZOÁVEL

LBPOTU – LEI DE BASES DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

MI - MUITO IMPORTANTE

MINADER – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

MP – MINISTÉRIO DAS PESCAS

MUA – MINISTÉRIO DO URBANISMO E AMBIENTE

NC – NÃO CONCORDO

NEPAD – NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

NI - NÃO – IMPORTANTE

ODM – OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

PGM – PLANOS GERAIS DE MELHORAMENTOS

PI – POUCO IMPORTANTE

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

POOC – PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA

PPC – PARIDADE DO PODER DE COMPRA

PRUALB – PROJECTO DE REABILITAÇÃO URBANA E AMBIENTAL

R L – RODRIGUES LIMITADA

SADC - SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY (COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL)

SIG - SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

SNPC – SERVIÇO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

SPSS – STATISTICAL PACKAGE FOR THE SOCIAL SCIENCES

TAAG – TRANSPORTES AÉREOS DE ANGOLA

TAC – TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO

UNEP – PROGRAMA DO AMBIENTE DAS NAÇÕES UNIDAS

VIH/SIDA -VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA E SINDROMA DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA

ZEE – ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

## INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação consiste em analisar a importância que a Geografia Física exerce para o ordenamento no território do município da Baía Farta (Benguela - Angola).

A Geografia como ciência descreve e interpreta as relações recíprocas entre diferentes elementos físicos e humanos da superfície terrestre e que privilegia o contacto directo com o terreno, desempenhando um papel de primeira linha no ordenamento do território e no desenvolvimento das condições de vida da população.

Desde sempre as populações se movimentaram no planeta e à medida que os meios de transporte foram evoluindo e em alguns casos por dificuldades socioeconómicas, a mobilidade das pessoas, foi-se acentuando e aumentando progressivamente.

O planeamento como acto de identificar e prever necessidades, definir objectivos, estabelecer programas e implementar projectos visando acima de tudo o que devem ser as preocupações de base (melhoria das condições de vida da população, redução das assimetrias socioeconómicas regionais, utilização racional dos recursos existentes e minimização dos desequilíbrios ambientais), constitui um meio para atingir determinados objectivos e não um fim em si mesmo, ou seja, o planeamento interessa, na medida em que através dele se pensa atingir determinados fins como a gestão de recursos materiais ou sociais.

O planeamento visto como um processo de coordenação de um país em geral e de cada região em particular segundo um projecto global que estabeleça os objectivos e os meios escolhidos para os atingir, visa diagnosticar, formular ideias, seleccionar alguns dados, projectar acções de prevenção, acções de uso e ocupação dos solos, acções de formação e de inspecção de forma a permitir uma melhor gestão e organização do território e das actividades.

Tendo em conta os pressupostos do planeamento, o estudo da população assume grande importância na actualidade. As informações sobre a população revelam-se imprescindíveis para o planeamento em diversas áreas do saber como: habitação, transporte, educação, saúde, emprego.

Neste contexto a evolução da população angolana nas últimas décadas ficou marcada por um crescimento assimétrico que reforçou o peso demográfico das regiões do litoral em relação às regiões do interior de Angola.

A Baía Farta é uma escolha estratégica para a observação e análise de relações socioeconómicas que enfatiza a contribuição que o estudo pode trazer para o planeamento económico, uma vez que pela conjuntura do nosso país, desde a época passada aos dias actuais se foi registando o aumento da população em geral em Benguela e em particular naquelas zonas em que as condições de vida eram favoráveis para fixação como é o caso da Baía Farta.

## **OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

O objectivo geral do trabalho de investigação no município da Baía Farta é o de realçar face às características do meio físico, as potencialidades do território, as condições mais claras para a tomada de decisões tendo em conta o ordenamento do território no concernente a distribuição das actividades no espaço, correcta exploração e distribuição dos recursos, defesa do ambiente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, ou seja prevendo sempre as necessidades do futuro.

Com este estudo pretendemos identificar as características físicas para em função delas, podermos contribuir especificamente para a resolução de conflitos na gestão e uso do território, bem como adoptar medidas para a preservação do equilíbrio ambiental.

A questão do ordenamento do território, para o tratamento específico do presente trabalho implica que se analise profundamente os aspectos pertinentes em que o problema se apresenta, permitindo alcançar resposta para as seguintes indagações:

- a) Em que medida as condições do meio natural influem no Desenvolvimento, Planeamento e Ordenamento do Território do município da Baía Farta?
- b) O Ordenamento do Território está estabelecido de modo a proporcionar um desenvolvimento correcto e sustentável no município da Baía Farta?

## METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Tendo em conta a região em referência e pela dimensão da pesquisa, a metodologia utilizada com a intenção de se dar resposta ao problema científico formulado e a alcançar os objectivos preconizados, esteve baseada na investigação exploratória com base na revisão bibliográfica e na elaboração de instrumentos para a obtenção da informação.

Para a nossa investigação, escolhemos uma população de mil e quinhentos indivíduos (1500) do conjunto e município da Baía Farta, utilizámos uma amostra estratificada (José Ribeiro, 2010, p.44), em que incluímos grupos de população de cada uma das Comunas em função do sexo, idade, naturalidade, ocupação profissional, morada e grau de instrução.

Para o levantamento dos dados, auxiliamo-nos de diversos instrumentos como a análise bibliográfica, observação directa, entrevista, inquérito, imagens fotográficas que contribuíram para a obtenção de várias informações.

A análise bibliográfica permitiu, fazer a comparação dos dados recolhidos em relação aos enunciados teóricos de diversos autores sobre o problema da investigação científica que levámos a cabo em relação ao ordenamento do território.

A inexistência na Província de Benguela e no município da Baía Farta de estudos do género já efectuados, a dificuldade de acesso aos planos e programas, bem como a ausência de material digital da área em estudo constituíram as limitações do estudo.

Para que a investigação surtisse efeito baseámo-nos em alguns documentos importantes que deram sustentabilidade ao tema tais como:

- Programa Provincial de Médio Prazo (2009-2013) - Versão IV Junho de 2008;
- Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta (2009- 2013) - Versão II Junho de 2008;
- Programa de Investimento Ambiental: Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola 2006;
- Lei de Bases do Ambiente e Convenções (Luanda) - 1999;
- Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo - Lei nº 3/04 de 25 de Junho/- 1ª Série do Diário da República - Brochura sobre Legislação Ambiental 2006.

Depois de definido o objectivo da investigação, sobre o papel da Geografia Física, no Planeamento e Ordenamento do Território no município da Baía Farta, debruçámo-nos sobre os aspectos preparatórios da investigação, procurando saber quais eram os órgãos que superintendiam a gestão sistemática do planeamento e ordenamento do território e junto deles, identificar elementos que nos pudessem falar sobre as políticas de ordenamento na Baía Farta.

Com o intuito de explorar alguns problemas com a temática a investigar, realizámos entrevistas a determinadas entidades dom, nomeadamente o Chefe Provincial do Planeamento e Ordenamento do Território de Benguela, o Administrador Municipal Adjunto da Baía Farta, os administradores comunais do Dombe Grande, Equimina, Kalohanga, Orla Marítima Sul, o Chefe Provincial de Departamento de Desenvolvimento Rural e outros, de forma a obter uma percepção real do tema.

Posteriormente, na posse de todos os elementos provenientes de todas estas acções, procedemos a construção de um guião de investigação, com a elaboração de questões do inquérito, onde se pretendia obter informações estatísticas, de forma a se poder fazer comparações e juízos de valor, tendo em conta alguns indicadores físicos, sociais e económicos.

Depois de testado, corrigido e alterado, aplicação em estudo piloto, a vinte e cinco indivíduos, onde para cada Comuna se escolheram aleatoriamente cinco elementos.

Na aplicação do inquérito foi feito um teste que serviu para avaliar a eficiência dos instrumentos de pesquisa que usaríamos no trabalho de campo, bem como o tempo necessário que os inquiridos levariam a respondê-los e também verificar se careceriam de alguma alteração, validação ou não. Esta testagem foi feita aos 25 elementos (não inclusos na amostra), sendo catorze (14) do sexo masculino e onze (11) do sexo feminino, tendo decorrido durante três (3) dias de 15 a 17 de Março de 2010. Feita a testagem e não se registando nenhuma anomalia que pudesse condicionar a avaliação do questionário, procedeu-se à aplicação do mesmo.

Antes do preenchimento dávamos uma explicação sobre a finalidade e a forma como deveriam responder ao inquérito, facto que fez com que se dissipasse algumas dúvidas em relação ao mesmo, já que íamos assinalando com um X, mediante as sugestões que eles achavam pertinentes.

O inquérito com perguntas fechadas composto por vinte e seis (26) questões relacionadas com o desenvolvimento, foi aplicado aos mil e quinhentos indivíduos (1500) no geral com duração de dez dias para cada uma das Comunas.

Para identificação das respostas baseámo-nos na escala de Likert e escala ordinal de 1 a 5 (José Ribeiro, 2010, p. 88), onde o inquirido indicava a sua resposta através de um sinal (X) para cada uma das questões, de forma a medir o nível de concordância ou discordância bem como a importância ou não importância das perguntas tendo em conta que:

**Quadro 1 – Abreviaturas da classificação do inquérito e dos gráficos.**

<b>Abreviatura</b>	<b>Designação</b>
NI	Não Importante
PI	Pouco Importante
IP	Importância Razoável
I	Importante
MI	Muito Importante
DA	Discordo em Absoluto
NC	Não Concordo
C	Concordo
CA	Concordo em Absoluto

De uma forma geral os inquéritos realizaram-se de 22 de Março à 19 de Maio de 2010 nível do município, tendo em conta que para cada comuna foi necessário preparar as condições para o efeito.

a) Na sede da Baía Farta realizou-se de 22 ao 31 de Março, duzentos e setenta e sete inquéritos (277);

b) Na Orla Marítima Sul de 05 a 14 de Abril, duzentos e setenta e um inquéritos (271);

c) No Dombe Grande de 15 a 24 de Abril, duzentos e cinquenta e cinco inquéritos (255);

d) Na Equimina de 26 de Abril a 07 de Maio, duzentos e noventa e oito inquéritos (298);

e) Na Kalohanga de 10 a 19 de Maio, duzentos e sessenta e oito inquéritos (268).

Para o levantamento dos dados, auxiliamo-nos de outros instrumentos como a análise bibliográfica, observação directa, entrevista, imagens fotográficas que contribuíram para a obtenção de várias informações.

A análise bibliográfica permitiu, fazer a comparação dos dados recolhidos em relação aos enunciados teóricos de diversos autores sobre o problema da investigação científica que levámos a cabo em relação ao ordenamento do território.

A observação directa, sendo a técnica primordial em Geografia, permitiu-nos chegar a várias conclusões sobre os fenómenos físicos e sócio económicos e estabelecer as interdependências e evolução dos mesmos, uma vez que a aplicabilidade da Geografia permite ao geógrafo observar e depois explicar muitos dos factos que hoje se consideram no quadro dos estudos ambientais, ou seja permitiu compreender e interpretar os fenómenos físico-geográficos e sócio económicos que têm estado na base das transformações e evolução das diferentes regiões.

A entrevista serviu de base para a obtenção de informações dos responsáveis e gestores do governo com o intuito de podermos saber realmente o que de facto se tem feito para o desenvolvimento do município da Baía Farta. Podemos referir que foi de questões abertas, onde se pretendia obter opiniões sobre o planeamento e ordenamento do território, visto que à medida que colocávamos as questões, na ausência de gravador, tomávamos nota ou ouvíamos atentamente, para depois tirar as conclusões possíveis.

Para a utilização e construção de mapas, recorremos à cartografia digital com recurso aos SIG (Sistema de Informação Geográfica) para alguns mapas e a recolha de cartografia temática já publicada em [http://cunenerak.com/\\_system/DMSStorage/4051en/Angola\\_Relatório%20do%20Estado%20Geral%20do%20Meio%20Ambiente\\_port.pdf](http://cunenerak.com/_system/DMSStorage/4051en/Angola_Relatório%20do%20Estado%20Geral%20do%20Meio%20Ambiente_port.pdf).

Para identificação do limite do município da Baía Farta, utilizou-se a Carta SD-33 Benguela, Folha nº 16 a Escala 1/500 000.

Dos inquéritos realizados sobre a percepção das condições ambientais na Baía Farta, obtivemos diversos resultados quantitativos, que foram depois tratados através do recurso ao software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e ao software Excell, de forma a permitir uma interpretação clara, em relação aos objectivos a que nos propusemos alcançar.

## **ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO**

Com vista ao alcance dos objectivos propostos, estruturámos o trabalho em quatro capítulos:

No primeiro capítulo fizemos a caracterização geral em escala crescente sobre Angola, Benguela e Baía Farta, tendo em conta os factores naturais e socioeconómicos que intervêm directa ou indirectamente no desenvolvimento das regiões em causa.

No segundo capítulo fizemos uma abordagem sobre os instrumentos legais existentes em Angola que servem de suporte ao ordenamento do território e que, como tal, têm influência pertinente na determinação dos objectivos a que o Ser Humano se propõe a alcançar em função dos recursos que se lhe apresentam.

No terceiro capítulo destacamos a importância da Geografia Física, fazendo menção aos principais recursos naturais e principais condicionantes ambientais do município da Baía Farta que possam contribuir ou condicionar o seu desenvolvimento, tendo em conta as políticas implementadas.

No quarto capítulo intentámos a interpretação dos dados obtidos a partir dos inquéritos, isto é, a avaliação da percepção da população em relação aos aspectos ambientais que condicionam o desenvolvimento.

Das conclusões e recomendações partimos do princípio de que, a actuação do homem sobre o meio tem de ser conhecida no presente, não se esquecendo o seu encaadamento histórico, pois que, só a consciência disso permitirá escolher metodologias adequadas para a defesa do ambiente e para o desenvolvimento sustentável que queremos para o futuro próximo.

# CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO GERAL DE ANGOLA, BENGUELA, BAÍA FARTA

## 1.1- CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DE ANGOLA

Não poderíamos falar da Baía Farta, sem ter em conta Angola no contexto geral para melhor compreensão da investigação. Para tal, decidimos fazer uma caracterização que se processará em três níveis escalares crescentes, a nível do país (Angola), a nível da Província (Benguela), para depois chegarmos ao nível do município (Baía Farta).

Angola fica localizada na costa ocidental do continente africano, entre 4° 22' e 18° 02' de Latitude Sul e 11° 41' e 24° 05' Longitude Este. Ocupa uma área de 1.276.700 km<sup>2</sup>, em que o comprimento máximo no sentido Norte/Sul é de 1277 km e a largura máxima no sentido Este-Oeste é de 1236 km. A linha de costa permite a união com o oceano atlântico ao longo de 1650 km, quase ¼ dos 4837 km de fronteira terrestre, limitando a Norte com o Congo, a Nordeste com a República Democrática do Congo, a Este com a Zâmbia e a Sul com a Namíbia.

O enclave de Cabinda, parte integrante do território angolano, estende-se por uma área aproximada de 7200 km<sup>2</sup>, separado por uma faixa estreita de território com cerca de 60 km de largura e pelo Rio Zaire.

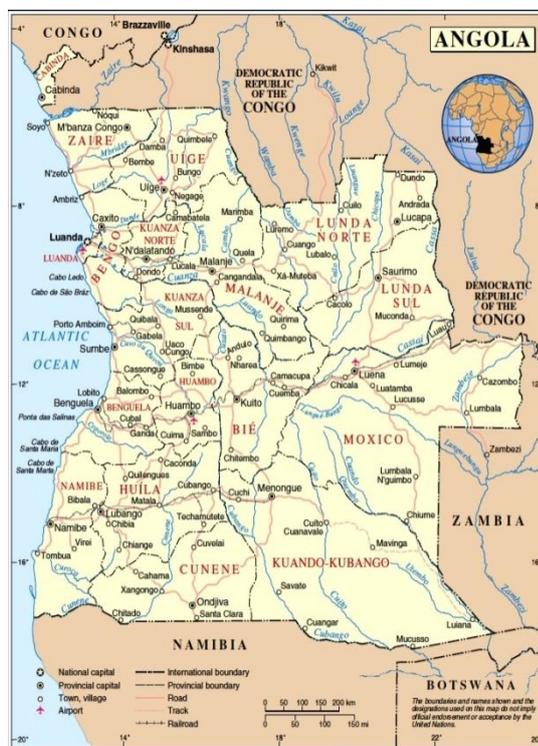
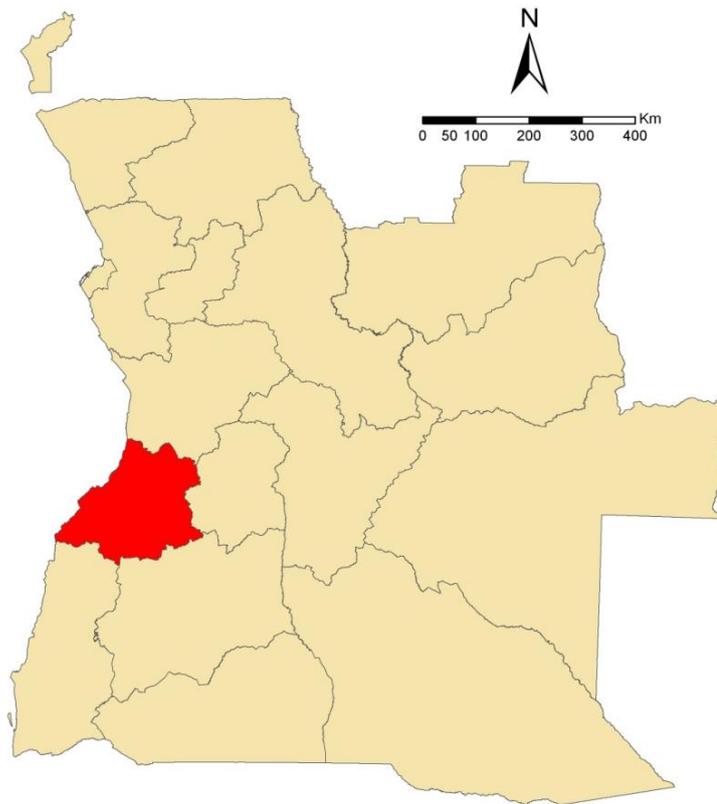


Figura 1 - Localização Geográfica de Angola. Cunenerak, 2011.

A Província de Benguela ocupa uma área de 39.826,83 km<sup>2</sup> (3,19%) do território nacional, localizada à Oeste da zona Central da República de Angola, faz fronteira à Norte com a Província do Kwanza-Sul, à Leste com a Província do Huambo, a Sudeste com a Província da Huíla, à Sudoeste com a Província do Namibe e a Oeste com o Oceano Atlântico, está dividida em 9 municípios (Benguela, Lobito, Baía Farta, Chongoroi, Caimbambo, Cubal, Ganda, Bocoio Balombo) e 27 Comunas. Benguela, possui uma localização geográfica estratégica, pois está situada na costa do Oceano Atlântico.



**Figura 2** - Localização geográfica da Província de Benguela.

A Baía Farta é um dos nove municípios da província de Benguela possui quatro comunas (Orla Marítima Sul, Dombe Grande, Equimina, Kalohanga), com uma estimativa populacional de 141 mil habitantes. Fundada em 1923, data do início do seu aproveitamento económico. A criação do concelho do mesmo nome, pela portaria nº 14.061 observou-se a 13 de Dezembro de 1965, altura em que se instalou a 1ª pescaria pertencente ao Sr. Celestino Madeira António Marques, que impulsionou o aparecimento da indústria pesqueira.

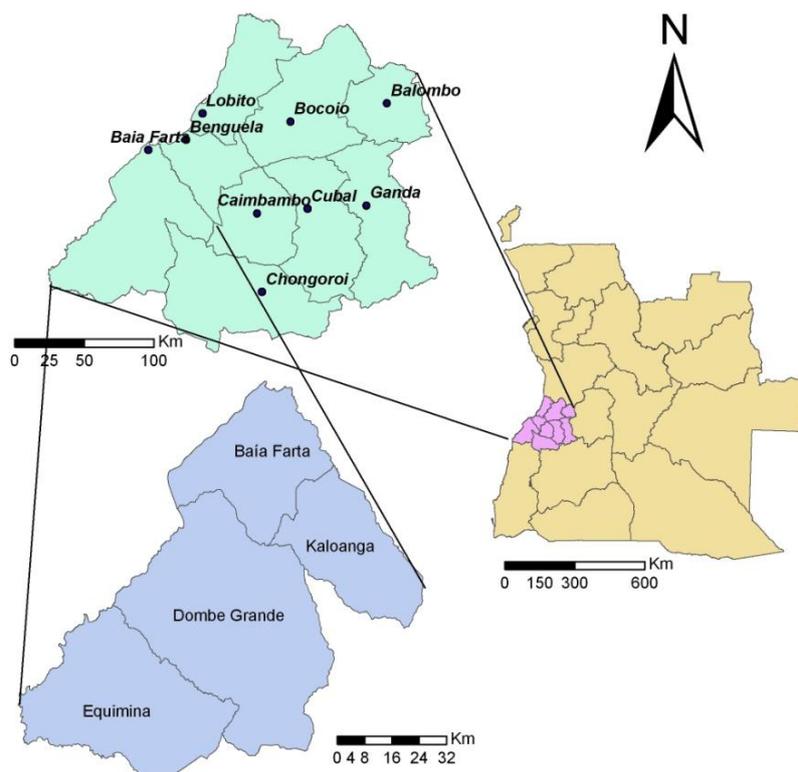
A abundância de peixe e a proximidade com Benguela atraíram outros homens empreendedores à Baía Farta, levando a fixação nas praias de indústrias e mais tarde, capitais benguelenses se enveredaram para a pesca.

Assim, a Baía Farta, viu aumentada a sua importância, mesmo tempo que se assistiu a um aumento populacional, motivada pela atracção pesqueira, sendo hoje considerada, o maior Centro Piscatório da Província de Benguela.

O município da Baía-Farta, situa-se a sul da cidade de Benguela, a 25 quilómetros, percorrida por uma estrada asfaltada e por via marítima, com uma extensão territorial de 6.744 km<sup>2</sup>, estando limitada a Norte pelo município de Benguela, a Sul pela Província do Namibe, a Sudoeste pelo município do Chongoroi e Caimbambo, a Leste pelo município do Caimbambo e a Oeste pelo oceano atlântico, com as seguintes coordenadas: 12° 17' latitude Norte- Sul; 13° 48' latitude Sul-Sul; 12°30' de longitude Este à Ocidente e 13°36' de longitude Este a Oriente.



**Figura 3** - Limite do município da Baía Farta. Carta SD- 33 Benguela.



**Figura 4 - Enquadramento da Área de estudo.**

O território da Baía Farta faz parte da planície litoral que se estende em direcção Norte-Sul e a Leste da costa marítima angolana, até 300 metros sobre o nível médio das águas do mar, tendo a configuração de uma língua de terra, ou seja, uma península.

### 1.1.1- CLIMA

O território angolano tem uma importante diversidade climática, resultante da conjugação da latitude com o desenvolvimento do relevo, os efeitos da Corrente Oceânica Fria de Benguela e o factor da continentalidade.

É essencialmente caracterizado pelos contrastes entre o clima seco e quente de fracas precipitações no litoral e o de clima húmido, mais ameno e de precipitações mais abundantes no planalto interior. Para tal, contribui a influência climática da zona em que se encontra o território, isto é, entre o Equador e o Trópico de Capricórnio, onde a Convergência Intertropical (CIT) é a principal origem das precipitações abundantes no país, durante a época quente nas regiões a Norte e nas regiões do planalto a Oeste.

No caso de Angola, a CIT atinge a sua posição mais a Sul em Dezembro, atingindo grande parte do território de Angola nesta época, fazendo com que a época das chuvas seja de Outubro a Abril. No período em que a CIT se desloca para Norte do Equador, então o tempo seco atinge o território, à exceção do seu extremo Norte, nas Lundas e na Bacia do Zaire que diminuem de precipitação mas que têm quase chuvas permanentes.<sup>1</sup>

Angola apresenta assim clima tropical a Norte, subtropical a Sul e temperado nas zonas de maior altitude. Observam-se duas estações distintas: uma quente e húmida, em que a pluviosidade é maior e outra mais fria e seca, denominada época do cacimbo. No entanto, as variações de temperatura são pequenas entre 27° C e 17° C.

As precipitações no território angolano são geralmente de origem convectiva, verificando-se precipitações orográficas na zona de transição (altitudes intermédias) e na Cadeia Marginal de Montanhas.

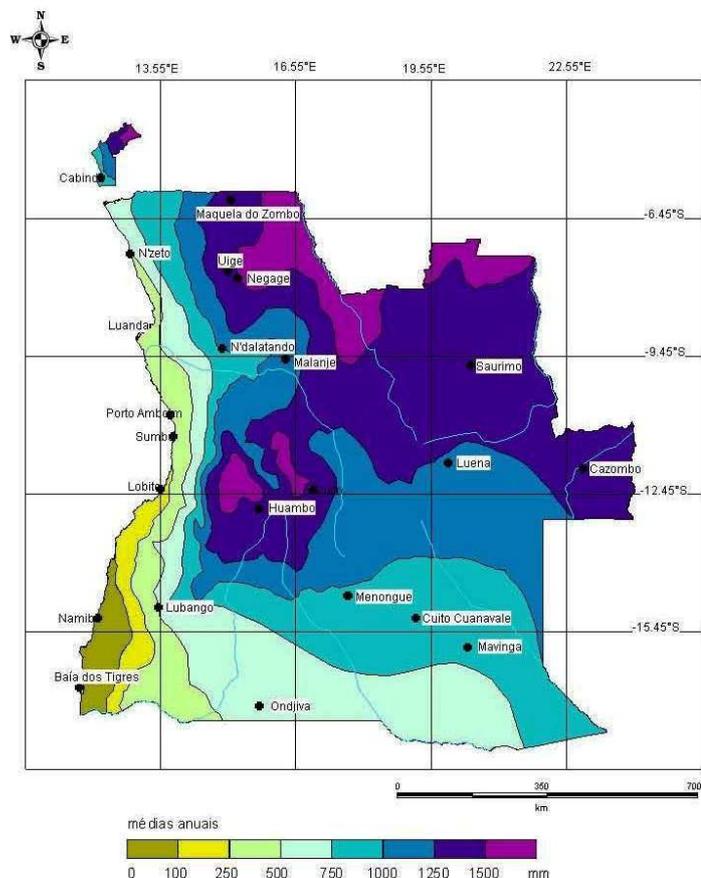
As repartições das precipitações médias anuais verificam-se em alguns quadros, mais homogéneos em todo o Planalto, com máximos de precipitação no eixo de Huambo-Bié (centro de Angola) com 1400 mm anuais.

De referir que os maiores registos de precipitação observam-se, a Noroeste e nordeste de Angola, mais pormenorizadamente, desde a região do Uíge à região da Lunda Norte e parte setentrional da Lunda Sul chegando à 1400 mm, sendo que 1600 mm na área envolvente à localidade do Uíge, como também valores desta ordem, se observem na área mais setentrional da Lunda Norte junto à fronteira, evidenciando-se a influência climática de tropical húmido na Bacia do Congo.

Os registos mais baixos 50 mm, observam-se no extremo sudeste do território (região do Namibe), seguindo-se em termos de baixas precipitações, a faixa litoral desde o Namibe até ao Sul de Luanda.

---

<sup>1</sup> [http://comunidade.sol.pt/blogs/antoniorbtavares/archive/2009/03/06/Geografia-de-Angola\\_2D00\\_-aspectos-cl\\_ED00\\_m\\_E100\\_ticos-e-outros-aspectos-f\\_ED00\\_sicos.aspx](http://comunidade.sol.pt/blogs/antoniorbtavares/archive/2009/03/06/Geografia-de-Angola_2D00_-aspectos-cl_ED00_m_E100_ticos-e-outros-aspectos-f_ED00_sicos.aspx)



**Figura 5** - Distribuição da Precipitação. Cunenerak, 2010.

Do ponto de vista climático, Benguela enquadra-se na zona de clima tropical seco com bastante variação, sendo quente e seco na faixa litoral (apesar da aridez a humidade relativa do ar mantém valores elevados ao longo do ano), e do tipo mesotérmico na faixa interior subplanáltica, com regime hídrico do tipo moderadamente chuvoso.

A temperatura máxima é de 35,0°, média de 24,2°, e mínima de 10,4 °; a humidade relativa de 79% e a precipitação anual de 268 mm.

O município da Baía Farta apresenta clima tropical seco, com elevadas temperaturas médias mensais e anuais da atmosfera superior a 20° C, (baixa amplitude térmica) e escassez de precipitações (150 mm/ano).

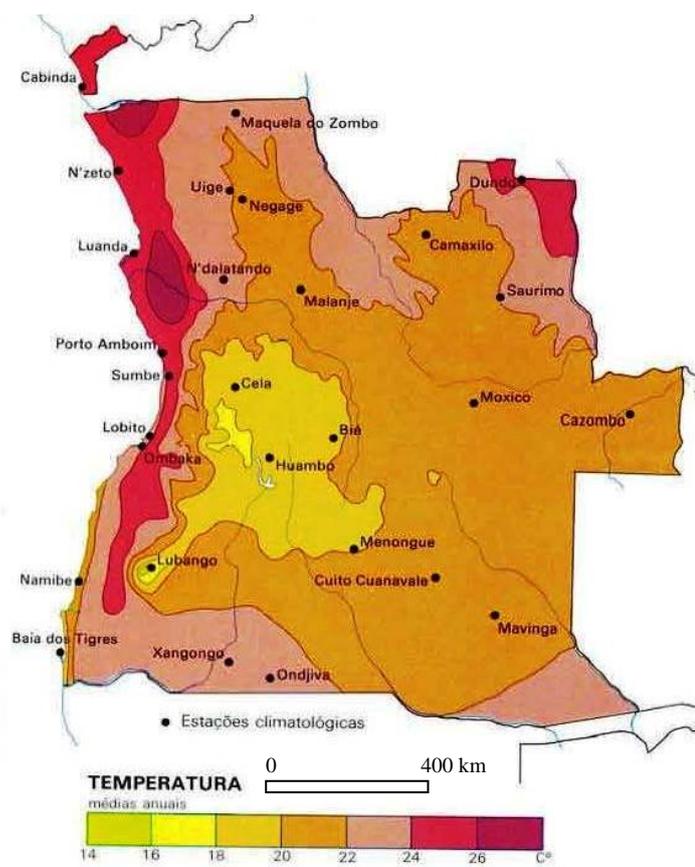
Destacamos neste tipo de clima duas estações: a estação seca que vai de Junho a Agosto com temperaturas moderadas e a estação chuvosa que vai de Setembro a Abril com elevadas temperaturas.

O clima da Baía Farta, sofre influência da Corrente Fria de Benguela, que sendo uma corrente de águas frias acompanhadas de ventos frios que se movem no sentido Sul-Norte e que banham a costa ocidental meridional de África desde o Cabo da Boa Esperança (África do Sul), passando pela Costa dos Esqueletos (Namíbia) e pela costa de Angola, até atingir o Equador, vira bruscamente para Oeste para se transformar na Corrente Equatorial Sul.

A Corrente Fria de Benguela tem origem no Oceano Glacial Antártico e alarga-se à medida que se dirige para Norte, chegando a atingir cerca de 300 quilómetros de largura ao longo de Benguela.

É na confluência dos oceanos Atlântico Sul e Índico que a Corrente Fria de Benguela se encontra com a Corrente Quente da Agulhas, no largo do Cabo da Boa Esperança, resultando este encontro, numa mistura atribulada de águas e ventos quentes e frios, cuja diversidade dá lugar à uma instabilidade acentuada do clima e à uma fauna marinha abundante e variada em peixes, aves marinhas e mamíferos marinhos.

Contudo, o impacto da Corrente Fria de Benguela na costa de Angola é manifestado pelas condições desérticas da Costa dos Esqueletos, da Costa do Namibe, semi-áridas a sul de Benguela, bem como dos nevoeiros persistentes ao longo da costa meridional angolana, onde as terras áridas são submetidas à degradação ecológica, que se manifesta pela deterioração da franja vegetal, salinização das terras de regadios, erosão hídrica e eólica, poluição da água e do ar.



**Figura 6** - Distribuição da Temperatura em Angola. Cunenerak.2010.

Um clima diverso, origina tipos de vegetação diversos com comunidades bioclimáticas que vão desde as comunidades áridas do sudoeste de Angola, até às savanas e florestas densas húmidas dos climas super húmidos de altitude.

Assim uma costa marítima com 1650 quilómetros de dimensão e uma altitude média que varia entre 1200 e 1600 quilómetros, permitem dividir Angola em duas grandes regiões climáticas:

a) Uma região litoral, com um clima tropical seco a Norte e desértico a Sul, que engloba uma faixa litoral influenciada pela Corrente Fria de Benguela, com precipitações anuais que variam entre os 50 mm (Namibe) e os 800 mm (Cabinda), uma humidade relativa superior à 30% e temperatura média anual superior à 23 °C.

b) Uma região interior em três grandes unidades: uma de clima tropical húmido, que abrange a zona interior e o Nordeste de Angola, com precipitações abundantes e temperaturas elevadas; outra de clima tropical modificado pela altitude, situada nas regiões altas do planalto central, com temperaturas médias anuais inferiores a 19° C, e

uma zona de clima semi-árido no Sudeste do país, com pluviosidade média entre 500 mm e 800 mm por ano e temperaturas baixas durante o período noturno da estação seca.

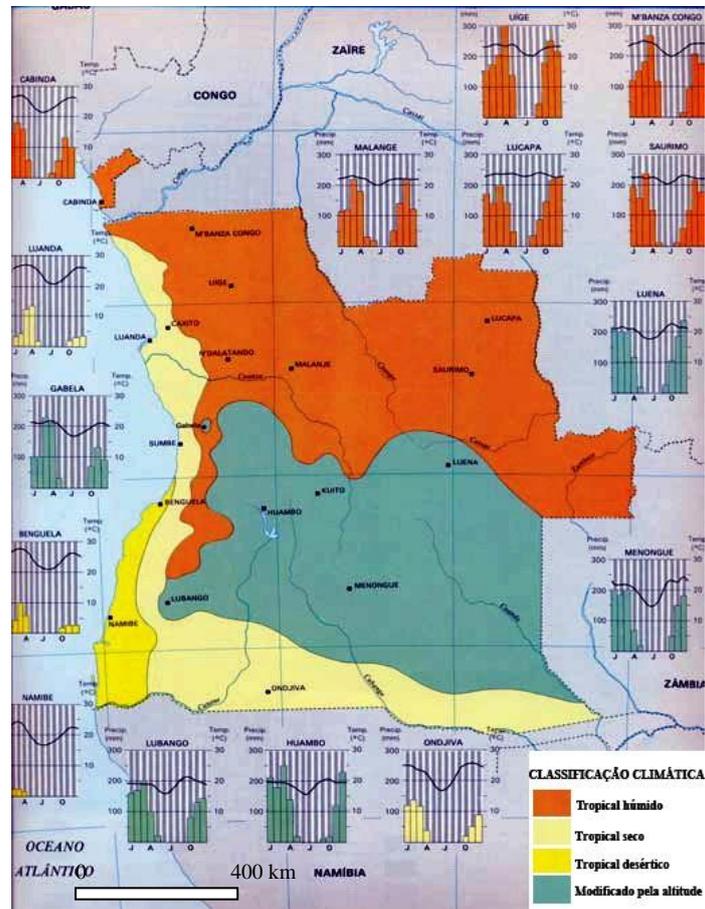
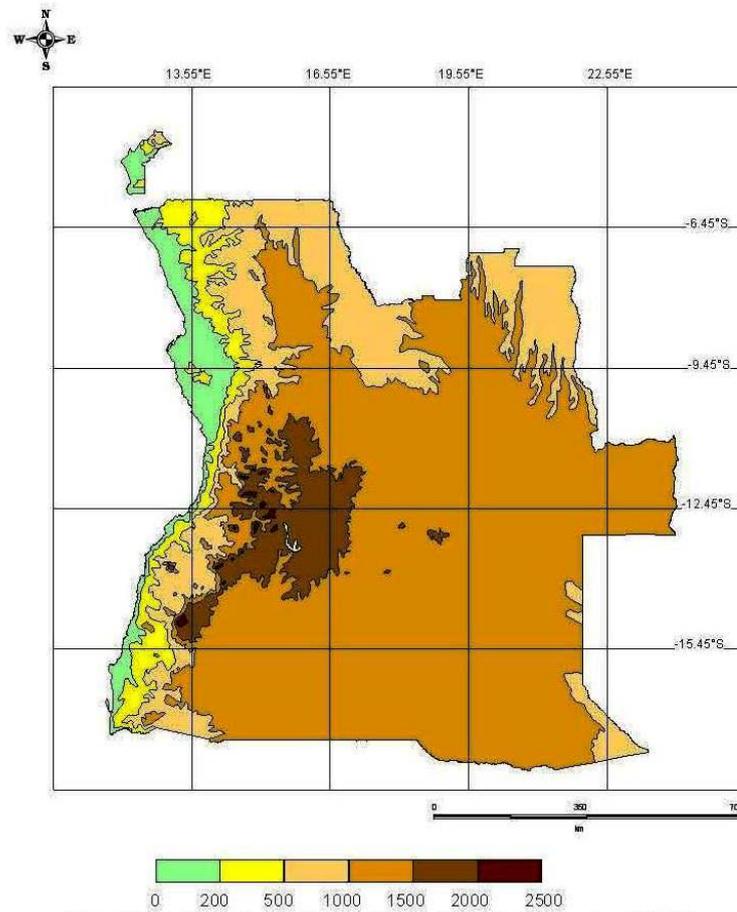


Figura 7 - Distribuição Climática de Angola. 2010.

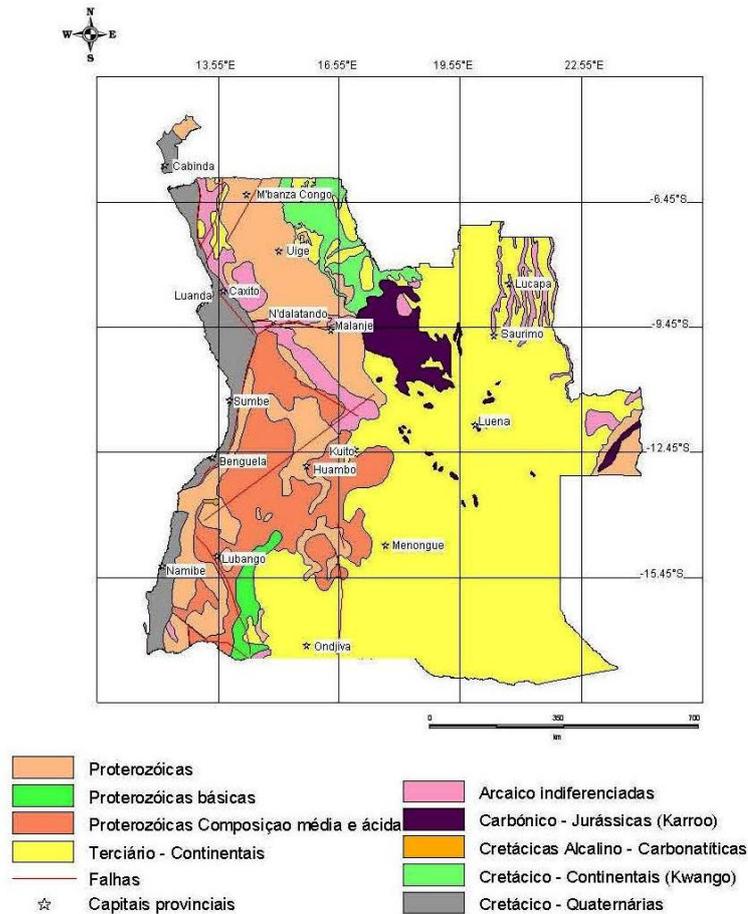
### 1.1.2- GEOMORFOLOGIA

Em relação ao território angolano não podemos deixar de referir que cerca de 73% do mesmo encontra-se acima dos 1000 metros de altitude, o que reforça o factor altimétrico, a par da influência da Corrente Fria de Benguela, como principais responsáveis pelas variações climáticas no território angolano.

O território angolano devido à sua extensão localização e influência dos rios que o atravessam, apresenta uma geomorfologia variada, que inclui a planície costeira, serras, cadeias de montanhas e picos, planaltos e zonas de transição.



**Figura 8** – Geomorfologia. Cunenerak. 2010.



**Figura 9** – Geologia. Cunenerak. 2010.

O relevo angolano é caracterizado por seis grandes unidades geomorfológicas segundo Marques (1996) e CEPT (1968<sup>a</sup>):

1. A Faixa litoral, estende-se ao longo da costa, com uma largura que varia entre a dezena e duas centenas de quilómetros, talha sobretudo formações da orla sedimentar e em parte rochas magmáticas plutónicas, caracterizada por planícies e terraços baixos, podendo atingir cerca de 100 km de largura na foz do rio Zaire e 180 km de extensão na foz do rio Cuanza, tornando-se mais estreita à medida que se caminha para Sul, limitando-se a pouco mais de 20 quilómetros a sul de Benguela, voltando a alargar-se um pouco na orla marítima do deserto do Namibe.

Sob a acção da erosão do curso dos rios, encontramos canhões cortados nas rochas mais duras em que os enrugamentos das formações mesozóicas deram origem a relevos costeiros nas áreas do Dondo, Capolo, Porto Amboím e

Quicombo, bem como na faixa litoral a vales largos e alagados nas formações geológicas mais brandas.

No litoral propriamente dito, encontramos arribas praias e algumas com muito desenvolvimento, como as restingas das Palmeirinhas em Luanda, restinga do Lobito em Benguela, e da Baía dos Tigres no Namibe. Mais para o interior da faixa litoral é vulgar a acumulação de detritos grosseiros.

2. A Zona de transição (superfícies intermédias) é limitada a Oeste e a Leste por escarpas, sendo a oriental mais vigorosa e mais extensa, talha rochas predominantemente metamórficas (xistos, quartzitos e calcários), para norte do Rio Cuanza, e rochas magmáticas plutónicas (granitos e gnaisses) a Sul.

As superfícies planas que as constituem são dominadas a Norte por relevos de dureza vigorosos mais ou menos individualizados relacionados com a erosão diferencial em rochas de competências diferentes. A Sul, as grandes aplanações são denominadas por inselbergs de vertentes abruptas, testemunhos de variadas condições lito-estruturais das rochas magmáticas em que se desenvolveram. Esta área é caracterizada por degraus em patamares de crescente altitude para o interior, cortados com frequência por rios que correm directamente para o Atlântico, dando lugar a aberturas para o interior como resultado da erosão fluvial.

3. A Cadeia Marginal de Montanhas marca a passagem para o interior e desenvolve-se de norte a Sul embora com maior vigor a Sul do Rio Queve e constitui a unidade mais elevada, com altitudes próximas aos 2000 metros, bem delineada entre Cassongue na Província do Kuanza-Sul e Humpata na Província da Huíla, o cordão de montanhas ao longo da costa que ganha altitude à medida que se caminha para Sul.

O Rio Cuanza divide a zona de montanhas costeiras, em duas regiões distintas: a parte Norte com montanhas de elevação média de cerca de 500 metros, com picos atingindo entre 1.000 a 1.800 metros, e relativamente acidentada (eixo Camabatela Uíge - Bungo - Damba, na Província do Uíge e as montanhas da orla costeira a Sul do Cuanza, que se erguem abruptamente na forma de grandes escarpados, chegando os picos desta cadeia montanhosa a atingir os 2.500 metros ao sul do Kuanza- Sul, e os 2.000 metros de escarpados já bem a Sul na região da Tundavala (Serra da Chela), ao Sul do planalto da Huíla.

4. O Planalto Antigo constitui a maior parte do interior oriental mais elevado no seu sector centro ocidental, com altitude no geral inferior aos 1500 metros, talha rochas metamórficas e numa vasta área arcoses, conglomerados, arenitos e areias de cobertura.

O extenso planalto antigo do interior a Leste da orla de montanhas paralelas a costa, constitui a grande massa do território angolano, descendo de altitudes máximas de 2500 aos 2300 metros nas serras altas do Lépi, Caconda e Chela na Província da Huíla, e é em norma plano, descendo ligeiramente para o interior e para nordeste, até aos cursos dos Rios Cuilo e Caluango nas Lundas, onde predomina a floresta de galeria. As extensas anharas do Moxico e as chanas do Cuando- Cubango (Terras do Fim do Mundo outrora, actualmente terras do progresso), são talvez, o exemplo mais típico da extensa savana no planalto antigo interior.

O grande planalto angolano é de facto constituído por vários planaltos (Malange, Benguela, Huambo, Bié e Huíla), relativamente independentes cortados pelas redes dos rios que correm para o Rio Zaire a Norte, para o Atlântico a Oeste, para o Lago Etosha (Namíbia) a Sul, ou para o Rio Zambeze a Sudeste.

5. A Bacia do Zaire desenvolve-se a Nordeste nas áreas cuja drenagem se processa para norte, em rochas semelhantes às do planalto antigo.

As Bacias do Zambeze e Cubango desenvolvem-se a Sudeste, nas regiões cuja drenagem se processa para leste e sudeste, fundamentalmente em rochas detríticas.

6. O Deserto do Namibe, situado no quadrante sudoeste do território, é uma sub-região de características muito distintas, onde encontramos dunas móveis e maciços rochosos juncados de rocha devido à desagregação provocada pelas grandes amplitudes térmicas. O deserto, com uma altura média de cerca de 300 metros, alarga-se entre a costa atlântica e a Serra da Chela, na Huíla.

No que tange a *Benguela* dentro da paisagem angolana encontra-se em grande parte incluída, na zona de transição constituída essencialmente por rochas eruptivas que se destaca entre o planalto antigo e a faixa litoral, caracterizando-se por um rejuvenescimento intenso do relevo à sul do Rio Catumbela aparecendo com altitudes geralmente inferiores à 1000 metros passando quase insensivelmente para a faixa litoral

atingindo à norte deste rio, cotas mais elevadas entre 1000 e 1500 metros estando então separada da zona costeira, por uma escarpa bem nítida.

Na zona leste de Benguela, incluída já na cadeia marginal de montanhas, o relevo é mais ou menos movimentado, com altitudes que por vezes ultrapassam os 2000 metros.

A faixa litoral talhada em rochas sedimentares e metamórficas (complexo de base) estende-se ao longo da costa com um desenvolvimento irregular atingindo algumas dezenas de quilómetros.

De uma forma geral, o relevo da Baía Farta é de planície, com características desérticas, observando-se a influência da acção dos ventos, já que nesta região os ventos sopram com frequência e intensidade arrastando os detritos, na periferia observam-se planaltos e montanhas de onde partem as águas que se dirigem as zonas baixas.

Os factos geológicos da Baía Farta têm características idênticas no Sudoeste de Angola e onde algumas das formações estão datadas, os documentos materiais de comunidades humanas e da sua interacção com o ambiente, podem por contextualização, serem aferidas cronologicamente por analogia.

Assim o estudo da geologia permite explicar a acção predadora sobre determinados animais marinhos e depositados há mais de três quilómetros da costa actual e a mais cem metros do nível actual do mar.

A geologia é formada por camadas em geral paralelas ao mar excepto em alguns locais é cortado por linhas de água sazonais, formando verdadeiros canyons como o Dungo na Baía Farta, Canguengo, e Tchitandalucúa.

Noutros a erosão pluvial terá formado vales largos limitados por escarpas, como o caso da Caota ou da Baía Azul, onde a erosão torna possível visionar a estratigrafia em corte.

Há mais de trezentos mil anos, o nível do mar encontrava-se entre cento e cinquenta e cento e vinte metros do nível actual na zona de Benguela, o que pressupõe dizer que toda a zona entre a Bela Vista no Lobito até aos morros das Bimbas e de Sto. António, Sombreiro, estivessem eventualmente debaixo de água durante umas centenas de anos.

O Dungo é um rio seco (oued) que recebe uma série de tributários, desaguando numa superfície arenosa aluvionar formada pelas descargas anuais. Estes cursos de água ao longo de milhares de anos terão deixado à vista em vários locais concentrações de artefactos e restos de talhe provavelmente em resultado do desmantelamento de

carcaças de animais marinhos ou de animais terrestres de médio e grande porte, como os antepassados dos ungriris ou olongos (*Tragelaphus strepsiceros*) ou mesmo elefantes, atendendo ao tamanho dos instrumentos de corte.

### **1.1.3- HIDROGRAFIA**

Quanto a hidrografia de Angola, podemos referir que as particularidades do relevo condicionam as características hidrográficas, pois que os rios nascem no planalto angolano e que o cortam em bacias hidrográficas diferenciadas sendo talvés, o factor mais importante no padrão de ocupação humana das terras de Angola.

A maioria dos rios angolanos nasce nas terras altas do planalto central e corre em quatro direcções diferentes: para Norte, partilhando a imensa Bacia do Zaire correm os afluentes dos grandes Rios, como o Cuango, Cuílo, Caluango, Chicapa, Luachimo, Chiumbe e Cassai; para a costa atlântica correm os Rios M'Bridge, Lodge, Dande, Bengo, Cuanza (maior rio inteiramente no território de Angola), Queve, Catumbela, Coporolo.

A Sul e a Oeste do planalto, correm os Rios Bentiaba e Curoca, a Sul e a Oeste das terras altas da Huíla, corre o Rio Cunene, a Leste da Bacia do Cunene corre o Rio Cariango, directamente para Sul em direcção ao Lago Etosha no Deserto do Kalahari (Namíbia), correm um número de rios de menor caudal, ou mesmo de caudal temporário ou intermitente.

No quadrante Sudeste do território de Angola, no Cuando Cubango, todos os rios correm para direcção sudeste formando a orla ocidental da grande Bacia do Zambeze. Pela sua importância devemos mencionar os Rios Cubango, Cuito, Cuando, Luíana, Lungué-Bungo, bem como o próprio Zambeze no saliente do Cazombo a Este do país.

Os rios que cortam o planalto são, em geral, de pequeno volume e fraco declive no seu troço inicial, contudo, ganham volume depois de atravessarem as montanhas criando vales apertados antes de atingirem o litoral, sendo comuns as cataratas e os rápidos, antes de atingirem o seu troço terminal. A floresta de galeria (muxitos) é comum nas margens da maioria dos rios do planalto.

Já nas planícies costeiras, onde as águas se juntam em maior quantidade, os rios espriam-se geralmente por terrenos baixos, onde predominam os palmares, e desaguam em estuário sendo os mangais, típicos desses estuários onde predomina a água salobra.

A maioria dos rios angolanos oferece, potencial muito grande para aproveitamento hidroelétrico e são ricos em espécies marinhas, como o bagre, cacusso, enguia que, por norma, são capturados por pescadores artesanais e consumidos localmente a exceção da pesca da tuqueia, que antes era uma actividade económica tradicional importante na Bacia do Zambeze e cuja produção era exportada para as regiões limítrofes.

O sistema hidrográfico angolano pode ser dividido em função das principais bacias de drenagem, que estão estreitamente relacionadas com o relevo das Grandes Montanhas Marginais do Planalto Antigo. Deste modo os regimes podem delimitar as principais vertentes dos sistemas de drenagem das principais bacias hidrográficas de Angola: Bacias de drenagem do Oeste de Angola; Bacia de drenagem do Rio Zaire; Bacia de drenagem do Cuvelai; Bacias de drenagem do Okavango; Bacia de drenagem do Zambeze.<sup>2</sup>

O território da *Província de Benguela* representa uma complexa combinação de planaltos escalonados, cortados por vales e rios, completados com depósitos diferentes pela sua potencialidade e composição.

No entanto característicos são os vales dos rios secos, que acumulam águas no período das chuvas, bem como as colinas monolíticas isoladas. Não obstante esta parcela territorial é drenada por alguns cursos de água que confinam em cinco bacias hidrográficas: Balombo, Cubal da Hanha, Catumbela, Cavaco e Coporolo, que definem vales importantes da faixa litoral da Província (Canjala, Hanha, Catumbela, Cavaco e Vale do Coporolo no Dombe Grande).

O Rio Cavaco apresenta um regime hídrico intermitente, dependendo da época das chuvas, nasce no planalto da Caconda, Província da Huíla, atravessa o interior de Benguela desaguando no Oceano Atlântico.

Ao longo do seu perfil transversal na cidade de Benguela, apresenta uma escassez de vegetação nas margens e constitui uma zona agrícola potencial para a produção de banana.

O Rio Catumbela nasce na serra de Cassoco na Província do Huambo e desagua no Oceano Atlântico, ao sul da cidade do Lobito, após um percurso de 240 quilómetros, permitiu ainda a construção de duas barragens a do Biópio e a Barragem do Lumaum.

---

<sup>2</sup> Norwegian Water Resources and Energy Directorate, Setembro 2004

Os seus principais afluentes são o Rio Cuíva, na margem direita, e o Rio Cubal, na margem esquerda.

O Rio Coporolo, cujo curso superior do rio separa a Huíla da Província de Benguela, é um rio de regime permanente. Tem como afluentes na margem esquerda os rios Handja e Impulo.

Tendo em conta a hidrografia do município da Baía Farta e partindo do princípio de que o clima está estritamente relacionado com a hidrografia, influenciando na redução da intensidade das precipitações, na região o aquecimento da terra intensifica a evaporação das águas transportadas pelas correntes fluviais provenientes das zonas mais elevadas (planaltos e montanhas da periferia) podendo-se referir que a Baía Farta possui uma hidrografia de águas à superfície.

A presença do Rio Coporolo na Comuna do Dombe Grande exerce muita importância para a Baía Farta já que faz parte da bacia hidrográfica do sudoeste angolano que se estende desde noroeste da Província da Huíla até ao sul da província de Benguela, com uma área de cerca de 16.444 km<sup>2</sup> e um perímetro de 709 km, sendo útil ao fomento da actividade agrícola, por isso o desassoreamento do mesmo proporcionará bons rendimentos aos agricultores visando desenvolver assim a economia do município da Baía-Farta.



**Figura 10** - Rio Coporolo.

#### **1.1.4- SOLOS**

Em Angola existe observa-se uma grande diferenciação de condições pedológicas que de certa forma influencia a actividade humana. Cerca de metade do território angolano a Leste é constituído por solos Psamíticos.

Nos planaltos do Centro e nos sub-planaltos do Centro Norte destaca-se a grande mancha dos solos Ferralíticos, com o seu condicionalismo agrícola ditado pela baixa fertilidade química que decorre da sua fraca reserva mineral. Estas duas grandes manchas de solos, cobrindo mais de 2/3 do território angolano, suportam uma actividade pecuária e agrícola pouco intensa, onde o recurso ao regadio poderá ter apenas carácter complementar e restrito em algumas áreas pouco extensas, nos vales dos rios.

No Sudoeste, Litoral e nas regiões sub-planálticas das zonas de transição para o interior central, há uma diversidade de solos de boas características físicas e químicas, que podem suportar uma agricultura intensiva com base no regadio, são designadamente os solos Aluviais, Barros, Calsialíticos, Arídicos Tropicais (maioritariamente Cambissolos e Calcissolos, mas incluindo também Solonchaks e Solonetz, entre outros) e Fersialíticos (Luvisolos, Nitissolos), que no seu conjunto cobrem mais de 14 milhões de ha, cerca de 12% da área total do País.

Em relação a Província de *Benguela*, verifica-se que os solos apresentam fertilidade variável, com alguma reserva mineral disponível na faixa litoral, que vai

diminuindo à medida que se caminha para o interior, principalmente na zona mais à Oriente, dominada pelas formações planálticas.

Os solos aluviais são bastante heterogéneos, predominando as texturas finas nas baixas dos Rios Balombo, Cubal e Catumbela, mas noutros Rios, a Sul, predominam os solos de textura média e grosseira.

Nas baixas aluvionais, exceptuando o Rio Catumbela, o solo agrícola reduz-se a camadas delgadas de materiais finos, intercalados por outras de textura grosseira ou mesmo manchas improdutivas.

Em diversos pontos da costa marítima ocorrem solos coluviais, particularmente entre Catumbela e Benguela, onde se desenvolveram grandes explorações de cana-de-açúcar em regadio.

Entretanto no concernente ao município da Baía Farta, os solos de fracção fina, principalmente argilosa, apresentam boa reserva mineral, pouco funda e com abundante material rochoso predominando o tipo de solos áridos e tropicais, inaptos para a agricultura pelo que, não constitui barreira para a expansão territorial do município da Baía Farta.

#### **1.1.5- FLORA E FAUNA**

As condicionantes para o desenvolvimento da vegetação são imensas em grande parte do território angolano, onde a paisagem mais vulgar é de Savana ou Estepe. Contudo, há regiões imensas de grande potencial agrícola, que se localizam na parte Ocidental do Planalto e outras com potencial para a pastorícia como mais a Sul do Planalto. O clima proporciona excelentes condições para a exploração de determinados recursos, como o caso da Corrente Fria de Benguela que, por um lado, origina grande secura na região Sudoeste de Angola mas que, por outro, alimenta as águas costeiras de fitoplâncton, que por sua vez, dá origem aos enormes recursos piscatórios ao longo da costa angolana.

De realçar que o tipo de vegetação natural é a de savanas e matas de panda, que ocorrem em grande parte do Planalto Antigo, especialmente a Sul deste, como nas regiões mais interiores até ao Zambeze, onde é interrompido pela anhara das cameias, também se expande por regiões de Malanje a Este do Uíge e a Ocidente das Lundas, interrompido a Nordeste de Malanje pela Baixa de Cassange, por Savanas distintas.

Uma outra ocorrência importante é a de matas e savanas húmidas nas regiões das Montanhas Marginais, direccionando-se para o interior planáltico na região Centro. As florestas húmidas parecem circunscrever-se a pequenas regiões do norte nas faixas de transição de altitudes para a região interior de Luanda e daí para Norte, ao Ocidente do Uíge.

Na faixa litoral, de Norte à Sul, encontram-se estepes e savanas secas, sendo de deserto absoluto no litoral da Província do Namibe. O quadro de estepes secas continua deste para o interior sul em direcção ao Cubango-Lubango.

Porém a vegetação de Benguela é dominada por formações de estepe na zona ocidental, por formações de floresta aberta (mata de Panda) e savana medianamente arborizada nas zonas mais interiores da Província.

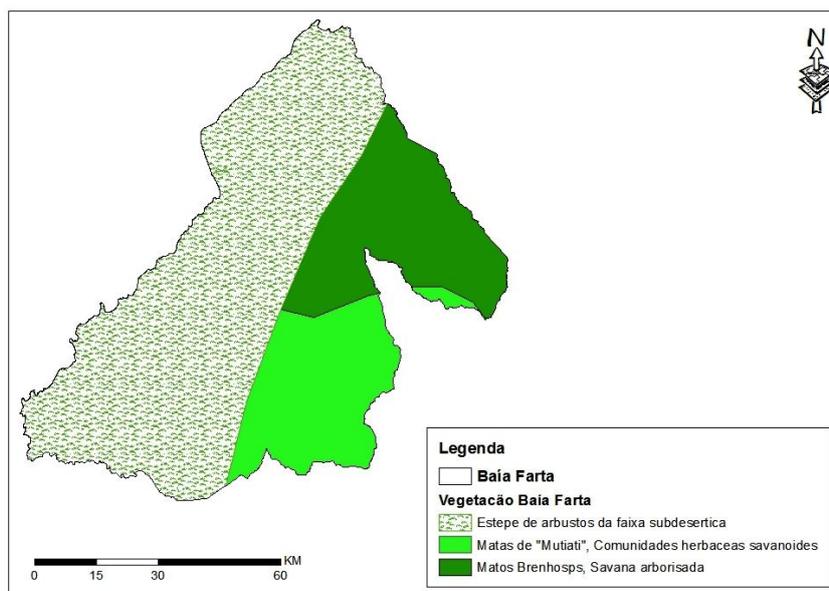
Recentemente, o avanço do fenómeno da desertificação do Sul para o Norte nas zonas litorais tem-se vindo a acentuar, potenciado pelo desgaste de material florestal para o uso de combustível lenhoso, sem a devida reflorestação.

A formação vegetal dominante é a savana arbórea, em que predominam espécies de folhagem reduzida e caduca, sendo de destacar a representação de espinhosas, cobertura herbácea quase estiolada e desaparecimento de elementos lenhosos.

A fauna desta Província é rica em espécies como zebras, leões, elefantes, oncos, golungos, búfalos, onças, onças e a cabra de leque, principalmente na zona de Mamué ao sul da Baía Farta.

O Parque Natural Regional da Chimalavera é considerado a principal reserva natural da Província de Benguela com uma superfície de 150 Km<sup>2</sup> e uma fauna variada, não obstante a Reserva Parcial do Búfalo, nome atribuído em honra ao búfalo preto que existiu naquela região, criada em 1974, com 400 Km<sup>2</sup> de superfície e onde igualmente se pode observar uma fauna variada.

As elevadas temperaturas, a fraca precipitação, a elevada humidade relativa explicam o desenvolvimento da flora, nesta região onde predomina o tipo de vegetação principal da zona de estepe, constituída por tipo de ervas rasteiras formando um tapete geralmente descontínuo e do qual emergem, alguns arbustos espinhosos dispersos, sendo herbácea, desenvolvendo-se no período chuvoso e servindo de alimentação básica, para a fauna.



**Figura 11** - Vegetação do município da Baía Farta.

Muito rara e isoladamente encontram-se algumas espécies de árvores raquíticas e de copa relativamente larga com predomínio para as acácias (espinhosas) e também para os cactos.

A pobreza da vegetação, o excessivo calor e a escassez de água constituem circunstâncias muito desfavoráveis à vida animal.

Contudo a região da Baía Farta é caracterizada por várias espécies de animais marinhos e com grande potencialidade para a indústria pesqueira, dispõe de condições excepcionalmente favoráveis, podendo servir de subsistência essencial à população.

No entanto a fauna, é ainda apreciável em espécies terrestres e marítimas existindo diferentes espécies de animais que se adaptam à seca por exemplo cabritos, bois, cavalos, que só se alimentam de capim verde durante o período das chuvas que por sua vez servem de alimento a população, salientamos também a criação de gado bovino, caprino, suíno, equinos, caninos bem como aves, sem descurar a presença dos animais como a cabra de leque, os macacos e outros no Parque Natural Regional da Chimalavera.

Em resumo, com relação aos aspectos físicos verifica-se que Angola dada a grande extensão do seu território, diversidade das condições geográficas existentes como a conjugação do relevo com a latitude, o factor continentalidade e a influência da

Corrente Fria de Benguela, condicionam as características climáticas e hidrográficas das diferentes regiões.

## **1.2- CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DE ANGOLA BENGUELA E BAÍA FARTA**

### **1.2.1 - CARACTERIZAÇÃO SOCIAL**

Para falar da Caracterização Social, é importante referir que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado no início da década de 90 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, uma contribuição para identificar o estágio de desenvolvimento dos povos de cada país, e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano como a longevidade, que reflecte, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; a educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior e onde a renda medida pelo poder de compra da população baseada no Produto Interno Bruto per cápita ajustado, ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

O IDH varia entre os valores 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, mais alto será o nível de desenvolvimento humano do país ou da localidade em questão.

Para classificar os países ou uma localidade em três grandes categorias, o PNUD estabeleceu as seguintes faixas:

- a) 0,000 <0,500 Baixo Desenvolvimento Humano
- b) 0,500 <0,800 Médio Desenvolvimento Humano
- c) 0,800 <1,000 Alto Desenvolvimento Humano

Assim o IDH de Angola em 2005, era considerado baixo com pendor apenas a 0,446. Logo a esperança de vida ao nascer era de 42 anos, a taxa de analfabetos acima de 15 anos chegava a 67,4% e a renda per capita da população neste ano, apenas atingiu os 2.180 dólares americanos anuais.

A composição do IDH, segundo o Relatório de Desenvolvimento da ONU – Organização das Nações Unidas para o nosso país estava assim distribuída:

**Quadro 2** – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2005. PNUD, 2008.

IDH Longevidade	IDH Educação	IDH Renda	IDH Médio
0,279	0,535	0,526	0,446

Um país possui visibilidade internacional pelos indicadores que apresenta, pois o Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação como Angola não se justifica necessariamente como factor decisivo para os investidores internacionais. As condições de vida de um país em questão são referenciadas pelo seu IDH - Índice de Desenvolvimento Humano tornando-se muitas vezes decisivo para a tomada de decisão.

Em 2005, o PNUD observou o IDH em vários países tendo Angola ocupado o 162º lugar com o IDH de 0,45, considerado como baixo desenvolvimento humano.

**Quadro 3** - Países de alto, médio e baixo Desenvolvimento Humano – 2005. PNUD, 2008.

Pos/.	País – Alto	IDH	Pos/.	País – Médio	IDH	Pos/.	País – Baixo	IDH
1	Islândia	0,97	74	Venezuela	0,79	156	Senegal	0,50
29	Portugal	0,90	112	Egito	0,71	158	Nigéria	0,47
51	Cuba	0,84	121	África do Sul	0,67	<b>162</b>	<b>Angola</b>	<b>0,45</b>
66	Bósnia- Herzegóvina	0,80	125	Namíbia	0,65	168	Congo (RD)	0,41
70	Brasil	0,80	155	Gâmbia	0,50	177	Serra Leoa	0,34

Os recursos naturais, nomeadamente florestais, pesqueiros, minerais, hídricos e outros fizeram nascer no território da Província de Benguela um expressivo sector da Indústria Alimentar, Ligeira, Pesada e de Transformação, que abrangia o açúcar, o álcool e melaço, as conservas de frutas vegetais, a carne, o peixe, a farinha de milho e de trigo, as rações para animais, o óleo alimentar, as gorduras e sabão, as bebidas alcoólicas, fermentadas e espirituosas, a desfibra do sisal, têxteis e confecções, a madeira, os mobiliários, o papel, os calçados, o tabaco, a construção e reparação naval, o cimento, as cerâmicas, os mosaicos e mármore e uma vasta gama de outros produtos

e serviços de apoio à indústria, sendo actualmente o segundo parque industrial de Angola.

Benguela apresenta um grande potencial agrícola, devido a produtividade dos seus solos e as condições hidrográficas do seu território, uma vez que dos 39.826,83 km<sup>2</sup> de área total, cerca de 1 milhão de hectares, são terras favoráveis ao desenvolvimento da actividade agrícola.

As principais culturas da Província são: a banana, o milho, o sorgo, a batata rena, a batata-doce, o sisal, o algodão, o café, o palmar, o trigo, os abacaxis, o feijão, a mandioca, hortícolas, os citrinos, a manga, o tabaco, a cana-de-açúcar e outras.

Para analisarmos a caracterização demográfica de Benguela, é imperioso referir que a falta de um Censo Populacional actualizado, afecta em grande parte qualquer plano de desenvolvimento territorial. As dificuldades em obter este número da população mais aproximado comprometem sobre maneira a análise de desenvolvimento económico e social da Província, o que, apesar de tudo, não inviabiliza a elaboração de um programa que vise o planeamento.

De acordo aos dados estatísticos, podemos constatar que no ano de 2000, a Província de Benguela ocupava a 2<sup>a</sup> Posição em termos populacionais, depois da Província de Luanda, com uma população estimada em mais de 1,6 milhões de habitantes, uma densidade populacional de 40,5 hab/km<sup>2</sup>, uma Taxa Anual de Crescimento (TAC) de 13,7%, representando 11,1% do total da população do país (Anexo A).

A População de Benguela é predominantemente jovem, representando 54% do total da população ou seja, pouco mais de 1,3 milhões de habitantes não possuem mais do que 19 anos.

**Quadro 4** -- Faixa Etária da Província de Benguela 2006. Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013 Versão II 2008. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

<b>Faixa Etária</b>	<b>População</b>	<b>% Relativa</b>
0-14	1.199.205	45%
15-19	228.151	9%
20-49	1.164.311	43%
50 Ou +	81.751	3%
Total	2.673.418	100%

## 1.2.2- CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

A caracterização da economia angolana, não pode ser dissociada dos factores negativos resultantes dos períodos políticos que Angola viveu. Os incessantes conflitos militares, associados a uma política governamental que privilegiava a área de defesa em prol do desenvolvimento económico, não permitiram uma evolução favorável da economia. Assim, com o objectivo de inverter a situação para uma economia de mercado, o governo aderiu em 1998 ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM).

Angola é um dos países da África Austral com maior potencial de desenvolvimento. A estabilização do quadro político-militar abriu renovadas perspectivas aos potenciais investidores privados estrangeiros ou não. Em 2007, Angola era o 7º mercado de destino das exportações portuguesas, passando em 2008 a ser o 4º mercado de destino, reforçando-se como mercado alternativo por excelência dos mercados tradicionais<sup>3</sup>.

Em relação ao Turismo, Angola é um país com imensos motivos de atracção de visitantes devido a grande diversidade da sua fauna e flora, praias, montanhas, rios, parques e reservas.

No tempo colonial, eram reconhecidas as potencialidades turísticas de Angola, mas o seu desenvolvimento nunca se concretizou, devido à pouca atenção dada a este sector económico. Em 1972, havia apenas cinquenta e duas unidades hoteleiras em Angola nomeadamente em Luanda, Huambo, Lubango e Lobito. Em 1975, com a criação do primeiro governo angolano, na sequência da proclamação da independência, surgiu a Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, que a partir de então personificou a administração turística angolana a par de outros sectores da actividade sócio-económica.<sup>4</sup>

Em 1989, o país aderiu à Organização Mundial do Turismo (OMT) no decorrer da 8ª assembleia-geral realizada em Paris. Iniciaram-se assim as primeiras comemorações do dia Mundial do Turismo em Angola. A adesão de Angola à OMT, trouxe vantagens palpáveis e benefício imediato que se traduziu em vários projectos como o Reforço Institucional do Estado Angolano no domínio do Turismo, criação de

---

<sup>3</sup> <http://rep.bancobpi.pt>

<sup>4</sup> idem

sistema de recolha, tratamento análise e publicação de estatísticas do turismo, incentivo à criação de empresas e agências de viagens e do turismo.

Actualmente, os sectores de hotelaria e turismo em Angola têm apresentado índices aceitáveis de desenvolvimento. A paz alcançada em Abril 2002, permitiu o exercício de diferentes actividades e a realização de investimentos no sector hoteleiro com maior segurança a nível do território nacional.

Angola na sua costa atlântica de 1.650 quilómetros, onde rios caudalosos desaguam em amplos estuários e onde são depositados sedimentos arrastados das zonas planálticas, formaram-se numerosas ilhas, baías e restingas, onde se localizam excelentes praias.

Assim em Luanda existem a ilha do Cabo, Mussulo, Palmerinhas, Corimba e Santiago; em Benguela, as praias Morena, Restinga, Caóta, Caotinha, Baía Azul e Baía Farta e na Província do Namibe, as praias Miragens e Azul.

Apesar de o clima permitir a frequência das praias ao longo de todo o ano, é especialmente na época quente entre Setembro e Abril que as mesmas são mais procuradas, tornando-se bastante animadas junto aos bares (cafés) e outros estabelecimentos onde o mistério da noite africana se junta a música e as danças de sabor tropical.

### **1.2.3- A PROVÍNCIA DE BENGUELA E O MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA NO CONTEXTO ANGOLANO**

Ao falarmos da *economia de Benguela* torna-se imperioso fazer menção aos transportes, isso é, ao Porto do Lobito e ao Caminho de Ferro de Benguela, uma vez que constituem uma infra-estrutura ímpar no contexto africano em geral, fundamental para o processo de desenvolvimento económico e produtivo de Angola, e de Benguela em particular.

Além desta ligação a Empresa de Caminhos-de-Ferro-de-Benguela, na área de jurisdição do porto existem terminais oceânicos da Sonangol (Petróleo), da Encime (cimento), os estaleiros navais da Lobinave, as instalações da Empresa de construção e reparação de plataformas petrolíferas Sonamet e Silos de Cereais de mais de 20 mil toneladas.

O desenvolvimento do Porto do Lobito estava historicamente dependente do Caminho de Ferro de Benguela. A forma e a organização da infra-estrutura portuária

podem ser consideradas como sendo o resultado da relação simbólica entre estes dois organismos.

Em 1972, o substancial aumento da navegação veio impor a necessidade de um projecto de ampliação do Porto de forma a ter mais 950 metros de cais à Sul do Ancoradouro 6, mas o projecto parou em 1975, depois de mais de metade da dragagem necessária já ter sido feita.

Não se sabe ao certo, qual a profundidade actual da entrada do canal, devido ao assoreamento provocado pela corrente costeira. Sabe-se, no entanto, que o comprimento da Restinga aumentou cerca de 900 metros entre 1891 e 1962, data em que se fez uma série de melhorias para reduzir o efeito do assoreamento na entrada do canal.

A história do Caminho de Ferro de Benguela percorre todo o século XX e está intimamente relacionada com a fundação da cidade do Lobito em 1913. Os trabalhos de construção começaram no princípio de Março de 1903 e só foram concluídos a 10 de Março de 1931 até ao município do Luau no Moxico, totalizando uma distância de 1.346 quilómetros e oficialmente inaugurado a 01 de Julho de 1931, data em que fora provisoriamente aberto ao tráfego internacional e a 04 de Julho de 1931, aberto definitivamente. Os técnicos do Caminho de Ferro de Benguela do serviço florestal e agrícola desenvolveram a actividade florestal de tal forma que, em 1974 existiam ao longo da linha, a partir da Ganda, talhões que totalizavam cerca de 37.500 hectares, onde se encontravam plantados mais de 96 milhões de pés de eucaliptos.

Com esta enorme quantidade de recursos florestais, o Caminho de Ferro de Benguela, era considerado o maior proprietário privado de floresta em todo o mundo sendo que a riqueza destes recursos permitiu a construção no Alto Catumbela, município da Ganda, de uma fábrica de celulose e papel.

Após 1975, o Caminho de Ferro de Benguela, foi alvo de diversas acções de sabotagem, levando a sua entrada em declínio até à quase paralisação da sua actividade no final da década de 80.

A África do Sul, como potência regional, possuía grandes interesses na diminuição da actividade do Caminho de Ferro de Benguela, porque o Porto do Lobito suplantava em termos de importância o Porto de Walvis Bay (Namíbia) que, como plataforma giratória do movimento de mercadorias na África Austral, assegurava uma maior dependência económica da Zâmbia e Zimbabwe para o escoamento das suas exportações, uma vez que estes países não têm acesso marítimo.

O Caminho de Ferro de Benguela desde sempre assumiu grande importância no contexto da economia regional, pois é considerado a espinha dorsal dos transportes de toda a Zona Central de Angola, possuindo ainda uma grande importância no contexto da África Austral, sendo a sua operacionalidade essencial para a dinâmica da economia nacional e transfronteiriça.

Em 1973, o Caminho de Ferro de Benguela, contava com 13.232 trabalhadores, número que decresceu para 11.200 no ano seguinte. A empresa promovia também a criação de diversos bairros destinados à habitação dos seus trabalhadores.

O troço entre Benguela e Lobito nunca foi alvo de interrupções de tráfego, mas os comboios de longo curso circularam entre o Lobito e o Huambo-Bié -Luena -Luau, até Dezembro de 1979, tendo sido suspensos nessa altura, por motivos de segurança.

No troço entre Luena e Luau continuou-se a efectuar o transporte de mercadorias e pessoas até Dezembro de 1983. A partir dessa altura, só esporadicamente se efectuavam transportes de natureza não comercial.

Na Província do Huambo continua em circulação, o troço entre Huambo e Caála. O transporte de mercadorias efectuou-se até ao Huambo (Km 422,4) e, com dificuldade até ao Bié (Km 624,2) até 1987, para a Província do Moxico e a fronteira com a República Democrática do Congo foi suspenso em Janeiro de 1983. As variações no número de passageiros e carga transportada estiveram em larga medida relacionadas com o grau de operatividade da frota e das condições de segurança de circulação.

O Caminho de Ferro de Benguela, apesar de se encontrar num estado de elevada debilidade, conserva todo o potencial para se afirmar como uma empresa com papel estruturante no desenvolvimento de Angola e da Província de Benguela em particular já que se mantêm todos os pressupostos que justificaram a sua criação, sendo por isso a conclusão da obra, uma prioridade. Além disso, a prossecução das obras de reabilitação dos restantes eixos ferroviários, Luanda – Malange e Namibe – Menongue, indica que o transporte ferroviário é uma actividade com elevado potencial de desenvolvimento.

A longo prazo, a construção da primeira via-férrea de Angola com orientação Norte – Sul, ligando Malange à fronteira com a Namíbia, e com passagem pelo Huambo, irá também contribuir para a dinamização do Caminho de Ferro de Benguela.

Logo após a independência, foi criada uma Empresa de Transportes Públicos (ETP), responsável pelo transporte urbano de passageiros, extinta no âmbito da política de redimensionamento empresarial.

Após a sua extinção e com a crescente demanda de transportes, começaram a aparecer de maneira informal os HIACES<sup>5</sup> em todo o país que acabaram por ser regularizados, pois era o único meio de transporte colectivo e surgindo assim as empresas privadas de transporte de passageiros.

#### **1.2.4- ACTIVIDADE AGRO-PECUÁRIA SILVÍCOLA E PESQUEIRA**

Em relação a *agricultura, silvicultura e pecuária*, até 1975, as principais produções empresariais e tradicionais na região eram o sisal, o algodão, o Gergelim, o rícino, o gado de corte e lacticínios, o ananás, o maracujá, a palmeira de dendém, o café arábica, o eucalipto, o coqueiro, o girassol, a soja e a cana-de-açúcar.

A Província de Benguela pretende com o passar dos anos, aumentar significativamente o número de produtores e a produção agro-pecuária. No entanto, deverá ser realizado um estudo para identificar as culturas que mais se adaptam à Província e as cadeias produtivas possíveis de serem implementadas na Província.

A alimentação é um dos grandes desafios do mundo hoje. Segundo os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), milhares de pessoas diariamente morrem por falta de alimentos. Neste sentido, o equilíbrio entre as diversas fontes de alimentos e uma dieta alimentar equilibrada torna-se importante num mundo que cresce em número de habitantes de forma geométrica.

O consumo de carne no mundo depende da cultura e do país em questão. A estatística mundial realizada pela FAO/ONU revela que o peixe é o alimento mais consumido no mundo.

A Província de Benguela possui uma longa tradição no sector primário da economia com o contributo da *pesca*, ao assumir uma dimensão considerável no panorama económico, principalmente no que respeita aos seus municípios do litoral ou seja Baía Farta, Benguela e Lobito, com maior ênfase para a Baía Farta, como o maior Centro Piscatório.

A Província foi um grande exportador de derivados de peixe, nomeadamente farinha de peixe, óleo e conservas. No período colonial, a média de capturas de peixes

---

<sup>5</sup> Hiaces- Transportes privados vulgarmente denominados “táxis” que são utilizados para transporte de passageiros e mercadorias

foi de 56 mil toneladas, entre os anos de 1956 e 1973.<sup>6</sup> Actualmente, quer as estruturas de apoio em terra existentes, quer a frota piscatória em actividade, apresentam um grau de obsolescência considerável, sendo a sua operacionalidade e eficiência afectadas por tais circunstâncias.

Ainda em relação à pesca, podemos citar que com o abandono do meio rural e a migração da população para o litoral, a única actividade que nos últimos anos manteve e aumentou a sua dinâmica vigorosa é a da pesca, sendo o peixe a principal dieta alimentar da população. Hoje o peixe capturado na Província, com a livre circulação das pessoas e bens, vai para todos os cantos do País, beneficiando também os países vizinhos como Botswana, Congo, Namíbia e Zâmbia.

O Parque Industrial na Província encontra-se praticamente paralisado, devido a questões políticas e a falta de investimentos, no entanto em toda a Província existem 2.285 estabelecimentos dos quais, 92,6% são voltadas ao comércio e prestação de serviços e mais de 83% concentram-se nas cidades de Benguela e Lobito.

#### **1.2.5- HOTELARIA E TURISMO**

No concernente a hotelaria e turismo, a Direcção Provincial de Hotelaria e Turismo, até ao ano de 1997, fazia parte da Estrutura orgânica da Delegação Provincial do Comércio e Turismo. Em 1996, foi criado o Ministério da Hotelaria e Turismo e conseqüentemente, no ano seguinte criada a Direcção Provincial em Benguela, com a finalidade de preservar, valorizar, promover e organizar a política do turismo em toda a extensão da Província, bem como licenciar, inspeccionar, fiscalizar e disciplinar as actividades dos estabelecimentos hoteleiros, similares e turísticos.

Em 1997, em consequência da situação política vivida naquela altura, alguns hotéis ficaram inoperantes; em 1998, foram reabilitados dois hotéis, três pensões e cinco restaurantes; em 1999, em paralelo com as Linha Aéreas de Angola (TAAG), começaram a operar mais Agências de Viagens e Turismo dando início a um movimento diferente.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013 Versão IV Junho 2008. Gabinete de Estudos, de Planeamento e Estatística

<sup>7</sup> idem

## 1.2.6- ENERGIA E ÁGUA

Fazendo referência à energia, em relação as cidades de Benguela e do Lobito, os sistemas de iluminação nos anos anteriores até 1940, consistiam em candeeiros e lampiões de petróleo. Depois, passou-se para os petromax, nas residências e estabelecimentos comerciais.

Em relação ao aproveitamento energético, a partir de 1950, com a entrada em funcionamento da Barragem Hidroeléctrica do Biópio, deu-se o início do fornecimento da energia eléctrica, gerida pela Companhia eléctrica Lobito/Benguela. A voltagem usada no consumo doméstico era de 110V. Na década de 1960-1970, passou para os actuais 220V e veio a ser destruída durante a guerra civil no período pós-independência, compreendido entre 1978 e 1982.

Actualmente estão em funcionamento quatro centrais de produção de energia das quais três térmicas, no Lobito (a diesel, com capacidade máxima de 18,3 Mw), no Biópio (turbina a gás, com capacidade máxima de 20Mw) e Hídrica, com capacidade máxima nominal de 14,4Mw) e no Cavaco (a diesel, com capacidade máxima de 2,0Mw) e uma mini-hídrica no Biópio-Açúcareira (capacidade máxima de 1,5 Mw).<sup>8</sup>

As centrais do Biópio foram construídas antes da Independência pelo que nos últimos trinta anos não foram alvo de obras importantes de remodelação ou ampliação, tornando-se fácil referir que o seu estado e capacidade de satisfazer a crescente procura de energia eléctrica são débeis.

O panorama existente a nível dos municípios do litoral (Lobito, Benguela e Baía Farta), é totalmente diferente daquele que se vive no interior da província, porque a produção de energia eléctrica nos municípios do interior é conseguida através de grupos geradores, instalados nas sedes municipais e comunais com a excepção da Comuna do Cubal, do Lumbo (município do Bocoio), e da Comuna do Kayave (município do Caimbambo). Na grande maioria dos casos, o regime produtivo cobre uma percentagem muito reduzida das 24 horas diárias.

As acções têm sido orientadas para a satisfação das necessidades de energia eléctrica, para assegurar uma oferta permanente e crescente destes serviços para a população e para o Crescimento da Província, melhoramento da qualidade de prestação

---

<sup>8</sup> Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013- Versão IV- Junho de 2008 Gabinete de Estudos, de Planeamento e Estatística

destes serviços públicos e garantia da utilização racional e sustentável dos recursos energéticos e hídricos da Província.

### **1.2.7- SANEAMENTO BÁSICO**

Quanto as águas residuais, a rede de saneamento a operar é muito diminuta e está confinada a pequenas zonas das cidades de Benguela e do Lobito.

Quer num caso, quer noutra, as águas sépticas são encaminhadas para estações de bombeamento e em seguida para Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), que actuam através de bacias de oxidação.

### **1.2.8- GEOLOGIA E MINAS**

Com relação a geologia e minas, nos anos anteriores à Independência Nacional, o valor da produção do país concentrou-se nos diamantes e no minério de ferro, os quais juntamente com o petróleo, representavam cerca de 95% da produção total de matéria-prima mineral. Nessa mesma época, a produção mineira esteve sempre dirigida para a satisfação dos mercados externos.<sup>9</sup>

Apenas em áreas restritas e consideradas muito favoráveis, devido ao conhecimento muito antigo dos índices de mineralização, incidiram trabalhos de prospecção e pesquisa, na maioria dos casos, realizados por empresas privadas.

### **1.2.9- OBRAS PÚBLICAS**

O sector das obras públicas, é considerado como um dos sectores de maior relevância económica e social enquanto gerador e dinamizador de emprego, indutor do desenvolvimento de outros sectores económicos a montante e a jusante, tem um efeito multiplicador significativo e, é responsável por uma elevada parcela do investimento público, factor essencial do crescimento macroeconómico.

Até 1992, a economia era centralizada e as empresas construtoras eram na sua maioria estatais. O planeamento era definido a nível central pelo Ministério de Construção e Habitação e o seu acompanhamento e controlo eram anuais (planos anuais), através de delegações provinciais locais.

---

<sup>9</sup> Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013 Versão IV Junho 2008  
Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística

Após o período da Independência, passou-se a fazer uso de serviços terceirizados, através da abertura de concursos públicos, introduzindo-se então a figura do Fiscal. Actualmente, os serviços de fiscalização são contratados e são responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do progresso das obras, reportando-se à Direcção das Obras Públicas.

Pela sua localização geográfica, Benguela, pode transformar-se num pólo de desenvolvimento tecnológico pois possui condições para o relançamento do sector produtivo, com a participação colegial no desenvolvimento do território.

### **1.2.10- A ECONOMIA DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA**

A relação economia- sociedade, tem muito a ver com os índices e níveis daquilo que a população produz, pois que a produção dos derivados do peixe, como o óleo de peixe e a farinha de peixe, deveriam ser a principal fonte de receitas e abastecimento, contribuindo para a melhoria da produção e prestação de serviços básicos à população e do crescimento da base socioeconómica do município da Baía Farta.

A indústria pesqueira no município da Baía Farta é o ramo mais antigo que define a imagem da infra-estrutura económica actual, e além das actividades de salga e seca de peixe, congelação e produção de sal, têm contribuído para a subsistência da população. O peixe seco, peixe congelado e o sal são os principais produtos que vão para outras Províncias do Centro, Leste e Norte do País.

Actualmente o Sector das Pescas está a beneficiar de intervenções de tecnologia moderna, para captura e transformação do peixe, isto é, embarcações equipadas com meios técnicos e modernos da classe semi-industrial e artesanais, distribuídas aos armadores, cooperativas, associações de pescadores artesanais, visando o aumento da captura e maior oferta do produto ao mercado. A actividade produtiva está concentrada ao longo da costa da Baía-Farta em pequenas e médias empresas de transformação de peixe, incluindo congelação, secagem e conservação de peixe.

Não obstante observam-se ainda pequenas indústrias que consistem em unidades de produção de pão, moagem, oficina de reparação de viaturas e conserto de pequenas embarcações de pesca.

O Sector da Agricultura necessita de maior desenvolvimento tecnológico para a preparação da terra de uma forma mecanizada, colheita e industrialização. O mesmo se

passa com o sector Pecuário tendo em conta o fomento e repovoamento de animais de várias espécies.

A área comercial é bastante limitada, tanto no comércio de produtos alimentares como no de bens não alimentares.

Presentemente, os Sectores de Transporte Rodoviário e Marítimo, apresentam uma intervenção pouco significativa o que não reflecte as necessidades da população e nem se faz sentir o transporte aéreo. Todavia, dada a importância e a localização estratégica da Baía-Farta, a mesma tem sido servida por transportes ligeiros e autocarros que a ligam à cidade de outras localidades, por transporte marítimo de carga e passageiros.

### **1.2.11- SITUAÇÃO DAS COMUNAS DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA**

Oficialmente no município da Baía Farta, são reconhecidas as Comunas do Dombe Grande, Equimina e Kalohanga, surge a necessidade do município elevar a povoação da Orla Marítima Sul a categoria de comuna, pelas suas características económicas, culturais e populacionais.

De referir que a *Orla Marítima Sul*, pese embora sua importância económica, social e política na gestão local, ainda não é reconhecida como Comuna pelo Governo Central.

De uma forma geral a situação das Comunas é precária, tendo em conta o domínio do desenvolvimento das infra-estruturas especialmente no que se refere ao abastecimento de água potável e energia.

As condições de acesso são precárias, com especial destaque para as comunas da Equimina, Kalohanga e Orla marítima Sul, situação que é agravada no período das chuvas.

O processo de aridez das Comunas é uma característica que merece uma análise profunda neste domínio, bem como as possíveis calamidades causadas pelo avanço do nível do mar no litoral do município. A desertificação constitui uma forma de degradação do ambiente e vem se tornando um dos mais graves problemas enfrentados pela humanidade, já que suas causas e consequências envolvem diversas esferas da sociedade, sejam elas culturais, económicas, sociais ou políticas e resultam, principalmente, dos impactos das actividades humanas. As áreas susceptíveis à degradação e desertificação, foram reconhecidas na Convenção de Combate a

Desertificação (1977), sendo consideradas como tal, aquelas situadas nas regiões de clima árido, semi-árido e sub-húmido seco. A discussão sobre esse processo e uma primeira iniciativa internacional relativa ao seu combate vieram através da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Estocolmo no ano de 1972 e, especificamente, em 1977, com a realização, de uma Conferência em Nairobi (Quênia, África) que o reconheceu como um problema ambiental com elevado custo humano, social e económico.

A economia das comunas apresenta duas situações distintas: quanto à faixa litoral, no caso da Equimina e Orla Marítima Sul é baseada na pesca, principalmente artesanal, no caso das comunas da Kalohanga e Dombe Grande, observamos a actividade agro-pecuária no Vale do Rio Coporolo.

Apesar das condições de aridez, note-se que no 2º Semestre de 2007 a actividade agrícola no Dombe Grande teve um desenvolvimento na produção que proporcionou o escoamento de alguns produtos excedentário para a cidade de Benguela e para a capital do país, sendo os principais cultivos, o milho, o feijão, a banana, a cebola, hortícolas, batata rena e doce.<sup>10</sup>

No âmbito do domínio do desenvolvimento institucional, observámos que as infra-estruturas administrativas estão degradadas ou mesmo inexistentes, acrescentando-se a isto, a baixa capacitação dos quadros administrativos, limitando sobremaneira as capacidades de governo das administrações comunais.

---

<sup>10</sup> Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Município da Baía Farta 2009-2013 Versão II - Junho de 2008 Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística

## **CAPÍTULO II – ORDENAMENTO OU DESORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA?**

### **2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

“O Homem e o seu bem-estar, bem como a sua interacção com o ambiente, estão no centro das preocupações do ordenamento do território, que tem por objectivo proporcionar a cada indivíduo um quadro e uma qualidade de vida que assegurem o desenvolvimento da sua personalidade num ambiente planeado à escala humana”<sup>11</sup>.

É necessário ter em conta que desde sempre a localização de pessoas, bens e equipamentos no território não se deu ao acaso. Para tal, Felisberto Reigado (2000, p. 127) apontou alguns factores que influenciam a decisão de localização: “maximização dos lucros dos produtores ou das utilidades dos consumidores, optimização da utilização dos recursos naturais e humanos, estratégias políticas e militares ou satisfação de gostos ou necessidades individuais”.

Recuando no tempo podemos referir que, cronologicamente o urbanismo surge primeiro que o ordenamento do território, que parece ser fruto da necessidade de se actuar nos solos urbanos mal estruturados ou mal ordenados: as autoridades públicas apenas resolviam problemas dentro dos núcleos habitacionais (ou áreas urbanas) em questões que iam desde a estética à salubridade. Fora dessas áreas do território assentava no respeito mútuo da relação do Homem com o ambiente natural.

No entanto, a consciência de que a sobrevivência da nossa espécie dependia do contacto com a natureza levava o Homem a ter uma atitude de preservação mas esta ligação deixou, contudo, de existir quando a sociedade passou de uma economia de base agrária para uma economia de base industrial segundo Catarina Frade (1999), sobretudo a partir da segunda metade do século passado com o desenvolvimento do pós-guerra em que se vivia uma nova dinâmica económica e de transformação do uso do território, que originou desequilíbrio regional não só em termos económicos, mas também ao nível das oportunidades para a população.

Foi nesta base que surgiu, então, a necessidade de planear áreas territoriais mais vastas, considerando interesse mais abrangente do que aqueles que o urbanismo visava.

---

<sup>11</sup> Conselho da Europa 1988, p. 9.

Nesta perspectiva, o ordenamento do território passou a integrar múltiplos sectores e políticas, que coordena na sua vertente de espacialidade, atingindo uma autonomia conceptual e funcional em relação à base urbanística de onde surgiu.

Para além disto, a política de ordenamento do território surgiu ainda com vista à realização espacial da política económica e para a busca de uma alteração ao panorama do desequilíbrio regional. Sem dúvida que é dada uma grande ênfase ao planeamento económico e à distribuição igualitária da riqueza com vista à satisfação das necessidades básicas de toda a população.

Também Fernanda Oliveira (2002, p.11) afirmou que “o ordenamento do território teve a sua origem na planificação económica tendente a correcção dos referidos desequilíbrios”.

Tendo em conta estes problemas o ordenamento do território foi ganhando sustentação, fruto não só do desenvolvimento das sociedades, mas também, das suas necessidades em termos económicos e sociais.

Fazendo uma breve referência as etapas sobre o ordenamento do território na Europa, podemos verificar que o mesmo evoluiu em termos cronológicos e espaciais de diferentes formas em diversos países. A expressão de ordenamento do território surgiu nos anos 20, do século passado no Reino Unido e na Alemanha, derivado da “necessidade de limitar o desenvolvimento das cidades dentro do seu âmbito territorial (*hinterland*<sup>12</sup>) (Oliveira, 2002, p.9). Foi utilizada pela primeira vez como expressão em França, em 1950, por Claudius Petit (Ministro Francês da Reconstrução e do Urbanismo).

Em França, o ordenamento do território surgiu como resposta à necessidade de reorganização das cidades destruídas pela guerra e mais tarde como forma de resolver os problemas gerados pela existência de disparidades regionais, em termos económicos e sociais. Claudius Petit (referido por Oliveira, 2002, p.9), definiu-o como sendo a “procura, no quadro geográfico de França, de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e das actividades económicas” pois pretendia-se valorizar-se o território, por um lado e alcançar o desenvolvimento numa perspectiva económica, por outro.

No entanto a política de ordenamento do território conseguiu desenvolver-se tornando-se o seu conceito muito mais vasto e dinâmico: inicialmente incluía apenas

---

<sup>12</sup> Interior

aspectos geográficos, económicos e físicos, mas mais tarde, passou a integrar também o ambiente e a qualidade de vida.

A Espanha e a Itália também incluíram no seu sistema de planeamento o modelo francês de ordenamento do território.

No caso de Espanha, Luciano Parejo Alfonso (referido por Catarina Frade, 1999, p. 36), “confirmou que a experiência espanhola esteve sempre ligada ao modelo francês, ou seja, a uma concepção tecnocrática do ordenamento do território como planificação regional que traduzia espacialmente tanto a política económica, como a base da política de urbanismo, o que pressupõem um sistema político administrativo centralizado.” Observaram-se as primeiras medidas com sucesso entre 1964 e 1975, aquando da criação dos Planos de Desenvolvimento Económico e Social, que vieram aplicar os princípios da planificação economicista ao ordenamento do território.

Na Itália o ordenamento do território foi introduzido em 1962, aquando da revisão da Lei do Urbanismo<sup>13</sup> que “previa para as regiões, a obrigação de adoptarem um *Piano Regolatore Generale*, que coordenasse as grandes linhas do ordenamento do território com as opções da planificação económica nacional”. Esta orientação manteve-se presente nos planos territoriais italianos até à actualidade.

Nestes três países europeus a política de ordenamento do território foi considerada durante muito tempo como uma competência da administração central, sendo que em França tal situação manteve-se até 1986, quando foram criadas as regiões autónomas, que passaram a desempenhar algumas competências naquele domínio como uma forma de se combater mais directamente os desequilíbrios regionais. Na Espanha o ordenamento do território manteve-se como competência do Estado até à altura em que foram criadas as Comunidades Autónomas (promulgação da Constituição de 1978), que passaram cada uma, a ter total competência sobre o ordenamento do território. De realçar que na Itália, ainda em 1962, o modelo de gestão do ordenamento do território que vigorava era o da concertação entre Estado e municípios, que mais tarde com o “*projecto sullo*”<sup>14</sup>, que trouxe novidades ao plano territorial, a gestão do território

---

<sup>13</sup> Inicialmente aprovada em 1942, será o ponto de evolução da política urbanística e do seu alargamento até à planificação da totalidade do espaço nacional ( Catarina Frade, 1999, pp. 36,88).

<sup>14</sup> Este era uma proposta legislativa que ficou conhecida com aquela denominação. Os seus artigos nº 5 e 6 determinavam que as regiões estavam obrigadas a adoptar um plano director geral para o seu território no qual se articulavam as grandes linhas de ordenamento e valorização do território com as opções da programação económica.

passou a ser feita ao nível da região ainda que contando sempre com a participação do Estado e dos municípios.

Em termos de orientação política do ordenamento do território, da planificação económica e do papel do Estado em governar e decidir sobre estes conteúdos, em outros países da Europa registaram-se algumas diferenças como na Inglaterra e Alemanha.

Por exemplo, na Inglaterra muito antes do pós-guerra, desde os finais do sec. XIX que se sentiam pressões no sentido de se criar um desenvolvimento regional do território. A política desenvolvida assentava-se em duas premissas: a valorização “da mesma forma de todos os elementos que se inscrevem no espaço sejam económicos, sociais ou ambientais; a segunda premissa era a existência de uma estrutura administrativa descentralizada que procurava suprimir a rigidez formal da Administração Central ou seja, é o Parlamento quem legisla, o Governo só executava.

O modelo anglo-saxónico não registava uma intervenção demarcadamente economicista, tal como nos modelos anteriores. A especificidade da integração dos vários domínios do território no modelo inglês desencadeou um movimento intelectual e político denominado de “Regional Planning, e que se entendia como uma técnica de gestão integrada dos diversos aspectos geográficos, urbanos, rurais, económicos e ecológicos – que se inscreviam numa dada área” (Coma, referido por Catarina Frade, 1999, p. 37).

Já na Alemanha, a política de ordenamento do território teve também raízes antes da Segunda Guerra, em que o país era composto por “*Länder*”<sup>15</sup>, com grande autonomia, que possuía cada um deles a sua lei de ordenamento. Só em 1965 foi aprovada a Lei Federal de Ordenamento do Território, completada em 1990, aquando da criação do Regulamento Federal de Ordenamento do Território, que “compreende as ideias fundamentais e os princípios essenciais do ordenamento do território, as regras destinadas à planificação a cumprir nos *Länder* e o procedimento do Estudo de Impacto Territorial, uma avaliação dos efeitos das medidas territoriais adoptadas.

No Reino Unido e em França uma nova visão de ordenamento do território desenvolveu-se durante as décadas de 60 e 70, e foi responsável por “uma moderna função pública orientada para dar uma resposta global aos problemas que a utilização do espaço coloca, traduzindo a materialização de um modelo territorial e sendo, por

---

<sup>15</sup> Estados Federados

consequente, uma matéria que obriga a uma análise interdisciplinar” (Oliveira, 2002, p.9).

Estes dois países desenvolveram diferentemente o conceito de ordenamento do território, apesar de terem sido os grandes impulsionadores nas questões de trabalhar o território e as suas actividades pois, se na França se desenvolvia o conceito de ordenamento do território, e os pensadores avançavam neste tema, em contrapartida, no Reino Unido explorava-se mais o conceito de planeamento.

Em síntese, as origens de ordenamento e planeamento foram separadas e distintas, fazendo com que, rapidamente vários autores comesçassem a conjugar estes dois conceitos, uns dando-lhes o mesmo significado e confundindo os seus objectivos, outros utilizando-os como processos separados, mas necessários um ao outro e complementares para uma correcta actuação no território, o que implica dizer, que referir-se ao ordenamento do território é também fazer menção ao planeamento pois segundo os mesmos, estes dois conceitos complementam-se já que da relação estreita entre eles, depreende-se que o ordenamento do território é para o planeamento, o equilíbrio na tradução espacial dos diversos domínios que compõem a sociedade tendo em conta que se o ordenamento do território faz o reconhecimento da realidade, o planeamento intervém nela com vista a se atingirem os objectivos de ordenamento.

Para Felisberto Reigado (2000, p.48), o planeamento é “um processo de análise (do passado e do presente) de antecipação ao futuro, de programação, de acção, execução, de controlo, de correcção e de avaliação dos resultados”.

Neste sentido, e ainda segundo o mesmo autor, algumas das características mais importantes do processo de planeamento é que obedeça a um horizonte temporal, seja participativo e iterativo, tenha ordenação lógica, que as etapas relacionadas entre si e integradas tenham carácter flexível, que se observe o processo estratégico de escolha, que a flexibilidade e a fixação andem lado a lado, que haja criação, tratamento e troca de informação, aprendizagem, amadurecimento e interrogações constantes, que seja cognitivo e que encontre respostas para as dúvidas que surjam.

Na sua visão mais restrita e tradicional, o planeamento é uma via para alcançar os objectivos do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável, mediante um conjunto de actividades que detalhem aqueles objectivos no espaço e no tempo, gerem, avaliem, e seleccionem as diferentes alternativas possíveis para os alcançar, definam os meios necessários e a programação da sua utilização e exerçam o controlo e a gestão da execução das acções definidas.

Na visão mais contemporânea o planeamento, é entendido como um processo que visa coordenar decisões, gerir conflitos e criar consensos entre os diversos agentes que intervêm e que estão interessados (*stakeholders*<sup>16</sup>) na transformação da organização do território.

O processo de planeamento é, por isso mesmo, uma actividade contínua, cíclica e deliberada, prescritiva e prepositiva, ligada às decisões e acções, que envolvem julgamentos de valor, face a normas ou “standards” de referência que permitem avaliar a sua eficácia” (Alves, 2001, p.35).

Sendo o planeamento operativo e praticável, o instrumento utilizado é o plano, que concretiza num dado momento, todas as opções e compromissos sobre o que se pretende para uma determinada área.

No plano, elaboram-se quadros estratégicos e de diálogo, definidos pelos objectivos do ordenamento do território, para o lançamento de projectos e condicionamento dos seus programas.

Nesta perspectiva, o conceito de planeamento, consiste na definição de uma estratégia de intervenção com vista a alcançarem-se objectivos de ordenamento, concretizáveis através de projectos e acções (Pardal e Costa Lobo, 2000).

Não poderíamos deixar de mencionar o que a Carta Europeia diz sobre o Ordenamento do Território (Conselho da Europa, 1988, p. 9 e 10): “ a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade, sendo simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto.

O ordenamento do território deve ter assim em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais, que influenciam a organização do espaço, o carácter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade das condições socioeconómicas e ambientais. Deve, no entanto, procurar conciliar estes factores da forma mais harmoniosa possível.

---

<sup>16</sup> Partes interessadas

Torna-se imperioso debruçarmo-nos sobre Portugal que é um país cujo modelo de ocupação e de desenvolvimento urbano reflecte as suas condições históricas e culturais.

A sua localização na fachada atlântica do continente europeu e consequente vocação marítima propiciou a expansão colonial que, a par do dinamismo dos centros urbanos que pontuavam os territórios ultramarinos, se manifestou numa concentração de actividades nas duas grandes cidades portuárias da “metrópole”: Lisboa e Porto, deixando para trás um interior de desenvolvimento retardado.

As primeiras experiências de planeamento em Portugal deram-se essencialmente ao nível do planeamento urbano e visavam a resolução de problemas específicos. Um exemplo fora os Planos Gerais de Melhoramentos (PGM) que tinham como principais preocupações a circulação, a melhoria das condições de salubridade dos aglomerados urbanos e o planeamento do forte crescimento que então se verificava nas cidades de Lisboa e Porto”.

Em 1934 foi promulgado o primeiro regulamento de elaboração e aprovação de planos de urbanização camarários, e o PGM dá lugar ao Plano Geral de Urbanização. O urbanismo emerge em Portugal com o início do plano de urbanização de Lisboa e com o plano de melhoramentos do Porto e, paralelamente, foram criados regimes especiais de expropriações para estas cidades que permitissem a concretização dos planos e a realização de grandes obras públicas.

Entretanto o Estado começou a preocupar-se com o desenvolvimento sócio económico das regiões. Na década de 40 foi aprovado o Plano de Urbanização da Costa do Sol, o primeiro plano de nível regional; no final da década de 50 teve início o Plano Director da Região de Lisboa e dez anos mais tarde o Plano Director da Região do Porto.

“Nos anos 60, as preocupações passaram a incidir na definição de um esquema de ordenamento geral do território, com o equilíbrio na distribuição da população, do emprego e das actividades económicas e com o desenvolvimento das regiões” (Alves, 2001, p. 379).

Os Planos de Fomento foram os grandes instrumentos de definição da estratégia de desenvolvimento do país, actuando em todos os domínios da sociedade.

Apesar da instabilidade governativa, as décadas de 70 e 80 foram marcadas por alguma produção legislativa.

Ocorreram, sobretudo, as primeiras tentativas de enquadrar legalmente o sistema de ordenamento do território, mas sempre aliado ao urbanismo. Em 1980, o Partido Socialista apresenta uma primeira Proposta de Lei-quadro do Ordenamento do Território e Prática Urbanística; nove anos mais tarde, o mesmo partido apresenta um Projecto de Lei de Bases sobre o Regime Urbanístico do Solo e Planeamento Municipal. Qualquer um destes projectos não foi, no entanto, aprovado pela Assembleia da República.

Em 1986 deu-se a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), em que se observaram transformações graduais na agenda da política nacional, pois a adesão assim o exigiu, apesar de permanecerem muitos valores e princípios anteriores. As políticas levadas a cabo no sentido do desenvolvimento regional consagradas no quadro da política de desenvolvimento regional da comunidade, mostraram-se a favor das áreas menos desenvolvidas. No que concerne ao ordenamento do território pretendeu-se construir um sistema coerente, baseado na realização de planos a várias escalas.

Entre 1986 e 1989 Portugal recebeu Fundos Estruturais para Desenvolvimento tais como: Fundos Estruturais de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

A partir de 1989 os fundos são atribuídos pelos Quadros Comunitários de Apoio que se constituíram como instrumentos ainda mais importantes e eficazes para o processo de desenvolvimento regional nacional (Rosado, 1997).

O final da década de 80 e início da década de 90 foram marcados por uma maior preocupação, por parte do Estado, pelas componentes biofísica e ambiental. A adesão de Portugal à CEE implicava a consideração destas componentes nas suas políticas de desenvolvimento regional. Nesse período foram publicadas as Leis da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional e a Lei de Bases do Ambiente.

Ainda na primeira metade da década de 90 surgem mais duas tentativas (um Anteprojecto de Lei de Bases do Ordenamento do Território apresentado pelo XI Governo, e um Anteprojecto de Lei Quadro do ordenamento do Território apresentado pelo XII Governo), mas sem qualquer sucesso.

Por outro lado, em 1991 é aprovada a "Lei-quadro do Planeamento" (Lei n.º 43/91 de 27/07), que regula a organização e o funcionamento do sistema de planeamento, estabelecendo que integrariam a estrutura do planeamento nacional as Grandes Opções do Plano, os Planos de Médio Prazo e os Planos Anuais.

No domínio do ordenamento do território, foi durante o XIII Governo Constitucional (1995-1999), que finalmente se iniciaram trabalhos com vista ao enquadramento político de instrumentos de planeamento, que sucessivamente foram sendo instituídos, sujeitos a várias tutelas e sem qualquer articulação entre si. Em 1996, foi constituído um grupo de trabalho para o Estudo de Contributos para a Elaboração de Normas de Base do Ordenamento do Território em que o Movimento “O Partido da Terra” apresenta uma Proposta de Lei de Bases do Ordenamento do Território que foi a discussão na Assembleia da República, de onde resultaram vários pareceres e comentários.

E, finalmente, em 1998, é aprovada a Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, designada Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LB POTU), que enunciava os fins, princípios e os objectivos que o ordenamento do território e urbanismo deveriam prosseguir no território nacional.

Todavia, os processos de planeamento do Estado Novo exerceram muita importância para o ordenamento dos territórios ultramarinos enquanto colónias de Portugal, eram também abrangidas pelas políticas de gestão e planeamento, tendo em conta a organização do espaço, desenvolvimento e distribuição das riquezas até 1974, altura em que se deu a Revolução de 25 de Abril como no caso de Angola, que antes da chegada dos portugueses tradicionalmente já existiam fronteiras, essas eram delimitadas através dos hábitos e costumes dos povos, bem como através dos fundadores das aldeias, povoações e vilas.

Portugal foi fundando as aldeias, povoações, vilas e cidades, adaptando os respectivos nomes aos tradicionais da Língua oficial portuguesa, mas tendo sempre em conta as origens, tais como sobas e séculos, a representar uma etnia.

O Caso específico de Angola como colónia de Portugal, também era abrangido pelos planos de fomento que estavam em vigor em Portugal. De realçar que naquela época em Angola observou-se dois momentos fundamentais, entre a região norte e a região sul onde a urbanização e a arquitectura diferenciavam-se tendo em conta o potencial económico das regiões:

a) A Parte Sul foi a que mais se desenvolveu em função do corredor do Caminho de Ferro de Benguela que tinha grandes perspectivas de desenvolvimento bem como as regiões do litoral que através dos portos também tiveram uma urbanização excelente.

b) A parte Norte com influência dos Países Francófonos teve um atraso relativo na Urbanização, com muito poucas infra-estruturas e a falta de um programa para o efeito contribuiu bastante para o subdesenvolvimento da mesma.

## **2.2- PONTO DE SITUAÇÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM ANGOLA**

O passado de Angola desde o século XV está ligado ao mundo português. Em 25 de Abril de 1974 abriram-se os horizontes à descolonização de Angola, não tendo sido o início de um processo simples, nem pacífico, pois declarada a independência a 11 de Novembro de 1975 nem por isso foi ganha a paz devido a instabilidade política registada durante vários anos.

Na verdade, com uma democracia jovem, a República de Angola com sua longa história é hoje apenas um país que necessita de se reger por políticas de ordenamento do território com vista a uma melhor organização do espaço, para que a exploração dos recursos naturais seja feita com base na sustentabilidade e na preservação do ambiente.

Assim, na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, realizada em Monterrey no México em Setembro de 2000, a República de Angola figurava entre os 191 países que adoptaram a Declaração do Milénio como um compromisso solene e global para promover a paz e o desenvolvimento.

Na Declaração, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) produziram um conjunto de alvos limitados no tempo, até 2015, para reduzir para a metade a pobreza, fornecer alimento a todas as famílias, garantir o acesso de todas as crianças à escola, travar a disseminação do HIV/SIDA, entre outras medidas.

A Parceria Global foi abraçada através de iniciativas importantes a nível regional sob os auspícios da União Africana.

A República de Angola aderiu à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e ao Mecanismo Africano de Revisão de Pares (APRM). Estes processos complementam a Declaração do Milénio, visando uma melhor governação, satisfação dos direitos humanos e responsabilização de todos os actores estatais e não estatais.

Os oito objectivos do Desenvolvimento do Milénio colocam um importante desafio perante da sociedade angolana perante as Nações Unidas e devem estar baseados nas estratégias para alcançar estes objectivos e, se possível, ultrapassá-los, tais como: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o Ensino Primário Universal; promover a igualdade do género e a capacitação das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças;

garantir a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.<sup>17</sup>

Sendo assim, não poderíamos deixar de reflectir sobre a temática do planeamento e ordenamento do território de Angola, sobretudo porque não podemos aceitar que as cidades africanas tenham de ser obrigatoriamente caóticas, sujas e desordenadas.

Este é um dos casos em que devemos ter a responsabilidade e o dever de mudar, pois se no tempo colonial as cidades angolanas eram comparáveis às melhores cidades do mundo, qual a razão para não voltar a sê-lo!

O planeamento e ordenamento do território são determinantes para uma protecção eficaz da saúde e para a promoção da qualidade de vida. O interior de Angola está com uma fraquíssima densidade populacional, contudo as cidades do litoral estão a cada dia que passa mais “dilatadas”. O êxodo rural em países com a característica de Angola é uma realidade que ainda perdurará durante vários anos, o que contribui para o aumento das manchas urbanas. No entanto, esta situação não é sustentável a médio e longo prazo, sobretudo porque provocará a ausência de população do interior de Angola, por um lado, e excesso de população nas cidades por outro. Em Angola o êxodo rural obedeceu a duas fases distintas: uma primeira fase iniciada em finais dos anos setenta do século XX provocada pelo início da guerra civil e a segunda fase iniciada com o acordo de paz de 4 de Abril de 2002.

De facto, a ansiada paz de Angola trouxe um forte crescimento económico da capital, e conseqüentemente todos os dias chegavam a Luanda e a outras províncias do litoral, pessoas vindas de todos os cantos de Angola e não só, à procura de mais e melhores oportunidades.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), a população de Angola é estimada aproximadamente em 17 500 000 hab (dezassete milhões e quinhentos mil habitantes).<sup>18</sup>

No final da primeira década do século XXI, outras capitais das províncias de Angola foram também abrangidas pelo crescimento económico e demográfico, com destaque para Benguela, Lubango e Huambo aliviando assim de algum modo, a pressão demográfica de Luanda.

---

<sup>17</sup> Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatório de Progresso 2005 – Ministério do Planeamento de Angola.

<sup>18</sup> <http://www.africanidade.com>

No entanto, ao analisarmos o ordenamento e planeamento destas cidades verificamos, que os centros das cidades estão a ser absorvidos por uma periferia urbana que cresce a cada dia de forma caótica, predominando habitações muito precárias ao estilo de favelas do Brasil e carecendo de uma análise muito profunda para reverter a situação.

O ordenamento do território afigura-se como a chave para a solução eficaz de muitos problemas que actualmente assolam Angola, nomeadamente a ignorância dos riscos naturais na localização de habitações e actividades, a mistura e sobreposição desordenadas de usos, a acessibilidade da população aos lugares de trabalho, as dificuldades territoriais no fornecimento de serviços públicos e equipamentos à população, os conflitos entre actividades e sectores, o desequilíbrio territorial, as degradações ecológicas e desperdício de recursos naturais, a descoordenação entre organismos públicos da mesma categoria e entre níveis administrativos distintos.

Numa perspectiva de futuro, o ordenamento do território, definidor da estrutura espacial (forma de utilização dos solos, redes formadas por núcleos de população e pelos canais que conectam o conjunto), será palco das estratégias de desenvolvimento de Angola, através da consideração das actividades proporcionadas pelas políticas sociais, económicas, culturais e ambientais da sociedade; além disso regulará também o comportamento dos agentes socioeconómicos, pretendendo-se alcançar um desenvolvimento equitativo, equilibrado e sustentável das diferentes Províncias de Angola.

O desenvolvimento é definido em termos de qualidade de vida, de equilíbrio intra e inter-regional, de organização física do espaço, de utilização racional dos recursos naturais e conservação ambiental.

Da iniciativa da administração pública, os planos de ordenamento do território existentes traduzem uma vontade política, com vista à implementação de um sistema formalizado de ordenamento territorial do país.

Todo o processo de elaboração, condução e aprovação, é da responsabilidade da administração pública, segundo um sistema democrático, global, funcional e prospectivo em que todos os cidadãos participem, em que se observe a colaboração de todos os sectores, que seja adaptado segundo as especificidades de cada região e se leve em consideração, a longo prazo, as tendências económicas, sociais, culturais, ambientais e respectivas consequências no território.

Do ponto de vista administrativo, a ordenamento do território é uma função pública que faz face a necessidade sentida pelo poder político de responder eficazmente ao crescimento espontâneo das actividades humanas, públicas e privadas, evitando problemas decorrentes da ordenação dos territórios por um lado e por outro garantir uma justiça sócio-espacial, respeitando o princípio que proclama a função social da propriedade pelo desenvolvimento que ultrapasse o mero crescimento económico.

A legislação angolana (Lei do Ordenamento do Território - Lei nº 3/04, de 25 de Junho Iª Série do Diário da República, nº 51) prevê um conjunto de planos denominados instrumentos de ordenação territorial tendo em conta o âmbito territorial, especificidade do objecto de análise e natureza dos espaços considerando os dois grandes tipos de espaços (rural e urbano), consagrados na lei.

Com a aprovação desta lei foi definido um sistema integrado de normas, princípios, instrumentos e acções de Administração Pública com vista à gestão e organização do espaço biofísico territorial, urbano e rural. A Lei atribui ao Estado o dever de ordenamento do território, cabendo às autarquias locais a obrigação de intervirem nas áreas sob a sua jurisdição e às comunidades rurais o poder de participar nas acções destinadas ao ordenamento e à elaboração de planos territoriais. Os princípios orientadores da intervenção do Estado neste domínio são a defesa do ambiente, a utilização racional dos recursos naturais, a sustentabilidade e a participação pública.

O ordenamento da ocupação e uso dos espaços compreendidos no território é promovido através de planos territoriais de âmbito nacional, provincial e municipal.

Em cumprimento do disposto no art. 21º da Lei de Bases do Ambiente, é estabelecido o direito dos particulares à informação sobre os conteúdos e alterações dos planos, tanto na fase de divulgação prévia dos projectos como após a sua publicação.

Os planos de ordenamento do território têm um âmbito de aplicação alargado alcançando políticos, administradores, técnicos e público em geral; no entanto, a sua eficácia depende estritamente do fiel cumprimento das normas e programas de actuação emitidos.

Assim, face à claridade que propiciam sobre a racionalidade e propriedade dos objectivos pretendidos, bem como à exigência de coordenação e concertação entre unidades territoriais, sectores de actividades e agentes sociais em especial os da administração pública, os planos do ordenamento do território são uma peça fulcral para o desenvolvimento de Angola.

Ainda em matéria de ordenamento, e pelo interesse de que revestem para a área em estudo, é de referir o Decreto que regula a elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)<sup>19</sup>, abrange as águas marítimas e interiores e respectivos leitos e margens, com uma “zona terrestre de protecção” de 500 metros de largura máxima e a definir em cada plano. São excluídos do seu âmbito de aplicação as áreas sob jurisdição portuária, as áreas militares e outras que venham a ser definidas por Conselho de Ministros, em caso de justificado interesse nacional. Os POOC têm uma natureza sectorial definindo os condicionamentos, vocações e usos dominantes bem como a localização das infra-estruturas de apoio a esses usos e orientam as actividades conexas a desenvolver em cada área visando, entre outros, objectivos como a orientação do desenvolvimento de actividades específicas na orla costeira, valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos e defesa da qualidade de vida nas respectivas áreas.

A elaboração dos POOC é da competência da Comissão Técnica Permanente Central (CTPC) e das Comissões Técnicas Permanentes Provinciais (CTPP) devendo respeitar a integridade biofísica do espaço, valorizar os recursos existentes na orla costeira, conservar os valores ambientais e paisagísticos e proteger as populações locais.

O regulamento atribui à Capitania do Porto, a competência para a emissão de licenças de ocupação e utilização, mediante a autorização do Governador da Província e com o parecer favorável da CTPP que integra, para além da Capitania do Porto, representantes das direcções provinciais da área dos transportes, pescas, ambiente e hotelaria e turismo, bem como um representante do Ministério da Defesa e um representante do Instituto Nacional do Ordenamento do Território.

---

<sup>19</sup> Decreto n.º4/01 de 2 de Fevereiro.

### **2.3- PONTO DE SITUAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DE BENGUELA**

O crescimento das cidades e muito em particular, o das nossas cidades após a independência, colocou com acuidade problemas graves e específicos da gestão do espaço urbano com complexas questões a apelarem soluções que de forma integrada, global e coordenada passam por instrumentos de planeamento.

Em relação à caracterização económica, podemos referir que na época pós independência de Angola, a maioria dos imóveis edificados na Província de Benguela, abandonados pelos seus antigos proprietários foram confiscados e considerados património do Estado. A partir da publicação da Lei 19/92, que estabeleceu as regras para amortização das propriedades confiscadas, deu-se início a um processo de transferência para propriedade privada.

O crescimento dos centros urbanos na Província de Benguela tem se processado de forma anárquica e desordenada. Foi realizado o 1º Trabalho de estudo para a elaboração do Plano de Ordenamento Territorial das cidades de Lobito, Benguela, Baía Farta e Catumbela, em 2006/2007, pela Empresa de consultoria CONSULT.

Existia também, um plano urbanístico para toda a Província que fora elaborado na época colonial, mas que por situações políticas não chegou a ser implementado. Actualmente está em evidência apenas o controlo de casas construídas após a independência e muitas iniciativas de projectos ainda não aprovados.

Existem indicadores da dimensão do défice habitacional apresentados no projecto de fomento habitacional, entretanto não estão baseados num censo populacional e no cadastro imobiliário quantitativo e qualitativo e nos outros dados necessários para a realização de um plano para o ordenamento urbano. O défice habitacional da província é estimado actualmente em 300.000 residências; até 2013, o objectivo da Província de Benguela é de reduzir este défice em aproximadamente 30%, prosseguindo até 2025 com a redução de 70% deste número.

Existe um plano estrutural para a construção de residências de baixa renda, elaborado em conjunto com a iniciativa privada (Subprograma Benguela Sul). Este subprograma envolve estudos da distribuição de habitações sociais nos municípios da região sul e norte da Província de Benguela. Para dar condições à construção das habitações sociais, é necessário investir na urbanização das áreas nos municípios, com a construção de vias de acesso e circulação, redes de água, saneamento e energia eléctrica.

Também estão previstas acções na área ambiental com, o reflorestamento das áreas atingidas pela desertificação, protecção das reservas ambientais já existentes, reabilitação das áreas verdes nos municípios e formação de activistas para a preservação do ambiente. Depois da independência, pouco foi feito com relação a políticas de preservação do ambiente. Há, no entanto, alguma preocupação com a erosão e com o processo de desertificação, bem como algumas acções para plantação de árvores.

No concernente a Gestão dos resíduos sólidos urbanos, prevê-se iniciar o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e do lixo hospitalar em todos os municípios da Província e a construção de aterros sanitários em todos os municípios.

O Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU) e o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), subordinados ao Governo Central, cuidam das questões de ordenamento do território e da cartografia da província, respectivamente. Os dois institutos não contam actualmente com um número adequado de profissionais, há carência de especialistas e de equipamentos e os levantamentos hoje existentes estão desactualizados.

Em relação as águas, nos anos 1994, 1995 e 1996, com a intervenção do Projecto de Reabilitação Urbana e Ambiental (PRUALB), algumas melhorias no sistema de abastecimento de água foram introduzidas, no litoral da Província, tendo sido contempladas as cidades do Lobito, Benguela e Baía Farta e a Vila da Catumbela. A destacar nesta fase, a construção de chafarizes e do sistema de tratamento das águas residuais nas cidades de Benguela e Lobito.

No início da década de 2000-2010, foi concebido o Projecto “Águas de Benguela” para ser executado em três fases: a fase de emergência entre 2004 e 2006, a 2ª fase até 2010 e a 3ª fase até 2018, que atenderá o crescimento da população até 2025, estimada em 3,0 milhões de habitantes, no litoral da Província.

No concernente às obras públicas e na consecução dos programas gizados pelo Governo Central e da Governo da Província respectivamente, procedeu-se às adjudicações, consignações, acompanhamentos, bem como fiscalização de obras no domínio de edifícios públicos, infra-estruturas e vias de comunicação.

Os projectos previstos na modalidade de parcerias com a iniciativa privada fundamentalmente no Turismo, Indústria Transformadora, nas Pescas e Indústria de Construção Civil, por exemplo, têm como objectivo direccionar o investimento privado no restabelecimento dos elos quebrados das cadeias produtivas, acelerando assim o desenvolvimento económico da Província.

Quanto à agricultura, silvicultura e pecuária, o Governo da Província de Benguela, vem implementando um Subprograma de Fomento e Requalificação do Gado Bovino Tradicional e Empresarial. Este prevê uma introdução anual de cerca de 6.000 cabeças de gado nelore, provenientes do Brasil.

Um Subprograma de Organização e Desenvolvimento de Aldeias Rurais, com objectivos de criar uma infra-estrutura adequada para a produção rural, fomentar a produção de pequenos produtores, aproximar e integrar as famílias camponesas, além de dar condições para a comercialização dos produtos, uma vez que pelo subprograma, cada camponês receberá 4 ha de terras, sendo 2 ha para agricultura e 2 ha para pecuária; cada Aldeia Rural comportará 50 famílias.

Além do desenvolvimento do Subprograma de Organização e Desenvolvimento de Aldeias Rurais, são necessários investimentos em infra-estruturas como a reabilitação e construção de armazéns, reabilitação dos sistemas de irrigação e uma rede agrometeorológica, reabilitação e construção das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) e Centros de Desenvolvimento Agrário (CDA) em todas as localidades de interesse económico e produtivo.

Em relação a energia, existe actualmente uma demanda reprimida, principalmente do sector produtivo, que utiliza geradores próprios para a geração da energia eléctrica, sendo que a previsão de consumo para a província em 2013 girará em torno dos 400 MW.

Relativamente à gestão dos recursos minerais é necessário realizar uma análise crítica de toda a informação sobre os recursos minerais, a fim de obter as bases indispensáveis para a planificação do seu aproveitamento racional. A investigação e o aproveitamento dos recursos minerais (para além do petróleo) constituem um importante meio de obtenção de recursos financeiros para o estabelecimento de infra-estruturas e o desenvolvimento de outros sectores, particularmente os da agricultura e da indústria transformadora. Devem-se prever projectos para a prospecção e pesquisas para descobrir e valorizar as ocorrências minerais que venham a constituir os jazigos economicamente exploráveis.

Para o sector de hotelaria e turismo, é necessário um amplo inventário turístico e direccionar as acções para a municipalização do turismo. Para o desenvolvimento do turismo na região, prevê-se envidar esforços no sentido de colocar em pleno funcionamento, o Caminho de Ferro de Benguela, reabilitar as estradas nacionais que ligam as localidades da Província dentre outros.

Para o Sector dos Transportes prevêem-se várias actividades como a reabilitação das infra-estruturas e reequipamento com meios modernos, do Porto do Lobito, tendo em conta o ordenamento da orla marítima, reparação e instalação de faróis e farolins em toda a costa do litoral da Província de Benguela.

Na comunicação social pretende-se, estender os sinais de rádio e televisão a todos os municípios, além de jornais regulares, bem como formar quadros capazes de praticar uma comunicação ética e responsável.

Nas obras públicas pretende-se, fazer o cadastramento e inventário dos edifícios e monumentos públicos, a manutenção e conservação de edifícios públicos, a construção de equipamentos sociais (estruturas de lazer, casa da juventude, bibliotecas municipais, pavilhões multiuso, cemitérios, piscinas municipais), a construção de Cerâmicas, a construção de três cimenteiras, a construção da circular regional extensão de Benguela em 15 km, conclusão da barragem do Dungo (2009/2013). Perspectiva-se também a execução de subprogramas de infra-estruturas integradas (2009/2013) na zona litoral e no interior de Benguela.

As medidas prioritárias para o sector das obras públicas têm a ver com a gestão do património público, aquisição de ferramentas, métodos e técnicas que permitam realizar a gestão e manutenção das obras após o seu término, criação de um novo departamento de direcção das obras públicas que atenda a área de cadastro e gestão do património.

Por outro lado deverá fomentar também a criação de uma indústria local forte em materiais de construção bem como a estimulação de pesquisas para a utilização de novos materiais tendo em conta recursos locais.

## 2.4- ANÁLISE SWOT DA PROVÍNCIA DE BENGUELA

Segundo o Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013 Versão IV<sup>20</sup>, apresenta-se uma análise SWOT em se que caracterizam as forças e as fraquezas relacionadas aos factores internos e as oportunidades e ameaças relacionadas com os factores externos, que poderão ou não, tendo em conta as análises, influenciar a sobrevivência, a manutenção, o crescimento e o desenvolvimento da Província em geral.

Analisando as fraquezas e ameaças (Sobrevivência), verifica-se que ocorrendo qualquer uma delas na análise SWOT, a reversão e o controlo da mesma será muito difícil, demorada e deixará muitas sequelas à Província e conseqüentemente, impedirá o processo de desenvolvimento (ANEXO B).

As *fraquezas* deverão ser combatidas e sanadas num prazo curto ou médio, pois a manutenção das mesmas tornará as ameaças mais contundentes e graves.

No que diz respeito às ameaças referem-se neste documento, a ocorrência de calamidades naturais, e epidemias, o aumento da marginalidade entre adolescentes, a quebra ou diminuição acentuada do preço do petróleo poderá ter um forte impacto negativo aumentando a inflação e o desemprego.

Em caso de essas ameaças terem uma importância significativa, o Governo central deverá intervir e ou mesmo se necessário a ajuda internacional.

Relativamente às *forças* e *ameaças* (Manutenção), tendo em conta as ameaças como calamidades naturais, epidemias e aumento da marginalidade, poderão ser monitorados e o seu acontecimento poderá ser prevenido.

As condições actuais da estrutura pública, os seus sectores e os seus pontos fortes, apetrechamentos, recursos técnicos e recursos humanos, apenas minimizarão as conseqüências dos acontecimentos com a devida antecipação dos factos.

Analisando as *fraquezas* e *oportunidades* (Crescimento), verifica-se que a falta de escolas, professores, profissionais capacitados em vários sectores públicos, saneamento básico desestruturado, modal aéreo, rodoviário, ferroviário com baixa infra-estrutura, sistema de abastecimento de água e energia eléctrica precário, baixa qualificação dos servidores públicos, tecnologia de informação incompatível com o cenário mundial, a cadeia produtiva dos produtos dos sectores das pescas, de agropecuária com elos incompletos, bloquearão o desenvolvimento.

---

<sup>20</sup> Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística de Benguela.

Para que não aconteça bloqueio ao desenvolvimento, estão previstos esforços para que:

1. As amplas áreas agrícolas e pecuárias possam ser utilizadas na plenitude e não tenham parte da sua produção perdida;
2. O Porto de Lobito tenha custos menores de operação e não seja mais subutilizado;
3. As entidades internacionais não tenham dificuldades para apoiar os programas;
4. O Turismo não continue deficitário e com poucos turistas;
5. Não se perca mais uma geração de possíveis atletas. Quanto maior for o espaço de tempo entre gerações, maior será o tempo de retomada;
6. O Aeroporto da Catumbela deixe de ser subutilizado;
7. Os recursos marinhos não continuem a ser pouco explorados;
8. O Caminho de Ferro de Benguela possa ser utilizado em sua plenitude, sendo integrado ao sistema intermodal;
9. O potencial geológico tenha exploração e investimentos;
10. O potencial mineral tenha exploração e contribua para a renda nacional;
11. O sector produtivo se desenvolva com custo operacional mais competitivo.

No que diz respeito às *forças e oportunidades* (Desenvolvimento), para que as oportunidades não sejam perdidas, deve-se enfatizar os pontos fortes e fortalecer vários pontos das nossas fraquezas como:

1. Planear, organizar e realizar Censo Populacional Geral;
2. Construir e reabilitar escolas com espaços para a prática desportiva e lazer;
3. Criar programas de capacitação, qualificação e aprimoramento de professores;
4. Capacitar professores para o ensino de desportos individualizados e colectivos a médio e longo prazo (xadrez, ténis de mesa, atletismo, beisebol, futebol de campo, futebol de salão, andebol, voleibol, basquetebol e muito mais);
5. Planear, organizar e executar: torneios desportivos escolares, inter-escolares, inter-municipais, inter-provinciais, nacionais; olimpíadas de física, química e matemática a nível provincial, nacional e com participação nas internacionais;
6. O investimento na educação deverá melhorar a qualificação dos futuros profissionais;
7. Com o ensino superior em expansão, a médio prazo haverá melhores condições para expansão de todas as actividades, sejam públicas ou privadas;
8. A redução do índice de analfabetismo trará melhoria na qualidade de vida das populações;
9. A tradição nos desportos deverá incentivar as crianças e jovens a prática desportiva;

10. Planear e organizar para as melhorias no atendimento na Saúde Pública;
11. Construir novas unidades de Saúde e reabilitar as unidades existentes;
12. Apetrechar todas as unidades de Saúde;
13. Criar programas de capacitação, qualificação e aprimoramento de recursos humanos;
14. Investimento na Saúde deverá melhorar os Índices de Mortalidades Infantil e de Doenças;
15. Índice de criminalidade relativamente baixo incentiva o turismo e traz segurança para as actividades comerciais em geral;
16. Expansão da área agrícola e pecuária tornará auto-suficiente o abastecimento;
17. Os investimentos na urbanização e melhoria das ruas e estradas facilitarão o comércio e o escoamento da produção agrícola e rural;
18. Possibilidade de Benguela tornar-se um pólo turístico do eixo Sumbe, Baía Farta;
19. Planear e melhorar o sistema de recolha de lixo;
20. Trazer novas tecnologias para a produção agro-pecuária;
21. Trazer experiências de urbanização;
22. Melhoria na oferta de água potável, visando o aumento de produtividade;
23. Criar infra-estruturas para o turismo e ecoturismo;
24. Aumento na oferta de energia, como base para o desenvolvimento do sector produtivo;
25. Exploração de minérios com investimentos internacionais poderá trazer a independência financeira para a Província;
26. O Aeroporto da Catumbela poderá transformar-se na porta de entrada para o País dos vãos vindo do hemisfério sul do Continente.

Em suma, a Província de Benguela possui vantagens que a destacam no cenário angolano e Continental. A sua localização, somada à existência do Porto do Lobito e do Caminho de Ferro de Benguela, atribui grandes oportunidades para o desenvolvimento do sector logístico, principalmente para a exportação de produtos provenientes do interior do país e do Continente Africano, transporte de passageiros e como potencial turístico na região.

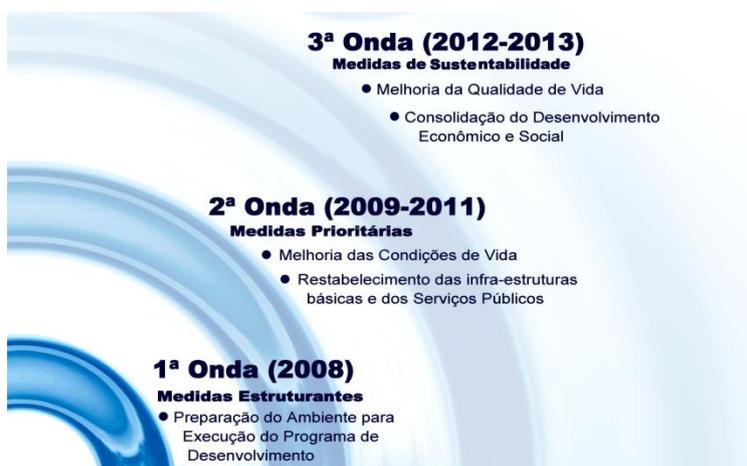
A existência dos aeroportos da Catumbela e de Benguela e os potenciais centros turísticos da região são factores que contribuem para a exploração do turismo.

As tradições dos Sectores das Pescas e Agro-Pecuário conferem à Província, um diferencial para o desenvolvimento das produções agro-industriais para a transformação dos produtos agrícolas em produtos de maior valor acrescentado.

O município da Baía Farta, possui grande potencial para pesca marítima e os municípios do interior, nomeadamente, Balombo, Bocoio, Cubal, Ganda e Chongoroi, têm condições favoráveis para a produção agrícola e pecuária.

Os principais programas para o desenvolvimento da Província, circunscrevem-se nas medidas prioritárias de intervenção estruturadas de forma cronológica em três grandes ondas de mudanças, que abrangem o período de preparação de todo o ambiente para a execução do Programa de Desenvolvimento de Médio Prazo, passando pelas medidas para a melhoria das condições de vida e restabelecimento das infra-estruturas básicas e dos serviços públicos até ao período onde serão necessárias as medidas para a sustentabilidade do desenvolvimento no médio prazo.

As noventa e quatro (94) medidas de intervenção estão cronologicamente agrupadas em “3 Grandes Ondas para o Desenvolvimento da Província no médio prazo”, sendo, quarenta e sete (47) medidas estruturantes na Primeira Onda, trinta e seis (36) medidas prioritárias na Segunda Onda e onze (11) medidas de sustentabilidade na Terceira Onda, representam as premissas fundamentais para o alcance dos objectivos em prol do desenvolvimento da Província.



**Figura 12** - Três Grandes Ondas para o Desenvolvimento da Província de Benguela a Médio Prazo. Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013 Versão IV. Junho 2008

## **2.5- PONTO DE SITUAÇÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA**

Os trinta e dois anos decorridos do desenvolvimento histórico de Angola, após a sua constituição como país independente, caracterizaram-se por mudanças políticas, sociais e económicas. Elas levaram à uma migração considerável das populações das regiões rurais para os centros urbanos e do interior do País para o litoral.

A faixa urbanizada da Baía-Farta esteve fortemente afectada pelos processos migratórios, característicos desse período, já que o município num período relativamente curto, concentrou uma massa demográfica considerável, uma vez que em 1990 havia uma população estimada em 57.265 habitantes, em 2002, 97. 720 habitantes, e em 2008 141.560 habitantes.<sup>21</sup>

Este elevado crescimento populacional criou vários problemas ao governo e autoridades locais em relação ao abastecimento e distribuição de água potável e energia, produtos alimentares, habitação, emprego, assistência médica, educação e outros serviços.

Há problemas de urbanização e ordenamento do território e, como consequência, edificaram-se bairros sem urbanização primária e serviços sociais.

E dentro desta óptica, o Governo da Província de Benguela elaborou para a cidade da Baía-Farta, um plano de urbanização e expansão pretendendo com isso lançar as primeiras bases para elaboração do plano de desenvolvimento económico e social.

As áreas urbanas devidamente organizadas de acordo com um ordenamento que privilegiará o sentimento de cidadania, com acessos a todas as Comunas e principais ruas urbanas devidamente asfaltadas e cobertas por saneamento básico, com casas e conjuntos habitacionais para as diversas faixas de renda construídas, contribuindo para que os jovens, através de cursos profissionais encontrem emprego e condições para se fixarem na Baía-Farta, além de garantir que os ex-combatentes, mulheres e os habitantes em risco social tenham qualidade de vida.

As vocações como áreas ou sectores da economia onde o município ou tem experiência histórica, normalmente referente ao período colonial, ou apresenta condições naturais para seu desenvolvimento, podem também contribuir para o alcance dos objectivos da Província em geral e dos municípios em particular. Considerando

---

<sup>21</sup> [www.minader.org](http://www.minader.org) e Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Município da Baía Farta 2009-2013, Versão II Junho - 2008.

estas questões, é importante que os investimentos público e privado sejam direccionados para as vocações do município, designados na tabela abaixo, pois desta forma a agregação de valor ao desenvolvimento dos diversos domínios da província será potencializada (ANEXO C).

O processo de planeamento estratégico do governo, no qual foi fundamentada a lógica para a definição das estratégias, objectivos gerais e específicos para o médio prazo, incita à necessidade constante de controlo e monitorização dos objectivos e metas, de preferência com sistemas de informações e tecnologia da informação, para continuamente avaliar os resultados alcançados, e assim permitir que sejam tomadas as medidas necessárias para a correção de desvios e garantir o cumprimento do planeamento estratégico.

Sob a luz das orientações estratégicas de longo prazo e as aspirações e vocações da Província estabelecem-se para o horizonte entre 2009 e 2013 objectivos gerais e específicos, metas e indicadores para o município, discriminados de forma sectorial com o intuito para servir de base ao sistema de acompanhamento e monitoramento<sup>22</sup>, aos indicadores e resultados que deverão ser alcançados por todos os sectores da administração pública, no período entre 2009 e 2013. (ANEXO D).

Considerando os desafios assumidos nos objectivos do Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo 2009- 2013 da Província de Benguela, o município da Baía Farta estando inserido no contexto provincial e nacional, pode afirmar-se como um importante pólo de produção piscatória e de turismo nacional e internacional, onde as pessoas poderão ter qualidade de vida e tranquilidade para viver.

---

<sup>22</sup> Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Município da Baía Farta 2009-2013, Versão II Junho-2008.

### **CAPÍTULO III- CONSIDERAÇÕES SOBRE GEOGRAFIA FÍSICA, RECURSOS NATURAIS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Entre outras coisas a Geografia Física estuda as características naturais dos territórios e os impactos decorrentes da exploração dos recursos naturais e, como ciência do presente, tem a responsabilidade de investigar e compreender a distribuição espacial destes no globo. A sua abordagem está voltada não só para o espaço físico-natural, mas também para o espaço produzido e modificado pela acção humana.

A importância da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade só recentemente tem vindo a ser assumida, dado o seu papel reciclador, decompositor e de filtro da água e do ar, num quadro em que o seu uso nem sempre tem sido feito de forma sustentável. Essa consciência foi assumida no Programa Ambiente das Nações Unidas (UNEP, 2002), ao considerar a conservação dos recursos naturais como um dos três principais desafios com que a Humanidade se confronta. A transposição do conceito de desenvolvimento sustentável para o ordenamento do território deve implicar, entre outros aspectos, a definição de políticas de gestão sustentáveis dos recursos naturais. Para que tal objectivo seja alcançado, é necessário que previamente se proceda à sua inventariação e à avaliação da sua repartição espacial no território.

Os recursos naturais são passíveis de distintas utilizações, cuja avaliação é necessariamente circunstancial, na medida em que é condicionada pelo conhecimento presente e pela tecnologia disponível.

O Programa do Ambiente das Nações Unidas (UNEP, 2002) considera como um dos principais desafios com que a humanidade se confronta, a necessidade de conservação dos recursos naturais, tendo em conta o actual estado de depauperação em que muitos se encontram, nomeadamente os pedológicos, os biológicos e os hídricos com destaque para o acesso à água doce.

A coexistência do meio físico com a acção humana pressupõe a existência de uma relação dinâmica, uma vez que o meio físico possui a sua própria dinâmica natural, não esquecendo que os processos naturais só constituem risco na presença do Homem.

Ainda dentro desta perspectiva deve-se analisar o papel positivo e negativo dos impactes ambientais decorrentes da actividade do Homem tendo em conta que o impacte ambiental é a alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia decorrentes das actividades

antrópicas que directa ou indirectamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos naturais, ou seja, o conjunto das alterações produzidas pelo Homem a nível ambiental numa determinada área que afectam directa ou indirectamente a satisfação das necessidades da população assim como a qualidade dos recursos ambientais. No entanto os impactos ambientais podem ser mitigados quando são negativos e os benefícios potencializados desde que as suas actividades sejam correctamente planeadas.

Para muitas actividades humanas, a consciência ecológica ajudou a criar práticas de redução dos impactos negativos através da criação de procedimentos e ferramentas como a avaliação dos riscos ambientais e o licenciamento ambiental no sentido de prevenir, reduzir ou mitigar, os efeitos ambientais negativos.

Da interacção das actividades humanas com o meio físico decorrem dois tipos de relações, uma em que o Homem enquanto agente activo que actua sobre o meio (agente passivo) resulta no estabelecimento de impactos ambientais e a outra em que o meio enquanto agente activo influencia as actividades humanas através dos chamados riscos naturais.

Daqui se depreende que o risco depende da probabilidade de ocorrência de um processo natural perigoso e da vulnerabilidade da sociedade, ou seja, o risco mede os efeitos desse fenómeno sobre as populações e os seus bens.

A análise dos riscos naturais deve procurar contemplar os factores inerentes nas suas duas grandes dimensões:

a) A dimensão espacial que compreende os factores permanentes, as áreas afectadas e os elementos expostos fixos, isto é, a presença permanente do Homem no meio físico.

b) A dimensão temporal do risco que depende dos factores desencadeantes e dos elementos expostos móveis.

Convém clarificar que a probabilidade de ocorrência de um determinado processo do meio físico, resulta da conjugação dos factores permanentes com os factores condicionantes, enquanto a vulnerabilidade da sociedade decorre da probabilidade dos elementos fixos e móveis de serem afectados pelos fenómenos naturais.

A intervenção antrópica sobre os ecossistemas naturais decorre quer da ocupação, apropriação e transformação do espaço, quer da utilização e exploração dos recursos naturais.

O Homem assume-se não só como um influente factor sobre os processos morfogenéticos mas também como um agente primordial da morfogénese (F. Rebelo, 1977,2001; R. Neboit, 1979; H. Buckner, 1986; A. Goudie, 1990; A. Pedrosa, 1994,1997).

Os estudos sobre a importância de riscos naturais em termos económicos e sociais são imprescindíveis para o ordenamento do território, planificação, urbanismo, obras públicas e instalações industriais, planos de emergência e de protecção civil e protecção do meio ambiente.

Nesta contribuição serão tratados apenas alguns recursos naturais, que condicionam ou contribuem para o desenvolvimento do município da Baía Farta, tendo em conta a escassez de dados disponíveis, nomeadamente em formato digital e georreferenciado, bem como a diversidade de dados com tratamento muito desigual.

### **3.1- PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA**

Do conjunto, dos recursos naturais que o município possui, mencionamos alguns que jogam um papel importante no desenvolvimento económico e social como os recursos naturais geológicos, pedológicos, hídricos, biológicos e climáticos. Estes podem classificar-se em inesgotáveis (água do mar e o ar), não renováveis (recursos minerais nomeadamente: argila, areia, calcário, mica, cobre, enxofre, gesso e outros), renováveis (recursos bióticos, com destaque para peixes), e a água doce.

#### **3.1.1- RECURSOS NATURAIS PARA O TURISMO**

Quanto ao desenvolvimento da actividade turística no município da Baía Farta pode-se dizer que a faixa de areia oferece possibilidades para as praias e para a organização de estâncias de repouso que servem para a recreação e lazer dos munícipes, turistas e praticantes da pesca desportiva.

De referir que alguns recursos como o clima, a água, a flora e a fauna, bem como a paisagem são muito importantes para o desenvolvimento do turismo na região, uma vez que a Baía Azul pertencente ao município da Baía Farta, apresenta elevado potencial turístico, carecendo apenas de investimentos públicos e privados.



**Figura 13** - Região Turística da Baía Azul.

Existe ainda um complexo turístico na Baía Azul no município da Baía Farta, que pode ser utilizado como forte potencial turístico sendo necessário investimento público ou privado para que seja recuperado, constitui uma das atracções de lazer mais relevantes da Província de Benguela, embora actualmente esteja voltado ao abandono.

Tendo em conta o aproveitamento dos recursos existentes para o turismo, um investimento imobiliário deverá ser lançado em breve na região, com características residenciais e de turismo, designado "Benguela Blue Ocean", na região da Baía Azul situada a norte da sede da Baía Farta, numa promoção da Empresa Privada Portuguesa "Taminvest Angola".

O terreno onde nascerá o "Benguela Blue Ocean", no planalto superior da Baía Azul, abrangerá uma área de mil e trezentos e cinquenta hectares (1.350), dos quais seiscentos e cinquenta (650) serão urbanizados.<sup>23</sup>

A nova cidade, projectada para albergar cerca de vinte mil pessoas (20.000), contará com um campo de golfe, parque aquático, museu, hotéis, restaurantes, cinema, teatro, centro de negócios, espaços comerciais, entre outras infra-estruturas.

A Baía Azul dispõe de óptimas condições para a prática do turismo com destaque para a pesca desportiva, pois as suas águas possuem diversas espécies marinhas.

---

<sup>23</sup> [http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/index.php?option=com\\_content&task=view&id=338&Itemid=79](http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/index.php?option=com_content&task=view&id=338&Itemid=79).

A Comuna do Dombe-Grande afigura-se também como forte potencial de desenvolvimento do município em geral, por ser uma zona exclusivamente de grande potencial agrícola tendo em conta a presença do Rio Coporolo que atravessa a comuna, sendo uma mais-valia no que toca à actividade agro-pecuária e turística, que deverão ser aproveitadas ao longo das margens do Rio em causa.

Quanto ao património construído, encontram-se identificados alguns locais no município da Baía Farta com valor histórico e cultural potenciando a vertente cultural da actividade turística como é o caso da Estação Arqueológica do Dungo a sul da sede da Baía Farta.

A arborização ao longo das ruas reveste-se de grande importância para estrutura do sistema, devido as condições geográficas e climáticas, contribuindo para o conforto bioclimático da população.

#### **3.1.1.1- PARQUE NATURAL REGIONAL DA CHIMALAVERA**

Falar de áreas protegidas na Baía Farta é fazer menção ao Parque Natural Regional da Chimalavera, situado a sudeste da sede da Baía Farta, localizado entre os paralelos 12°45' e 12° 51' de latitude Sul e entre os meridianos 13°05' e 13°12' de longitude Este.

O Parque Natural Regional da Chimalavera, com uma extensão de 150 km<sup>2</sup>, constitui um grande potencial para o desenvolvimento do turismo no município, passou à categoria de Reserva Parcial em 5 de Junho de 1971. A 15 de Abril de 1974, passou a categoria de Parque Natural e Regional.



**Figura 14** - Área do Parque Natural Regional da Chimalavera.

Do ponto de vista fisiográfico corresponde a uma planície, rodeada de montanhas agrestes e escarpadas com altitudes entre 50 e 260 metros. A temperatura média anual é de 23,5°C, o mês mais frio observa-se em Julho com 19,4°C e o mais quente em Março com 26,8°C. A fauna é representada por animais de pequeno, médio e grande porte, entre répteis, aves e mamíferos. As espécies que têm merecido maior atracção aos turistas são: Macaco; Chacal de flancos raiados; Cabra de leque (*Antilocapra Marsupialis Angolensis*); Zebra de montanha (*Equus Zebra*); Olongo (*Tragelaphus Stripsiceros*); Babuínos; Cabras de Pedra ou Conca (*Oreotragus*); Punga (*Raphiceros Campestris*); Porco-espinho (*Hyaena Africol Austrais*).



**Figura 15** - Área do Parque Natural Regional da Chimalavera.



**Figura 16** -- Macacos no Parque.

O Parque funciona normalmente, os bebedouros para os animais foram reparados, permitindo o fornecimento regular de água; a guarnição é efectuada por fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal garantindo a integridade do mesmo.



**Figura 17** - Reservatório de Água do Parque



**Figura 18** -- Bebedouro do Parque.

Actualmente a gestão do Parque é exercida pelo Ministério da Agricultura através do Instituto de Desenvolvimento Florestal, estando em curso a transição da gestão para o Ministério de Urbanismo e Ambiente. Atribuiu-se à Empresa Imogestim S.A, a responsabilidade para o aproveitamento turístico do Parque. Esta Empresa desenvolve algumas acções, como a vedação em zonas onde é possível a entrada de caçadores furtivos, a requalificação da zona principal de acampamento (para apoio ao turismo), destacando-se a construção de um restaurante, abrigo para os fiscais e outras infra-estruturas associadas ao acolhimento de turistas.

O turismo ainda é incipiente no parque e a maior frequência ao parque é feita por estudantes e cidadãos estrangeiros, na sua maioria que residem na cidade de Benguela. As principais dificuldades do parque consistem no facto de este não estar vedado, facilitando a acção dos caçadores furtivos e a existência de populares ao redor que efectuam o pastoreio dos seus animais, no recinto do Parque.



**Figura 19** - Infra- estrutura do Parque.



**Figura 20** - - Parque sem Vedação.

### **3.1.1.2- PAISAGENS**

O município da Baía Farta, apresenta paisagens que jogam papel preponderante para a actividade turística e não só, que poderão contribuir para o desenvolvimento de cada uma das Comunas, desde que haja disponibilidade financeira para o efeito, servindo de base para o reordenamento do território, gestão e planeamento de recursos naturais existentes.



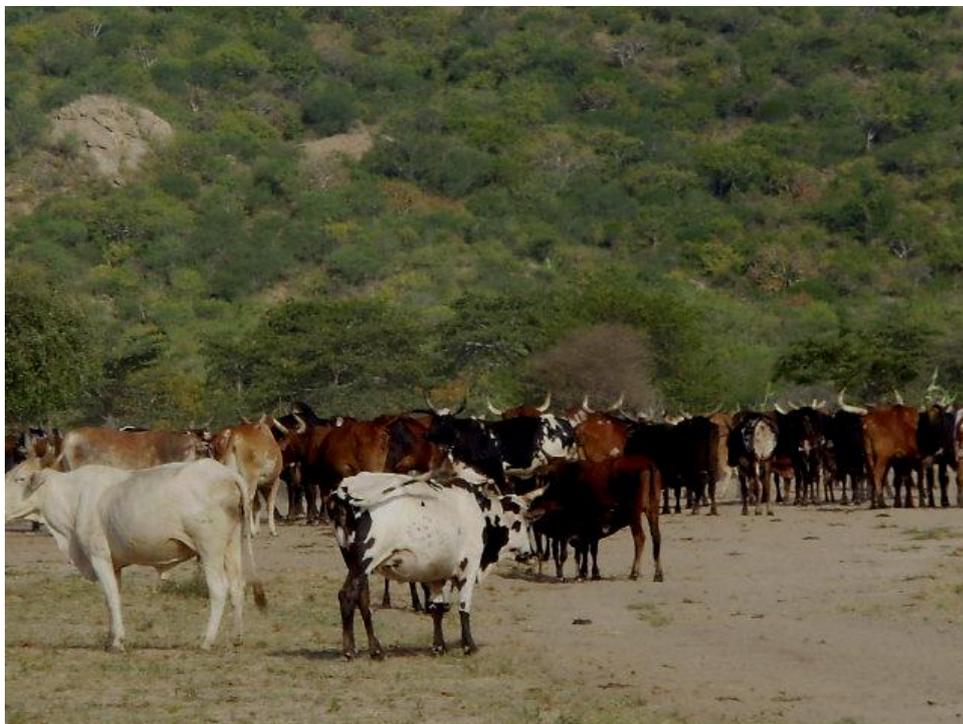
**Figura 21** - Paisagem da Baía Azul.

### **3.2- RECURSOS NATURAIS PARA A ACTIVIDADE AGRO-PECUÁRIA**

O solo e o subsolo imprimem também as suas marcas no desenvolvimento económico, já que uma terra pobre e uma agricultura pouco produtiva induzem muitas vezes a práticas de pecuária extensivas e a predominância da silvicultura sobre a agricultura.

As comunas do Dombe-Grande e Kalohanga, apresentam condições favoráveis para a prática da actividade agro-pecuária em função do clima, já que nelas podem-se encontrar culturas diversas que a população utiliza para sua sobrevivência e diferentes espécies de animais que se adaptam à seca por exemplo cabritos, bois, cavalos, que só se alimentam de capim verde durante o período das chuvas, servindo de alimento à

população, salientámos também a criação de gado bovino, caprino, suíno, equinos, caninos bem como aves.



**Figura 22 - Pastorícia.**

O Vale do Rio Coporolo apresenta, um quadro de aspectos fisiográficos e ecológicos que oferecem condições favoráveis, uma vez que os solos são férteis e um clima propício para a exploração das culturas que nele se praticam.

A Comuna da Equimina, em função do clima, flora e fauna, apresenta condições não só para o desenvolvimento da actividade pesqueira e turística, mas também para a actividade agro-pecuária que sendo exercida com instrumentos rudimentares, carece de intervenção a todos os níveis para mudar o quadro existente.

### 3.3- RECURSOS NATURAIS PARA A ACTIVIDADE PESQUEIRA

Os efeitos das correntes marinhas são mais notórios e marcantes ao nível do clima das regiões costeiras, da navegação e da localização das zonas de pesca.

A Corrente Fria de Benguela exerce um papel preponderante no desenvolvimento da indústria pesqueira do município da Baía Farta, uma vez que em função das suas características particulares, dá origem à uma fauna marinha abundante e variada em peixes, aves e mamíferos marinhos, podendo servir de subsistência essencial à população não só da Província de Benguela, mas também de outros locais de Angola.



**Figura 23** - Actividade de Pesca Artesanal - Sede da Baía Farta.

Assim, a pesca é um importante sector de actividade económica em Angola, que tem levado à flutuação da existência das principais pescarias de interesse comercial.

A política de desenvolvimento do Sector das Pescas define estratégias de recuperação dos principais recursos pesqueiros, com aplicação de planos de gestão que incluem a limitação das capturas e do esforço de pesca e o estabelecimento de áreas de pesca e períodos de interdição.

Actualmente, observa-se a pesca ilegal e desordenada na zona económica marítima de Angola, por falta de embarcações de fiscalização. Benguela tem apenas uma embarcação para a fiscalização do território marítimo, que não cobre toda a extensão territorial, contribuindo para o surgimento de armadores que praticam ilicitamente a actividade pesqueira com barcos de grande porte, os chamados arrastões, que levam toda a fauna marítima, sem discriminação.

Para assegurar uma gestão eficaz e sustentável dos recursos pesqueiros, é preciso potenciar o órgão de fiscalização com técnicos e meios adequados, pois só com uma fiscalização feita por embarcações equipadas com tecnologia de ponta, veremos reduzidos os elevados índices de pesca ilegal sendo necessário o reforço da frota de inspecção, fiscalização e vigilância marítima, com a distribuição de meios ao longo da zona costeira angolana, para que se realize um trabalho rígido contra aqueles que pretendam tirar proveitos ilícitos.

Tendo em conta a localização geográfica do município da Baía Farta, podemos dizer que em relação a pesca, nota-se que a existência de um plâncton rico leva à ocorrência de abundantes espécies marinhas como: Sardinha, Pungo, Carapau, Corvinas, Roncadores, Garoupas, alguns Crustáceos (Caranguejos, Camarão, Lagosta e outros).

Em relação a transformação do peixe a Direcção Provincial das Pescas de Benguela, controla quinze unidades de salga e seca e seis unidades de congelação, mas nenhuma indústria transformadora ou de conservas, em virtude de se encontrarem paralisadas entre 2008 e 2009.<sup>24</sup>

**Quadro 5 -- Produção Pesqueira. Direcção Provincial das Pescas de Benguela. 2008**

PRODUÇÃO REAL	2008	2009
Real capturado	45.064,49	92.663,98
Peixe congelado	27.385,37	20.147,39
Peixe seco	1.122,63	32.306,30
Peixe fresco	16.556,49	40.210,29
Farinhas	0,00	0,00
Óleo	0,00	0,00
Conservas	0,00	0,00

Houve um período em que a captura da espécie de carapau, esteve interdita ao longo de toda a costa angolana, no sentido de se poder aumentar o crescimento da

<sup>24</sup> Direcção Provincial das Pescas de Benguela

espécie na orla marítima nacional, mas o período de defeso já foi levantado e o processo de captura deverá obedecer aos critérios impostos pelo executivo para a preservação do mesmo, pois a pesca do carapau torna-se imperiosa para a redução da fome e da pobreza das populações que têm nesta espécie pelágica, uma das principais bases da sua alimentação, bem como o aumento das receitas e de empregos no município da Baía Farta.

A par disso, são necessárias em terra, estruturas de apoio para recepção, transformação, processamento e conservação do peixe, para que haja boa comercialização, muitos armadores não possuem tais estruturas e por vezes o peixe estraga-se. Daí a necessidade das quotas de captura e de investimento em terra para permitir a sustentabilidade da actividade.

De referir que em 2010, a empresa Pesca Fresca construiu em dez meses uma fábrica de farinha de peixe resultado de uma parceria entre empresários angolanos, namibianos e sul-africanos. Além da produção de farinha de peixe para ração animal e agricultura, produzirá óleo de peixe destinado à indústria farmacêutica, cujos potenciais clientes serão a China e o Japão<sup>25</sup>.

### **3.4- RECURSOS NATURAIS PARA A SALICULTURA**

O clima tropical seco influenciado pela corrente fria de Benguela, as elevadas temperaturas do ar, a baixa amplitude térmica, a elevada humidade relativa, a elevada nebulosidade média mensal, a escassez de precipitações e apesar de a região estar situada na zona de convergência inter-tropical, explicam bem a situação em que o município se encontra, onde a degradação ecológica se manifesta pela deterioração da franja vegetal e pela salinização das terras de regadio.

Em relação a salinização dos solos na Baía Farta é de mencionar que o excesso de sódio, magnésio e cálcio nos solos, faz com que os mesmos se tornem tóxicos no que se refere a agricultura, já que transforma-se numa condição indesejável ao cultivo trazendo prejuízos económicos ao produtor, danos fisiológicos causados pela salinidade em plantas não adaptadas àquelas condições, afectando a estrutura social de uma forma significativa.

---

<sup>25</sup> <http://www.angolasite.com>

No entanto, estas condições naturais favorecem o aproveitamento económico da através das salinas que são construídas pelo homem para a extracção de sal, que tem servido de fonte de rendimento para o município da Baía Farta, já que o mesmo constitui um dos centros de produção de sal mais importantes não só de Benguela, como também de Angola.

No concernente à salicultura, pode-se referenciar que a Associação de Produtores de Sal (APROSAL), de âmbito nacional, com sede em Benguela, controla a actividade em questão, estando afectas à ela nove empresas em Benguela, das quais oito com actividade de exploração de sal no município da Baía Farta (salinas Macaca, Calombolo, Chamume, António Pinto Sousa (APS), Dungo, Bom Sucesso, RL, e Tager) e uma no município de Benguela<sup>26</sup>.

O sal comum destina-se à indústria para a produção de sal iodizado, que por sua vez serve para o consumo humano e animal. A produção de sal, constitui uma indústria importante com longa tradição, de acordo com o Antigo Boletim Geral das Colónias, publicado em 1936, a produção de sal em Angola atingiu em 1929, 9850 toneladas; em 1927, 25 000 toneladas e em 1933, 30 000 toneladas.<sup>27</sup>

Actualmente a Província de Benguela, apresenta-se como a maior produtora de sal do país, contando com várias empresas salineiras, caracterizadas pela existência de uma lagoa natural.

**Quadro 6** - Capacidade produção de sal. Direcção Provincial das Pescas de Benguela. 2008

PROVÍNCIA	DESIGNAÇÃO	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO INSTALADA	PRODUÇÃO OBTIDA (TONELADAS)	
			2008	2009
Benguela	Sal Comum	26.400,0	21.088,8	23.701,9
	Sal Iodizado		18.583,6	21.163,6
	TOTAL	26.400,0	39.672,4	44.865,5

Dentro do programa angolano e concretamente da província, as Salinas Calombolo, pertencentes ao grupo Adérito Areias, merecem destaque pelo alto nível de produção que apresentam, com unidades produtivas uma situada na comuna sede da Baía Farta e outra na zona do Chamume a sul da sede com uma extensão de seis mil hectares, dos quais seiscentos e sessenta são de área produtiva, comportando mais de quinhentos trabalhadores salineiros. As Salinas Calombolo pretendem As salinas

<sup>26</sup> Direcção Provincial das Pescas de Benguela

<sup>27</sup> <http://canais.sapo.pt/educacao/1GDC/328821.html>

Calombolo situam-se a 500 metros do mar e pretendem aumentar a área de produção aumentar a área de produção para uma superfície estimada em dois mil hectares no quadro da estratégia do grupo empresarial Adérito Areias, ao colocar no mercado mais produtos nacionais sendo que o grupo possui na região da Baía Farta, quatro unidades de produção de sal, nomeadamente Calombolo I, II e III e Zeca Monteiro, produzindo ao todo 250 mil toneladas de sal por ano; o aumento da produção de sal visa colmatar a procura que o produto tem vindo a registar nos últimos tempos no mercado estimulando o grupo a forjar novas acções para uma produção de 400 mil toneladas em 2012..A região da Baía Farta apresenta condições favoráveis à produção de sal, razão pela qual foi determinada pelas autoridades uma zona de expansão para a instalação de novas infra-estruturas salineiras, sendo a povoação do Chamume, que fica a dezassete quilómetros, a Sul da sede municipal da Baía Farta, a área identificada para se expandir acções do género promovendo o crescimento e o desenvolvimento.

Alguns constrangimentos se têm verificado durante a produção de sal, devido a factores relacionados com o clima, por altura da época das chuvas e das calemas, o que, tem provocado o defeso e a escassez do sal em determinadas épocas do ano, mas esta situação está condicionada ao sistema rudimentar de produção do sal devido a falta de tecnologia avançada.

Com empenho e boa vontade o Grupo Empresarial das Salinas Calombolo que exerce a actividade há mais de oitenta anos, pretende efectuar uma revolução tecnológica, para não serem ultrapassados no tempo e no espaço, estudos foram efectuados para a entrada em funcionamento, a médio prazo de novas tecnologias o sentido de se melhorar a qualidade do sal produzido. A pretensão do grupo será de levar o sal até ao leste de Angola e aos países vizinhos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)<sup>29</sup> com a entrada em funcionamento, nos próximos dois ou três anos, dos Caminho-de-ferro de Benguela (CFB), havendo assim a necessidade de se envidar esforços tendo em conta a quantidade e qualidade do mesmo. Este mesmo grupo também está ligado ao sector das pescas e durante o período de defeso da captura do carapau, limitou-se à captura da sardinha onde a fraca rentabilidade se fez sentir com a venda de sardinha, por ser um peixe de fraca qualidade, particularmente para consumidores residentes nas principais cidades do litoral da Província de

---

<sup>28</sup> [http://jornaldeangola.sapo.ao/14/8/benguela\\_aumenta\\_indices\\_de\\_producao\\_de\\_sal](http://jornaldeangola.sapo.ao/14/8/benguela_aumenta_indices_de_producao_de_sal)

<sup>29</sup> Southern African Development Community

Benguela, sendo que nos últimos tempos só era permitido realizar pesca da sardinha em cerco tendo-se registado baixos índices de crescimento.



**Figura 24** – Salinas da Região da Orla Marítima Sul. Google, 2011.

### **3.5- RECURSOS NATURAIS PARA A ACTIVIDADE EXTRACTIVA E ENERGÉTICA**

A investigação e o aproveitamento dos recursos minerais constituem um importante meio de obtenção de recursos financeiros para o estabelecimento de infra-estruturas e o desenvolvimento de outros sectores, particularmente os da agricultura e da indústria transformadora.

Do ponto de vista geológico, sendo o território da Baía Farta coberto por formações Cretácicas e Quaternárias junto a costa, correspondendo a formações sedimentares que afloram desde a Equimina até ao Sumbe e uma faixa de formações proterozóicas.

Paralelamente a compilação existente da cartografia geológica, é necessário realizar também uma análise crítica de toda a informação sobre os recursos minerais a fim de se obter as bases indispensáveis para a planificação do seu aproveitamento racional em toda a região devendo para o efeito prever-se projectos para a prospecção e pesquisas para descobrir e valorizar as ocorrências minerais, que venham a constituir os jazigos economicamente exploráveis.

Em função dos recursos geológicos existentes assiste-se ao aproveitamento dos mesmos para a reabilitação das vias de comunicação do município da Baía Farta, contribuindo para a melhoria das vias de acesso que vão até à Província do Namibe.

O sector energético influencia o desenvolvimento social e económico de um país ou região. A produção, distribuição e utilização de energia estão, no entanto, também na origem de vários problemas ambientais, associados sobretudo às emissões de poluentes para a atmosfera.

Sobre a exploração energética do município da Baía Farta salienta-se que para a maioria dos angolanos, a principal fonte energética é a madeira (lenha e carvão), para fins domésticos. No entanto, a política em vigor não estimula a substituição da lenha e do carvão por outras fontes de energia, ou a introdução de técnicas melhoradas de produção e distribuição de carvão<sup>30</sup>. Este consumo ocorre principalmente nas imediações das concentrações urbanas, resultado do crescimento demográfico originado pela migração do meio rural para meio urbano e acelerado pela guerra. Assim no município da Baía Farta, a exploração formal de lenha e carvão é feita por concessionários licenciados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal. Observa-se

---

<sup>30</sup> Ministério de Energia e Águas - Estratégia para o Sector Energético (2002)

também, a exploração informal que é praticada por populares não licenciados, ocorrendo à margem do controlo das autoridades competentes, o que constitui uma séria ameaça à sustentabilidade dos recursos florestais dado ao elevado número de pessoas que à ela se dedica.

### **3.6- RECURSOS PARA A APICULTURA**

A vasta cobertura florestal de Angola, aliada a grande diversidade das espécies vegetais e a intrínseca composição florística, conferem ao país um enorme potencial no domínio da produção do mel e seus derivados.

A floresta do tipo miombo, que cobre cerca de 80% do território nacional, é considerada como sendo o maior reservatório da flora com propriedades melíferas. Por tal motivo merece uma cuidada atenção e os estudos julgados necessários para que dela se possa tirar o maior proveito possível.

Historicamente, os maiores níveis de produção do mel e seus derivados eram atingidos nas províncias do leste, sobretudo na província do Moxico.

Na generalidade a actividade apícola, é exercida fundamentalmente por camponeses, que para o efeito utilizam colmeias tradicionais, como complemento das actividades agrícolas e como fonte de receitas familiares. A capacidade média de produção anual de uma colmeia tradicional está estimada em 10 quilogramas de mel.

Com o objectivo da melhoria das práticas tradicionais de exploração do mel, que são manifestamente prejudiciais à biodiversidade, o IDF está a desenvolver no meio rural um vasto programa de introdução de tecnologias modernas de produção do mel e dos seus derivados, na base da instalação de apiários mestres, para formação e treino de apicultores, uma vez que cada apiário é constituído por 9 ou 10 colmeias melhoradas.

No quadro desse programa, iniciado em 2003, foram instalados apiários mestres nas seguintes localidades:

- Mazozo (Bengo) - possui nove colmeias povoadas, com uma componente de investigação científica, com a participação do Instituto de Investigação Agronómica e da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto de Angola;
  - Tchitembo (Bié) - foram instaladas 9 colmeias;
  - Kuima (Huambo) - foram instaladas 9 colmeias melhoradas e 270 tradicionais;
- Em Menongue (Kundo Kubango), Kangandala (Malange), Quipungo (Huíla) e Luena (Moxico) foi instalado igual número de colmeias melhoradas;

Contudo, no município da Baía Farta verifica-se que, os pequenos camponeses e pequenos produtores apresentam um baixo nível de capacidades técnicas, de gestão, integração e interacção com os outros agentes de desenvolvimento. Isto limita grandemente o desenvolvimento do meio rural e dificulta a adaptação dos camponeses às novas realidades.

Para superar estes constrangimentos torna-se necessário, a implementação de mecanismos para a expansão dos recursos florestais, incluindo a apicultura, bem como a expansão do programa de reabilitação e construção de vias de acesso para as áreas rurais não se esquecendo da sistematização e implementação de políticas de apoio à mulher rural.

### **3.7- CONDICIONANTES AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA**

Os Parques e Reservas de Angola estão de um modo geral, num estado de degradação avançada. O longo período de conflito armado paralisou a administração dos parques, deixando-os em ruínas. Na sua maioria estão ocupados pelas populações em busca de condições básicas de vida: agricultura, caça e pesca, construção de habitações, abate de árvores, para lenha e para carbonização, empreendimentos militares, agrícolas, comerciais turísticos e industriais de grande envergadura.

Esta situação foi agravada no período pós-eleitoral em 1992. Na sua maioria as áreas protegidas não tinham gestão e os sistemas de fiscalização não funcionavam, uma vez que não faziam parte da planificação económica das respectivas Províncias ou localidades.

A conservação da natureza no sentido lato não pode ser entendida apenas como protecção das espécies, da flora e fauna e dos seus habitats, mas também a valorização das actividades humanas e seu modo de vida, como garantia de protecção e preservação.

Apesar desta situação, os parques e reservas de Angola, continuam a reunir um ser património valioso, sendo necessário que se faça uma reavaliação e se criem medidas de ordem legal, técnica e financeira para uma gestão efectiva dessas dos mesmos.

Com o estabelecimento da paz, desde 2002, muitas das áreas protegidas tornaram-se muito mais acessíveis, ao mesmo tempo que continua a existir carência de mecanismos de controlo e implementação da lei.

Esta situação resultou num aumento da caça de animais selvagens, tanto para subsistência como para fins comerciais, por parte das comunidades locais, sem acesso a outras fontes de rendimento e emprego, bem como, por parte de ex-militares que têm muito poucas oportunidades de emprego e dispõem de armas automáticas. Existem também indícios de que redes internacionais de tráfico ilegal de animais selvagens estão igualmente envolvidas na caça ilegal.

A implementação de medidas de protecção é assim imperativa e urgente. De acordo com a Convenção da Biodiversidade (1998) é igualmente imperioso elevar a superfície de áreas de conservação da biodiversidade para 15% da área total do país, nomeadamente integrando os biomas não abrangidos na actual rede de conservação (PNGA, 2005)<sup>31</sup>.

### 3.8- RISCOS NATURAIS

O Rio Coporolo, é tido como o mais problemático dos rios do litoral benguelense, causando muitos danos devido as enchentes que têm ocorrido na época das chuvas, verificando-se inundações com diferentes graus de intensidade anualmente na Comuna do Dombe Grande.

Este ano, mil e trezentas e sessenta e seis famílias que perfazem um universo de seis mil seiscentas e oitenta pessoas ficaram desalojadas pelas inundações e grande parte das culturas também foram afectadas pelas inundações resultantes das intensas chuvas que caíram durante o mês de Fevereiro de 2011<sup>32</sup>.



**Figura 25** - Inundação do Rio Coporolo. Dombe Grande. Google, 2011.

<sup>31</sup> Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola

<sup>32</sup> <http://www.portalangop.co.ao>

A caducidade em alguns casos e a destruição em outros, dos sistemas de alerta rápido e outros sistemas de monitorização e instrumentos de previsão e medição do caudal dos rios, como hidrómetros instalados no período colonial em várias estações meteorológicas como a estação hidrométrica do Carivo na comuna da Kalohanga e a ausência ao longo de muitos anos de trabalhos de desassoreamento para regularizar o leito dos rios, fazem com que as enchentes se repitam apanhando de surpresa, populações vulneráveis e agricultores, incapazes de sozinhos ultrapassar os níveis de calamidade que o transbordo dos rios provoca.



**Figura 26** - Indicação da via para a Estação Hidrométrica do Carivo.

Um sistema receptor do sinal de aviso prévio de inundações sobre os rios Coporolo, Catumbela e Cavaco, na província de Benguela, entrará brevemente em funcionamento com custos avaliados em mais de um milhão de dólares norte-americanos, o referido sistema de prevenção às calamidades naturais está fixado nos postos hidro-meteorológicos do Carivo (Rio Coporolo), Caiave (rio Catumbela) e Cuverir (rio Cavaco), sob responsabilidade do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), afecto ao Ministério do Interior<sup>33</sup>.

O projecto comporta sensores modernos de prevenção de inundações, ou seja, monitoriza e faz chegar rapidamente à população, a informação preventiva para se retirar das áreas de elevada susceptibilidade ao risco de inundação. A implantação deste

---

<sup>33</sup> <http://canais.sol.pt>

sistema fará com que a população não seja apanhada de surpresa quando os rios aumentarem os caudais.<sup>34</sup>

Com vista a redução da vulnerabilidade deve-se ter em conta a interdição de construção em áreas de risco, deslocar a população das mesmas para além das obras, reflorestação e construção de muros de protecção que podem traduzir-se em diminuição da susceptibilidade.

Também dever-se-á ter em conta a educação da população sobre os riscos de inundação da área onde vivem, isto é aquisição de competências na actuação individual e colectiva na mitigação do risco.

No âmbito dos estudos geomorfológicos na Baía Farta actualmente identificam-se também áreas com elevada susceptibilidade e em termos de riscos naturais associados a evolução das praias e ao ravinamento activo em vertentes com declives acentuados, resultado das condições naturais semi-áridas e da intervenção antrópica.

### **3.9- CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Angola engloba e partilha o Grande Ecossistema Marinho da Corrente Fria de Benguela (BCLME) com a Namíbia e África do Sul. É um dos mais importantes centros de biodiversidade marinha e uma das áreas mais produtivas no mundo. É detentor de uma grande biomassa de peixes, crustáceos, pequenos pelágicos, aves e mamíferos marinhos.

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Angola, delimitada pela linha correspondente a 200 milhas náuticas convencionada a partir da linha de costa, que possui uma extensão de 1 650 km, consiste numa área marítima de cerca de 330 000 km<sup>2</sup>. O talude continental cobre uma área de cerca de 51 000 km<sup>2</sup> (Bianchi, 1986), estando limitada a norte pelo paralelo 5° S e a sul pelo paralelo 17°10' S.

Estas zonas estão sob a jurisdição dos Estados ribeirinhos que possuem direito soberano para prospectar, explorar, conservar e gerir todos os recursos naturais do fundo do mar, do seu subsolo e das águas suprajacentes e, ainda, para praticar outras actividades que tenham por fim o estudo e a exploração económica da zona, tal como a produção de energia e a investigação científica, mantendo-se no entanto a liberdade de navegação, sobrevoos e comunicação.

---

<sup>34</sup> idem

Em relação as condicionantes ao desenvolvimento do município da Baía Farta, tendo em conta a conservação da natureza no concernente ao *Parque Natural Regional da Chimalavera*, verifica-se que estão em curso estudos com vista ao maior aproveitamento do Parque, em que o Governo Provincial de Benguela, pretende estabelecer parceria com a Província Sul-Africana de Kwa-zulo no âmbito da conservação da natureza, uma vez ter havido já contactos com dirigentes e técnicos do governo de Benguela, onde se analisaram vários pontos:

- a) Sensibilização da população circundante;
- b) Identificação das possíveis áreas de expansão do parque;
- c) Identificação de importantes ligações e acessos;
- d) Vedação dos limites acordados;
- e) Negociação e formalização das áreas de expansão e ligações;
- f) Implementação do plano de utilização da água;
- g) Implementação do plano de segurança;
- f) Elaboração de um plano de gestão do parque.

Em resposta, as acções imediatas por parte do Governo Provincial de Benguela são de criar uma comissão de trabalho integrada pela Administração Municipal da Baía Farta, Direcções Provinciais da Agricultura, das Pescas, de Energia e Águas, do Urbanismo e Ambiente, Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e o Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA); estudar as possibilidades de expansão do parque bem como negociar e estabelecer acordos sobre os vários problemas existentes.

Sobres as Dunas depreende-se que no litoral da Baía Farta, observam-se dunas que, pelo que se sabe, não estão sujeitas a medidas para a conservação e protecção das mesmas, neste caso sua conservação seria bastante significativa para a região uma vez que muitos transeuntes utilizam para deslocações às suas pescarias, salinas bem como a vizinha Província do Namibe pela via vulgarmente designada por via da “Lucira”.

Dentro desta perspectiva as áreas protegidas têm sido cada vez mais apontadas como destinos turísticos, tanto pela riqueza do património natural e cultural que encerram, como pelo facto de proporcionarem aos visitantes o usufruto e o contacto com a natureza, uma vez que são zonas onde se podem praticar, o turismo de natureza e o ecoturismo perfeitamente enquadrados nos objectivos de conservação de cada área protegida, contribuindo para potenciar a actividade turística, através da criação de

sinergias que promovam o desenvolvimento das populações locais, em pleno respeito pelas suas tradições e aspirações económicas e sociais.

Contudo, no município da Baía Farta verifica-se que os pequenos camponeses e pequenos produtores apresentam um baixo nível de capacidades técnicas, de gestão, integração e interacção com os outros agentes de desenvolvimento. Isto limita grandemente o desenvolvimento do meio rural e dificulta a adaptação dos camponeses às novas realidades.

Para superar estes constrangimentos torna-se necessário, a implementação de mecanismos para a expansão dos recursos florestais, incluindo a apicultura, bem como a expansão do programa de reabilitação e construção de vias de acesso para as áreas rurais não se esquecendo da sistematização e implementação de políticas de apoio à mulher rural.

Em resumo, o município da Baía Farta apresenta recursos que podem influenciar o seu desenvolvimento como o clima, a água, a flora a fauna e a paisagem no que se refere à existência de zonas diversas para o desenvolvimento do turismo balnear, rural e cultural; ao solo e subsolo como recursos indispensáveis para a prática da agricultura e criação de gado sustentáveis, destacando ainda que o tipo de solo em algumas áreas do município, permite a instalação de salinas para a extracção de sal; o tipo de vegetação joga também um papel fundamental para a existência da vida animal; aos recursos marinhos que possibilitam o desenvolvimento da indústria pesqueira.

No entanto a integração dos princípios da avaliação de impacte ambiental, bem como o planeamento e gestão ambiental no processo de desenvolvimento a todos os níveis será eficaz para a mitigação dos riscos e impactes ambientais.

## **CAPÍTULO IV- PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO- ANÁLISE DOS INQUÉRITOS**

O estudo da percepção ambiental permite compreender melhor as inter-relações entre o Ser Humano e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas, sendo necessário que cada indivíduo aprenda a conhecer o ambiente em que está inserido, para protegê-lo e cuidá-lo.

Dos inquéritos realizados sobre a percepção das condições ambientais na Baía Farta, obtivemos diversos resultados, dos quais faremos a respectiva interpretação tendo em conta alguns cruzamentos das respostas com indicadores físicos, sociais e económicos.

De entre os elementos caracterizadores, tivemos em consideração aqueles que mais influência tiveram para a análise e compreensão do objecto de estudo, realçando-se em grande medida a percepção da qualidade do ambiente, bem como a tendência que os inquiridos revelaram em relação às transformações recentes no município da Baía Farta, impactes no turismo, ambiente, paisagem e emprego, como dependentes da naturalidade, morada, género, grupo etário, nível de instrução, tempo de residência e sector de actividade em que se ocupam.

Para a nossa investigação, escolhemos uma população de mil e quinhentos indivíduos (1500) numa amostragem estratificada por comuna, sendo duzentos e setenta e sete (277), residentes na Baía Farta (cento e noventa e nove (199) do sexo masculino e setenta e oito (78) do sexo feminino); cento e trinta e um (131) em que noventa e um (91) do masculino e quarenta (40) do sexo feminino residem em Benguela mas desempenham suas funções na sede da Baía Farta e noutras comunas do município; na comuna do Dombe Grande duzentos e cinquenta e cinco (255) elementos (cento e noventa e seis (196) do sexo masculino e cinquenta e nove (59) do sexo feminino); duzentos e noventa e oito (298) na Equimina (duzentos e sessenta e quatro (264) do sexo masculino e trinta e quatro (34) do sexo feminino); duzentos e sessenta e oito (268) na Kalohanga (cento e setenta e três (173) do sexo masculino e noventa e cinco (95) do sexo feminino); e duzentos e setenta e um (271) na Orla Marítima Sul (cento e cinquenta e seis (156) do sexo masculino e cento e quinze (115) do sexo feminino).

**Quadro 7 - Morada em Função do Sexo.**

Sexo		Morada						Total
		Baía Farta	Benguela	Dombe	Equimina	Kalohanga	Orla.M.Sul	
	Masculino	199	91	196	264	173	156	1079
	Feminino	78	40	59	34	95	115	421
<b>Total</b>		<b>277</b>	<b>131</b>	<b>255</b>	<b>298</b>	<b>268</b>	<b>271</b>	<b>1500</b>

Em relação as demais características, muitas análises foram feitas no sentido de se obter várias comparações. (Anexo 6)

**Quadro 8 - Morada em Função do Grupo Etário.**

Grupo Etário		Morada						Total
		Baía Farta	Benguela	Dombe	Equimina	Kalohanga	Orla.M.Sul	
	10-20 Anos	33	9	33	36	32	22	165
	21-30 Anos	162	44	93	75	71	75	520
	31-40 Anos	51	39	64	76	79	79	388
	41-50 Anos	31	38	60	81	55	61	326
	51-60 Anos	0	1	5	30	31	30	97
	61-70 Anos	0	0	0	0	0	4	4
<b>Total</b>		<b>277</b>	<b>131</b>	<b>255</b>	<b>298</b>	<b>268</b>	<b>271</b>	<b>1500</b>

**Quadro 9 -- Sector de Actividade e função da Morada.**

Sector de actividades		Morada						Total
		Baía Farta	Benguela	Dombe	Equimina	Kalohanga	Orla.M.Sul	
Sector Primário		166	45	181	237	152	162	943
Sector Secund.		5	0	5	0	0	0	10
Sector Terciário		106	86	69	61	116	109	547
<b>Total</b>		<b>277</b>	<b>131</b>	<b>255</b>	<b>298</b>	<b>268</b>	<b>271</b>	<b>1500</b>

**Quadro 10 - Grau de Instrução em função da Morada.**

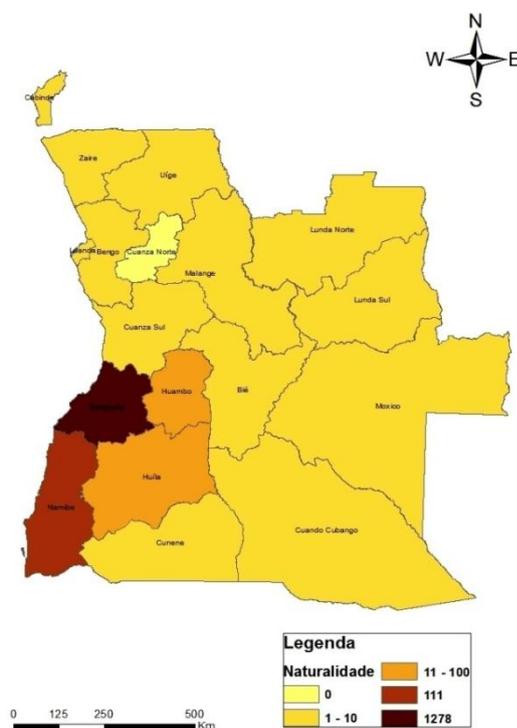
Habilitações		Morada						Total
		Baía Farta	Benguela	Dombe	Equimina	Kalohanga	Orla.M.Sul	
	Sem Instrução	41	3	108	284	252	256	944
	Ensino Básico	213	62	141	8	5	10	439
	Ensino Secundário	20	46	5	6	11	5	93
	Ensino Superior	3	20	1	0	0	0	24
<b>Total</b>		<b>277</b>	<b>131</b>	<b>255</b>	<b>298</b>	<b>268</b>	<b>271</b>	<b>1500</b>

**Quadro 11** - Tempo de Residência em função da Morada.

Tempo que reside ou trabalha no município		Morada						Total
		Baía Farta	Benguela	Dombe	Equimina	Kalohanga	Orla.M.Sul	
	<5	200	11	201	283	209	205	1109
	5 a 10	16	73	6	14	16	5	130
	> 10	61	47	48	1	43	61	261
<b>Total</b>		<b>277</b>	<b>131</b>	<b>255</b>	<b>298</b>	<b>268</b>	<b>271</b>	<b>1500</b>

Em relação a naturalidade verifica-se que no município da Baía Farta encontram-se indivíduos que têm a sua origem não só em Benguela e Províncias limítrofes, mas também ainda que de forma menos significativa, noutras Províncias do País. Isto pode ser explicado por factores políticos nomeadamente a guerra civil a que Angola esteve submetida durante mais de trinta anos, sendo as áreas do litoral, em que Benguela faz parte, aquelas que davam mais segurança à população, situação que fazia com que se registassem migrações internas para a área de Benguela e não só, à procura de melhores condições de vida e de segurança.

Contudo, analisando o mapa da naturalidade pode-se observar que a maior parte dos inquiridos do município da Baía Farta, nasceu em Benguela e Províncias próximas do Huambo, Huíla e Namibe, em função das condições que Benguela oferece e da sua localização estratégica no contexto nacional.



**Figura 27** - Naturalidade dos inquiridos.

Para averiguar o grau de significância dos cruzamentos entre as características dos inquiridos e as respostas às questões sobre as transformações recentes e impactes ambientais registados utilizámos os testes de ajustamento e de independência do Qui-Quadrado, em que o teste de ajustamento compara as frequências dos valores observados com as frequências dos valores esperados das diferentes categorias de uma variável aleatória e o teste de independência que permite averiguar se duas variáveis estão relacionadas”, (Alexandre Pereira 2008, pp. 183-189).

Após a utilização cumulativa dos dois tipos de testes verificamos que as repostas dos inquiridos, poderão não ser significativas em função da sua naturalidade e do sector de actividades em que trabalham (em que apenas uma resposta - criação de zonas turísticas e de lazer, poderá ter um carácter significativo). Em contrapartida a morada, o grau de instrução, o tempo de residência ou trabalho no município da Baía Farta bem como o sexo, agregam um grande número de repostas com significância estatística, pelo que serão as variáveis exploratórias mais utilizadas neste estudo.

Curiosamente, a idade assume aqui uma posição intermédia, uma vez que apenas seis, das vinte e quatro questões têm repostas com significância estatística.

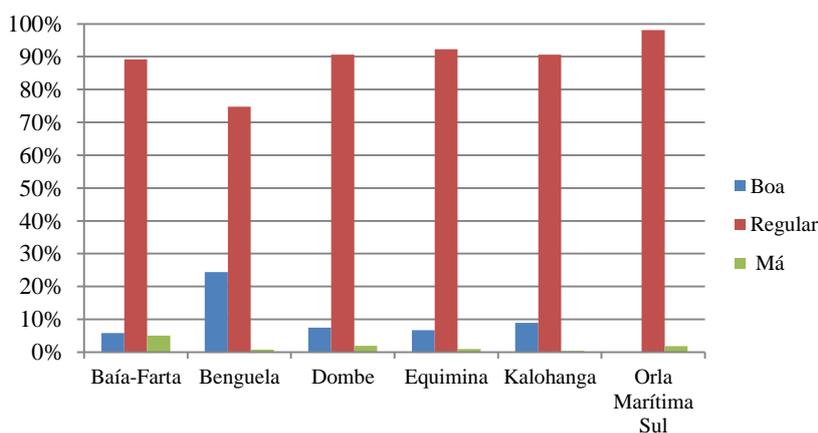
**Quadro 12 - Significância dos Cruzamentos.**

<b>Transformações recentes e impactes no turismo ambiente paisagem e emprego</b>	<b>Sexo</b>	<b>Grupo etário</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Sector de actividade</b>	<b>Morada</b>	<b>Grau de instrução</b>	<b>Tempo na vila</b>
Reabilitação de infra-estruturas sociais					SIM	SIM	SIM
Melhoramento do saneamento básico		SIM			SIM	SIM	SIM
Requalificação do parque industrial	SIM						
Criação de centros de formação de emprego e segurança social	SIM						SIM
Desenvolvimento da actividade agro-pecuária	SIM	SIM			SIM	SIM	SIM
Criação de zonas turísticas e de lazer	SIM			SIM			SIM
Planos de acções conducentes à minimização gradual dos efeitos do clima	SIM	SIM			SIM	SIM	SIM
Qualidade do ambiente					SIM		SIM
Contribui para atenuar a assimetria regional possibilitando o desenvolvimento do município	SIM				SIM	SIM	SIM
Turismo deficitário com poucos turistas devido a baixa qualificação dos servidores públicos	SIM				SIM	SIM	SIM

<b>Transformações recentes e impactes no turismo ambiente paisagem e emprego</b>	<b>Sexo</b>	<b>Grupo etário</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Sector de actividade</b>	<b>Morada</b>	<b>Grau de instrução</b>	<b>Tempo na vila</b>
Turismo deficitário com poucos turistas devido a baixa qualificação dos servidores públicos	SIM				SIM	SIM	SIM
Ausência de um banco de dados oriundo do inventário turístico	SIM					SIM	SIM
É necessária uma reflexão sobre o ordenamento da cadeia produtiva do turismo e valorização do turismo na região	SIM				SIM	SIM	SIM
No município da Baía Farta não existem grandes capacidades de produção que poluam o ar	SIM	SIM			SIM	SIM	SIM
Existe muita poluição das praias matas e parques							
Observa-se alguma poluição atmosférica no período seco a sul da Baía Farta	SIM				SIM	SIM	SIM
Principal fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas são as indústrias e o sector da habitação por falta de saneamento básico	SIM				SIM		SIM
Resíduos decorrentes da actividade pesqueira atingem alturas consideráveis permanecendo abandonados por vários dias					SIM		SIM
Perda acelerada da fertilidade dos solos					SIM		
Construção de caminhos que atravessam propriedades de forma inadequada	SIM				SIM	SIM	SIM
Fenómeno da erosão exerce influência na modificação do relevo					SIM		SIM
Baixa qualificação profissional dos servidores públicos e da população em geral					SIM		SIM
Insuficiência de técnicos nas empresas privadas minerais	SIM				SIM		SIM
Maior parte da população encontra emprego na actividade pesqueira e agro-pecuária		SIM			SIM	SIM	SIM
Aumento da marginalidade da juventude e subemprego	SIM	SIM			SIM	SIM	

#### 4.1- PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE E DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES

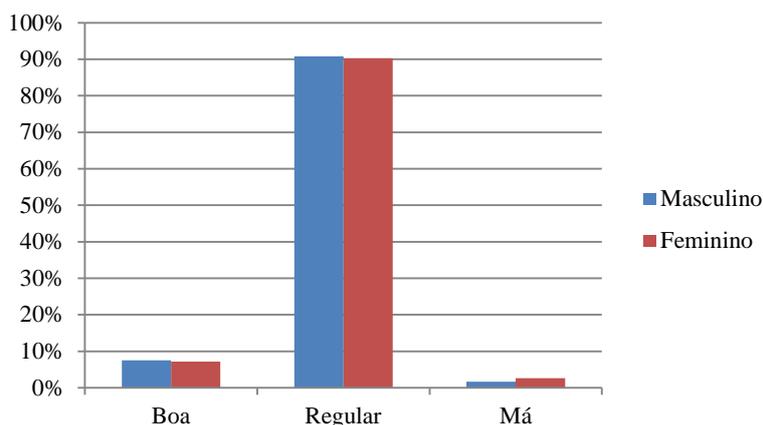
A percepção geral da qualidade do ambiente varia segundo os diferentes grupos considerados, uma vez que dos mil quinhentos (1500) inqueridos, cento e onze (111) dos quais oitenta e um do sexo masculino (81) e trinta (30) do sexo feminino, consideram boa a qualidade do ambiente; mil e trezentos e sessenta (1360) sendo novecentos e oitenta (980) do sexo masculino e trezentos e oitenta (380) do sexo feminino, consideram regular a qualidade do ambiente; vinte e nove (29) em que dezoito do sexo masculino e onze do sexo feminino consideram má a qualidade do ambiente. Em função destas considerações, podemos interpretar os gráficos de diversas formas:



**Gráfico 1** - Percepção da qualidade do ambiente segundo a morada.

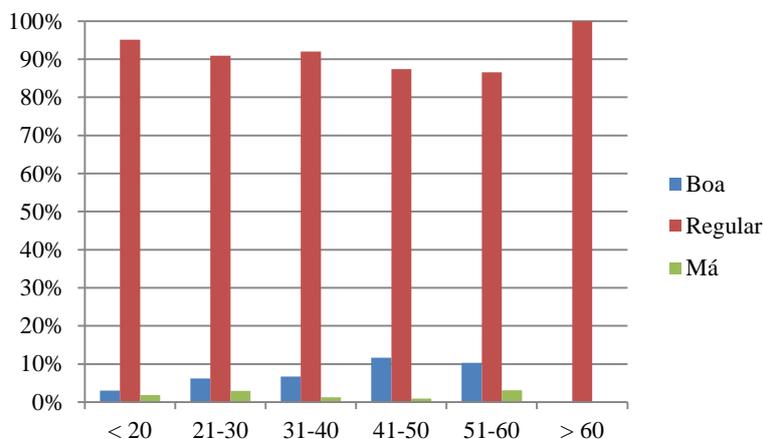
Referente a morada verifica-se que 24% dos inqueridos que trabalham na Baía Farta, Dombe, Equimina, Kalohanga e Orla Marítima Sul, vivem no município de Benguela; estes 24% atribuiu a opção “boa” à qualidade do ambiente, tendo assim uma percepção mais favorável em relação aos moradores do município da Baía Farta, em que (89%) da comuna sede da Baía Farta, comunas do Dombe Grande (91%), Equimina (92%), Kalohanga (91%) e da área da Orla Marítima Sul (98%), consideraram regular a qualidade do ambiente talvez por estarem mais próximos e conhecerem melhor a realidade que os cerca.

Segundo o género a percepção sobre a qualidade do ambiente dos homens e mulheres é relativamente próxima, com tendência para uma avaliação boa e regular. Os homens são relativamente mais optimistas que as mulheres (bom: 8 e 7%; regular: 91 e 90%, respectivamente).



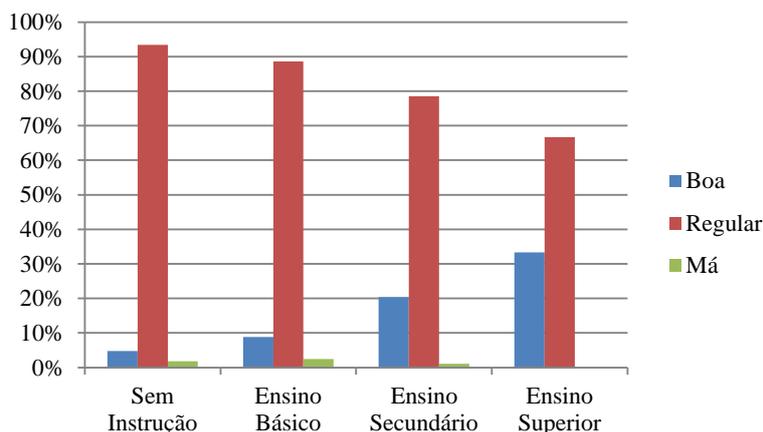
**Gráfico 2** - Percepção da qualidade do ambiente segundo o género.

Em relação ao grupo etário, verifica-se que, em regra, os inquiridos vão tendo uma percepção mais favorável à medida que vão sendo mais idosos, pelo menos até aos 50 anos. Por exemplo, enquanto apenas 3% dos inquiridos com menos de 20 anos apontam uma qualidade do ambiente boa, nos grupos de 40-50 e 50-60 anos, são respectivamente 13 e 10%, os inquiridos que têm este grau de percepção.



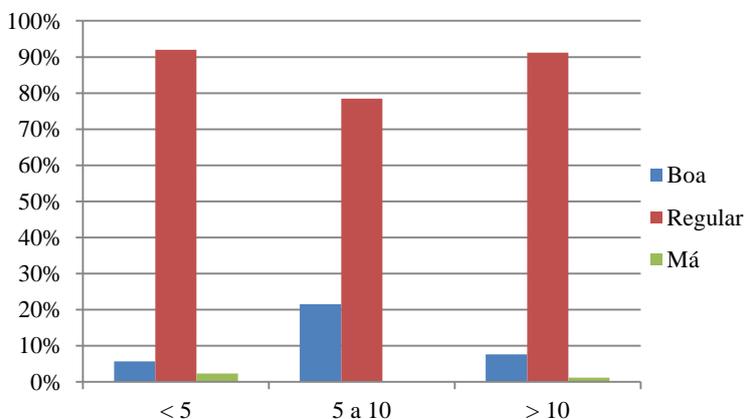
**Gráfico 3** - Percepção da qualidade do ambiente segundo o grupo etário.

No concernente ao nível de instrução, pode-se observar que quanto mais alto é o grau acadêmico, melhor é a percepção sobre a qualidade do ambiente. À medida que aumenta o nível de instrução, aumenta a percentagem de inquiridos que apontam como boa, a qualidade do ambiente que é de apenas cerca de 5% para os que não têm instrução e que atinge os 33% nos inquiridos de formação superior.



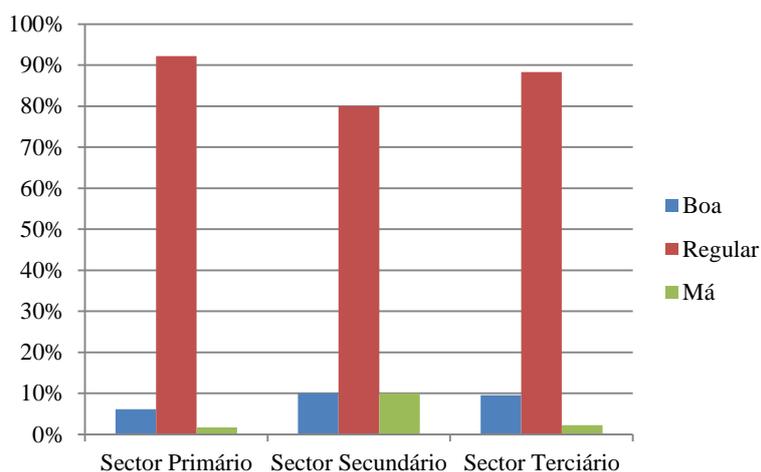
**Gráfico 4** - Percepção da qualidade do ambiente segundo o nível de instrução.

Em função do tempo de residência, verifica-se que os inquiridos com tempo de residência inferior a cinco e superior a dez anos, têm uma percepção essencialmente regular sobre a qualidade do ambiente (92% e 91%), ao passo que os inquiridos que vivem há mais de cinco anos e menos de dez anos, atribuem uma qualidade boa (22%), motivado pelas condições da zona em que se encontram.



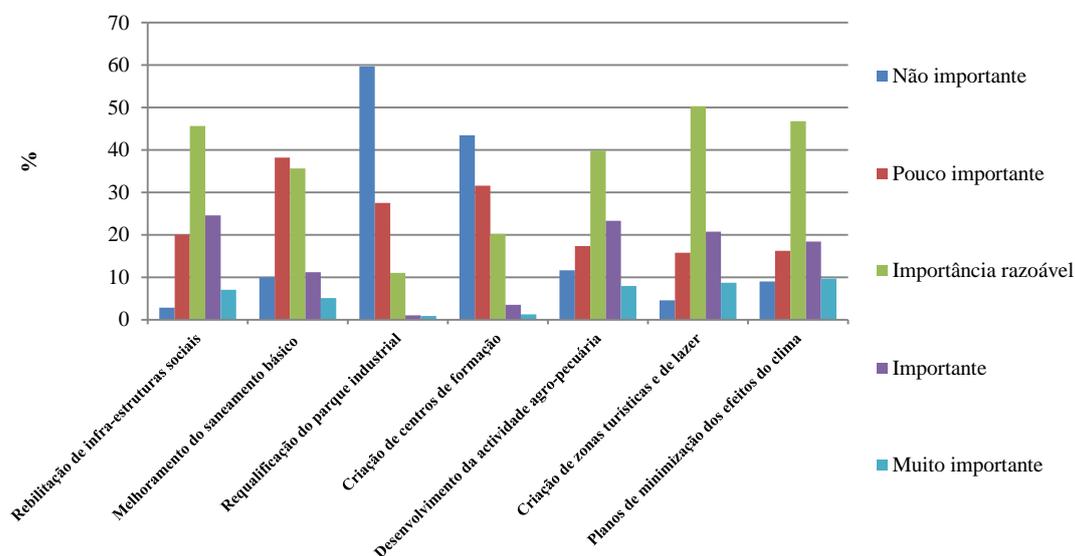
**Gráfico 5** - Percepção da qualidade do ambiente segundo o tempo de residência.

Quanto ao sector de actividades, pode-se observar que 92% dos inquiridos pertencentes ao sector primário, têm uma percepção apenas regular da qualidade do ambiente, por serem os que mais se encontram ligados a terra. 20% dos inquiridos pertencentes ao sector secundário terciário consideram boa a qualidade do ambiente em virtude de terem uma percepção mais distante, já que são eles que têm apenas funções de transformar e comercializar os produtos vindos do sector primário.



**Gráfico 6** - Percepção da qualidade do ambiente segundo o sector de actividades.

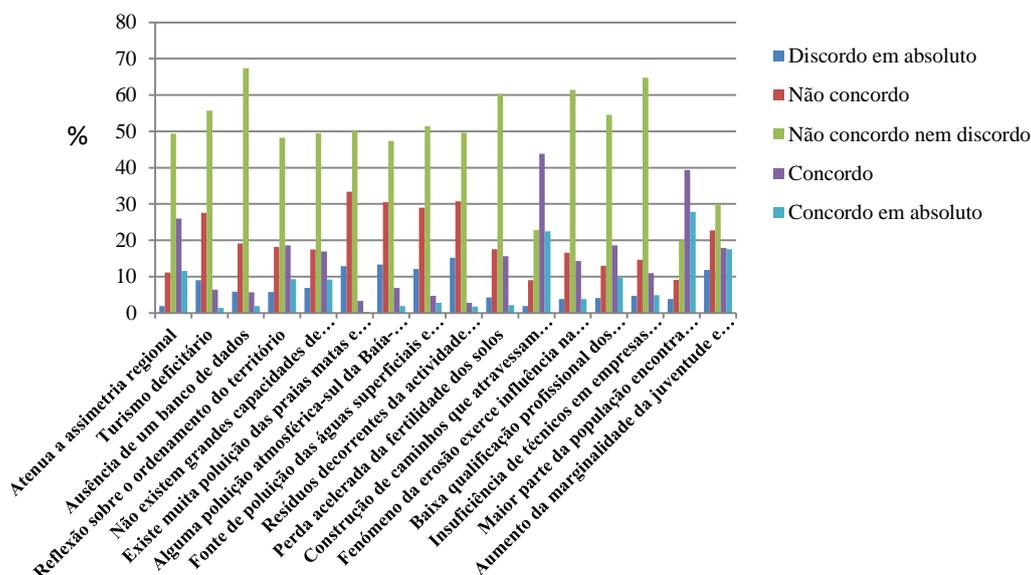
No que diz respeito a percepção das transformações ambientais recentes, verifica-se que a apreciação é claramente negativa para a “requalificação do parque industrial” (87% dos inquiridos avaliam como não importante ou pouco importante) e para a “criação de centros de formação” (75% apontam as respostas não importante e pouco importante). Pelo contrário, e tendo em consideração as respostas importante e muito importante, salientam-se com leituras menos negativas a reabilitação das infra-estruturas sociais (32%), o desenvolvimento da actividade agropecuária (31%) e a criação de zonas turísticas e de lazer (29%). As leituras negativas dependem naturalmente das variáveis de caracterização dos inquiridos com os homens a apresentarem maior cepticismo (77%) no que respeita, por exemplo, à “requalificação do parque industrial”.



**Gráfico 7** - Transformações recentes no município da Baía Farta.

Quanto aos impactes das transformações recentes no turismo ambiente e emprego, observa-se que a percepção dos inquiridos é marcada por um forte grau de indefinição já que, em regra as respostas se concentram na classe intermédia (“Não concordo nem discordo”). È o que acontece com as respostas relativas à ausência de banco de dados (67%), Insuficiência de Técnicos nas empresas privadas mineiras (65%), poluição das praias matas e parques (50%), alguma poluição atmosférica no período seco a sul da Baía Farta (47%), fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas (51%), resíduos decorrentes da actividade pesqueira abandonados por vários dias (48%), perda acelerada da fertilidade dos solos (60%), influência do fenómeno da erosão na modificação do relevo (61%) e baixa qualificação profissional dos servidores públicos e da população (55%).

O maior grau de concordância regista-se em relação as questões: atenuação da assimetria regional (38%), reflexos do ordenamento do território (28%), não existem grandes capacidades de poluição do ar (26%), “Construção de caminhos que atravessam propriedades de forma inadequada (66%) e Maior parte da população encontra emprego na actividade pesqueira e agropecuária (67%), aumento da marginalidade da juventude e subemprego (35%), quando se adicionam as respostas (“concordo” e concordo em absoluto).

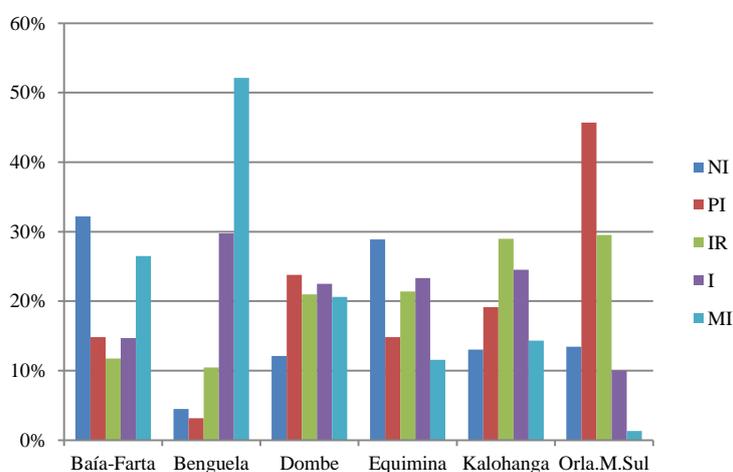


**Gráfico 8** - Impactes das transformações recentes do turismo, ambiente, paisagem e emprego.

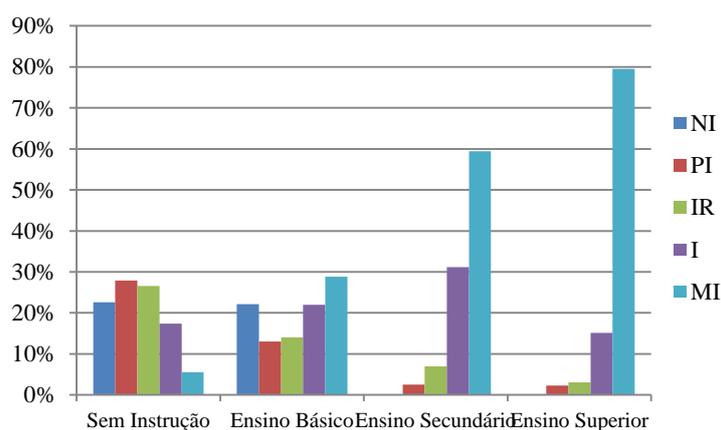
## 4.2- SIGNIFICADO ESTATÍSTICO DO CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS

Para os cruzamentos de variáveis que apresentaram significado estatístico, elaborámos gráficos que permitem a leitura rápida e sintética, que apresentamos a seguir:

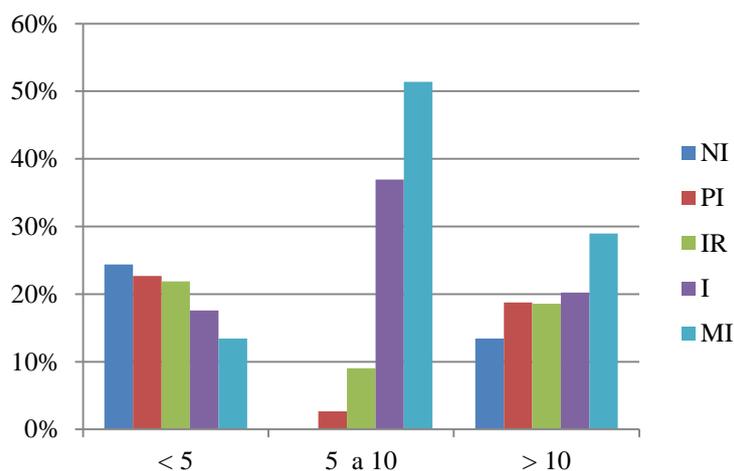
Tendo em conta a reabilitação de infra-estruturas sociais, verifica-se que, os moradores de Benguela (52%) que exercem as suas funções nas comunas do município da Baía Farta, os mais instruídos, os que vivem ou trabalham aqui entre cinco e dez anos, atribuem maior significado à reabilitação das infra-estruturas sociais em relação aos demais.



**Gráfico 9** - Significado da Reabilitação de infra-estruturas sociais segundo a morada.

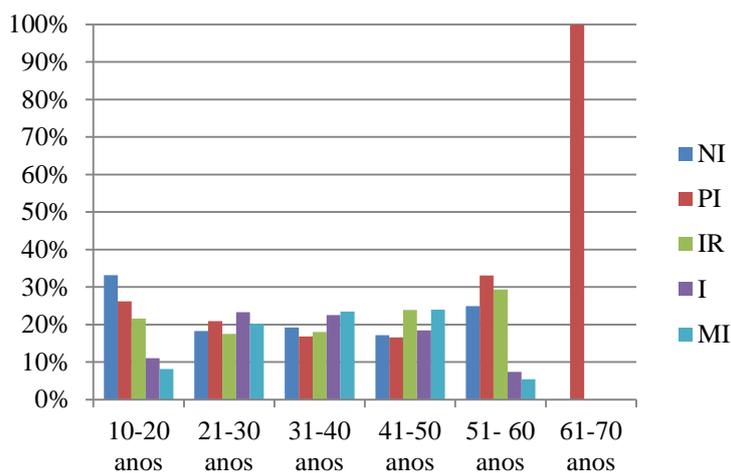


**Gráfico 10** - Significado da Reabilitação de infra-estruturas sociais segundo o grau de instrução.

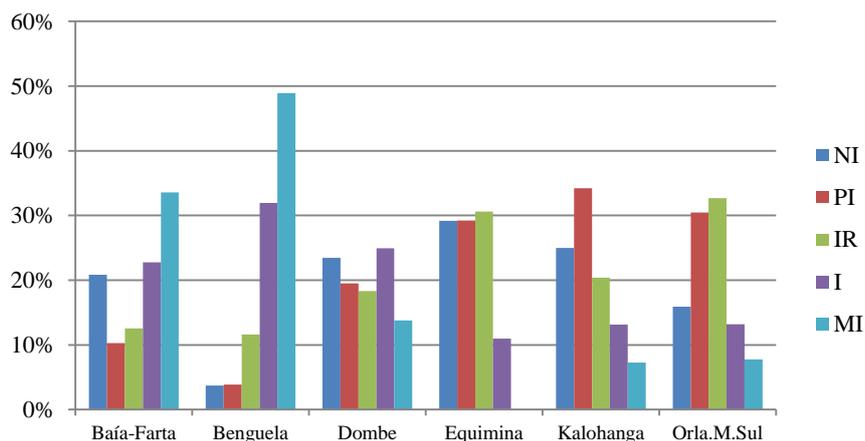


**Gráfico 11** - Significado da Reabilitação de infra-estruturas sociais segundo o tempo de residência.

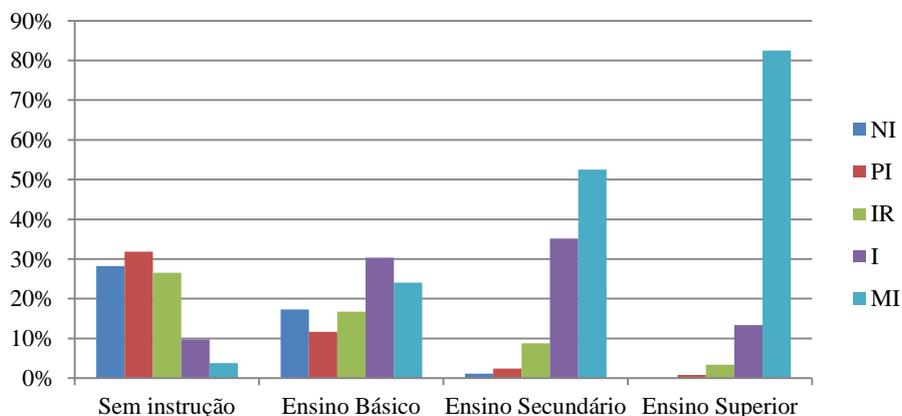
No que diz respeito ao melhoramento do saneamento básico, observa-se que os elementos da faixa etária dos sessenta aos setenta e um anos atribuem pouco significado ao melhoramento em relação aos demais grupos etários; os moradores da Baía Farta e de Benguela por se encontrarem em áreas em que a intervenção neste particular tem sido mais visível em relação aos das outras localidades, os mais instruídos em relação aos menos instruídos, os que vivem ou trabalham aqui há mais de cinco e menos de dez anos, valorizam mais o melhoramento do saneamento básico, tendo em conta o que se tem feito para a melhoria do mesmo.



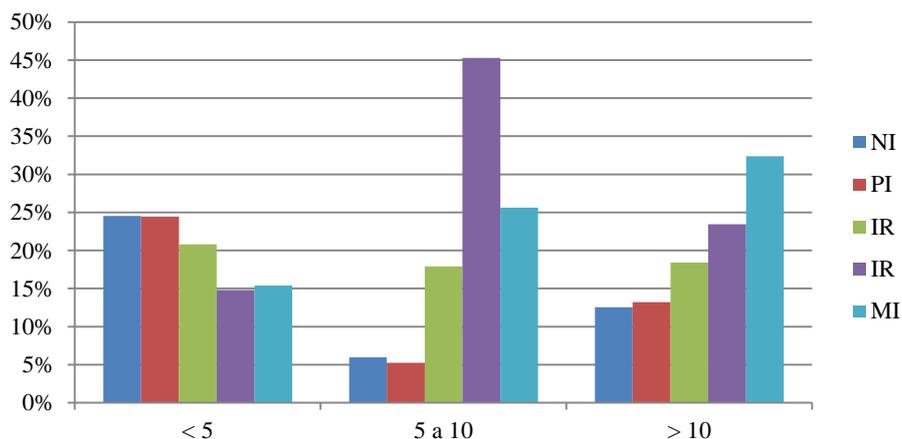
**Gráfico 12** - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo o grupo etário.



**Gráfico 13** - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo a morada.

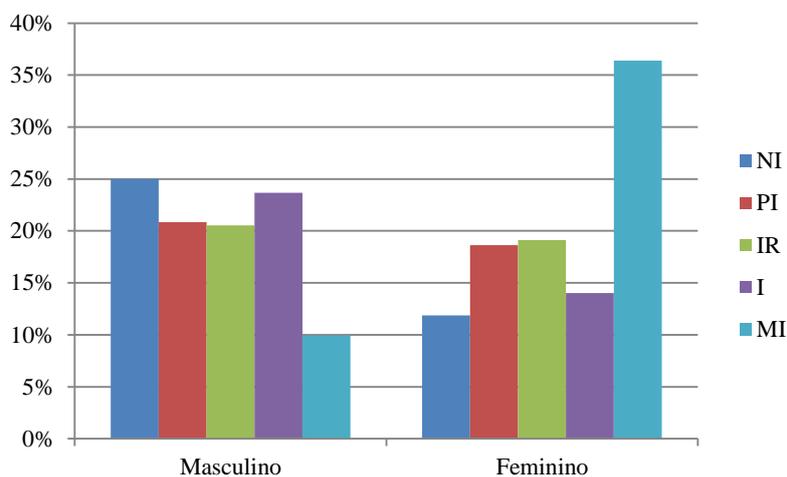


**Gráfico 14** - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo o grau de instrução



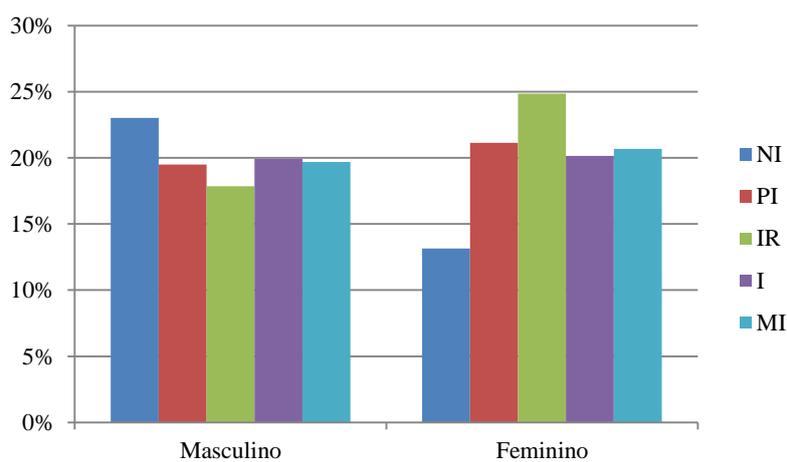
**Gráfico 15** - Significado do Melhoramento do saneamento básico segundo o tempo de residência.

Em relação à requalificação do parque industrial, observa-se que as mulheres em relação aos homens valorizam mais esta requalificação, motivada pela paralisação das grandes indústrias transformadoras de peixe e da Açucareira do Dombe Grande, há vários anos, o que poderá gerar emprego e desenvolvimento na região.

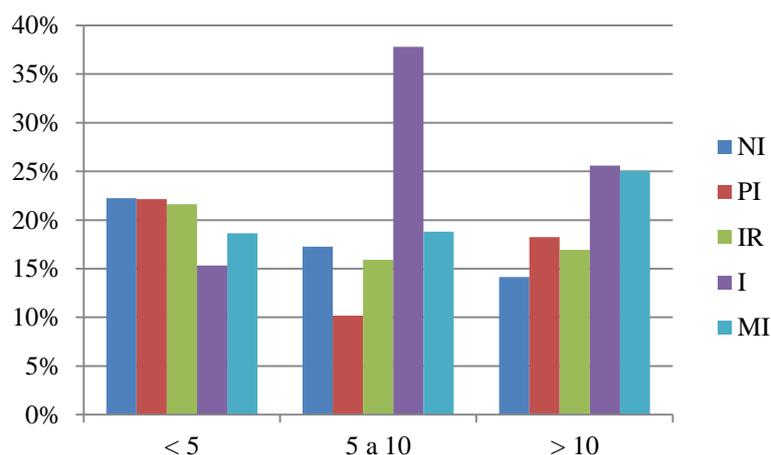


**Gráfico 16** - Significado da Requalificação do parque industrial segundo o género.

Quanto à criação de centros de formação de emprego e segurança social verifica-se que as mulheres em relação aos homens assumem uma posição intermédia ou seja um significado regular e os que vivem ou trabalham há mais de cinco e menos de dez anos atribuem maior significado em relação aos demais grupos.

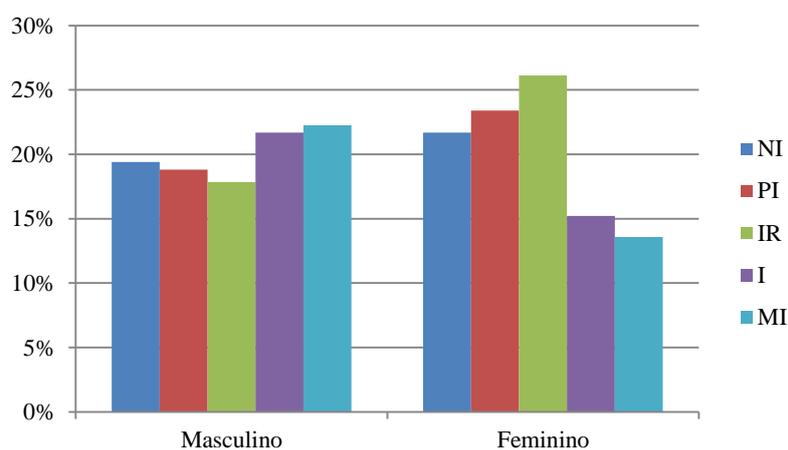


**Gráfico 17** - Significado da Criação de centros de formação emprego e segurança social segundo o género.

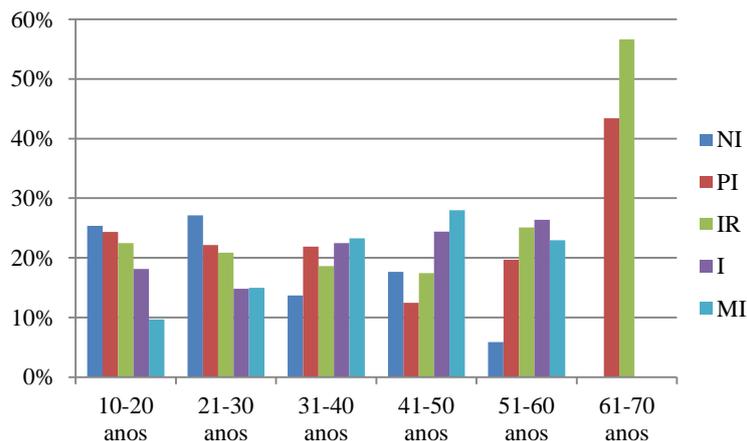


**Gráfico 18** - Significado da Criação de centros de formação de emprego e segurança social segundo o tempo de residência.

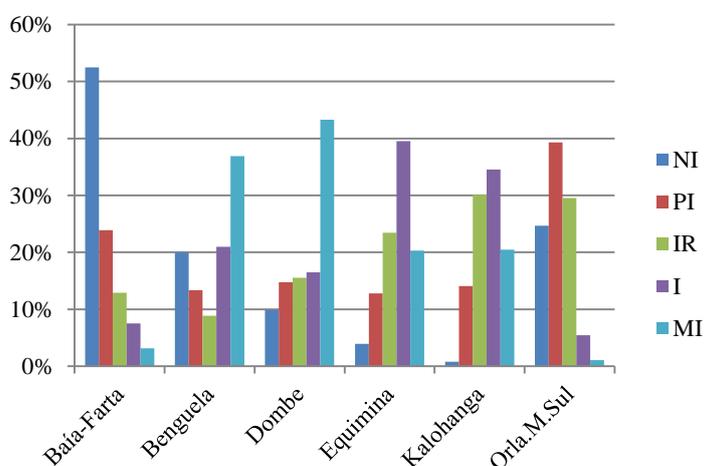
No que se refere ao desenvolvimento da actividade agro-pecuária, os homens em relação as mulheres, os que possuem entre quarenta e um e cinquenta anos (em relação aos outros grupos e ao grupo entre sessenta e um e setenta anos que assume uma posição intermédia), os moradores de Benguela, Dombe, Equimina, Kalohanga, os mais instruídos em relação aos menos instruídos e os que vivem ou trabalham aqui entre cinco e dez anos atribuem maior significado, tendo em conta que devido à paralisação da indústria e a falta de emprego, muitos encontram a ocupação principal na actividade agro-pecuária.



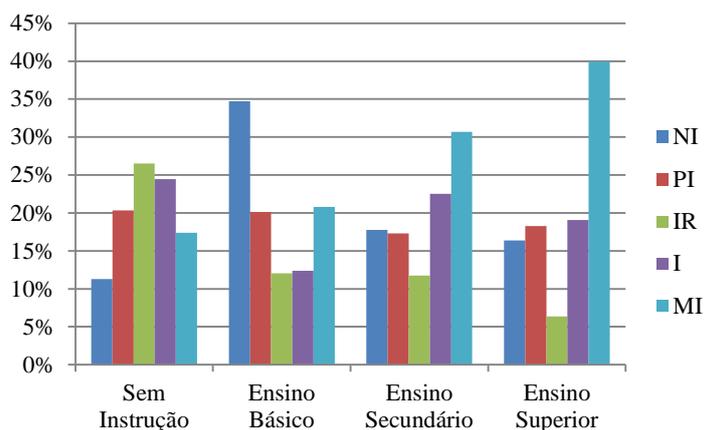
**Gráfico 19** - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o género.



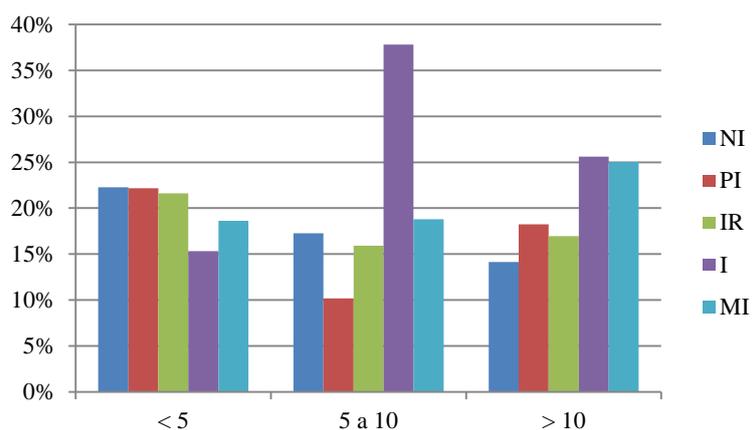
**Gráfico 20** - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o grupo etário.



**Gráfico 21** - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo a morada.

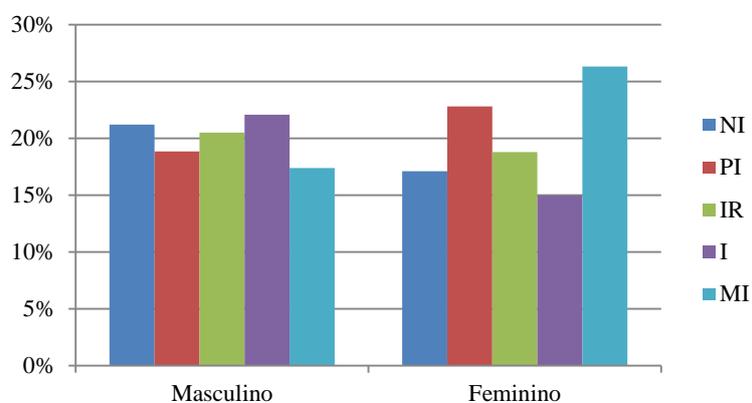


**Gráfico 22** - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o grau de instrução.

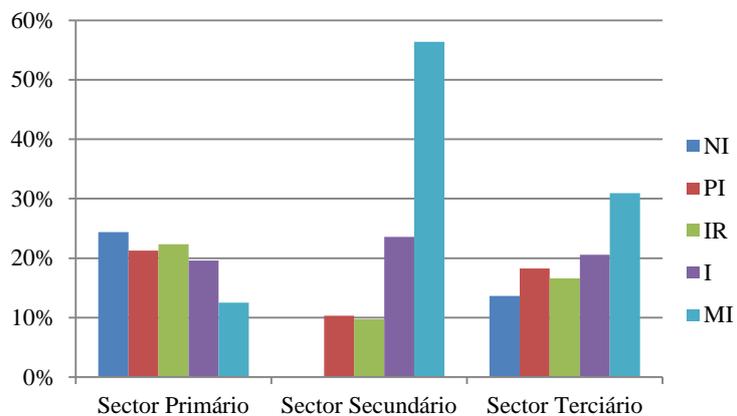


**Gráfico 23** - Significado do Desenvolvimento da actividade agro-pecuária segundo o tempo de residência.

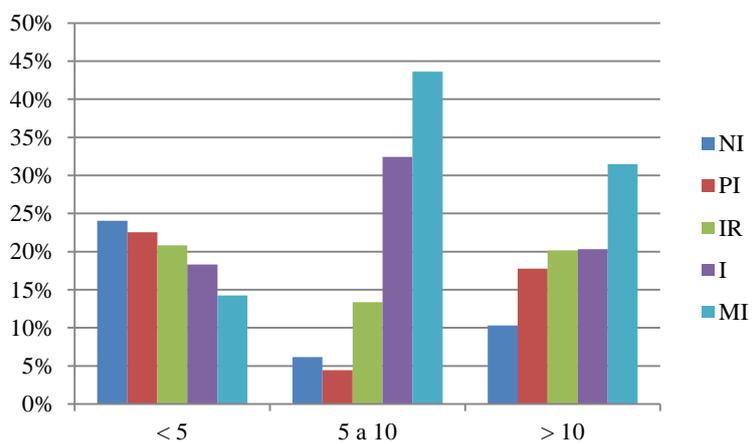
Com relação à criação de zonas turísticas e de lazer, verifica-se que as mulheres, os que exercem funções no sector secundário e terciário e os que vivem há mais de cinco e menos de dez anos, valorizam mais o desenvolvimento da actividade turística para o desenvolvimento da região.



**Gráfico 24** - Significado da Criação de zonas turísticas e de lazer segundo o género.

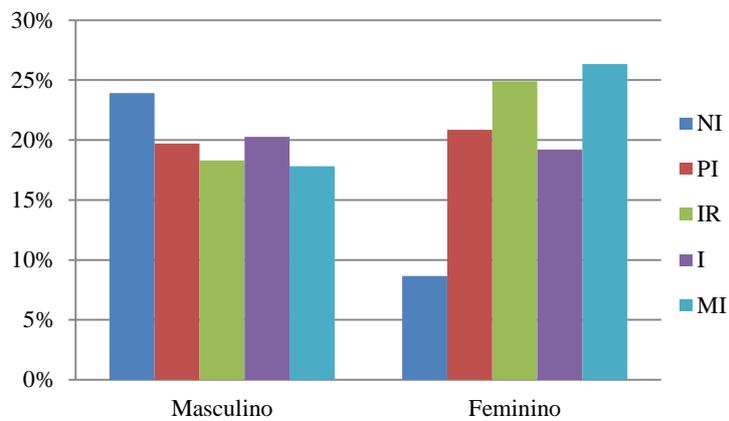


**Gráfico 25** - Significado da Criação de zonas turísticas e de lazer segundo o sector de actividades.

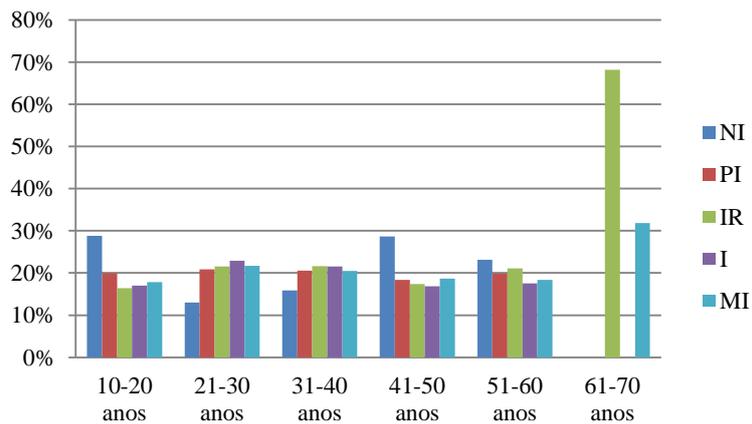


**Gráfico 26**- Significado da Criação de zonas turísticas e de lazer segundo o sector de actividades.

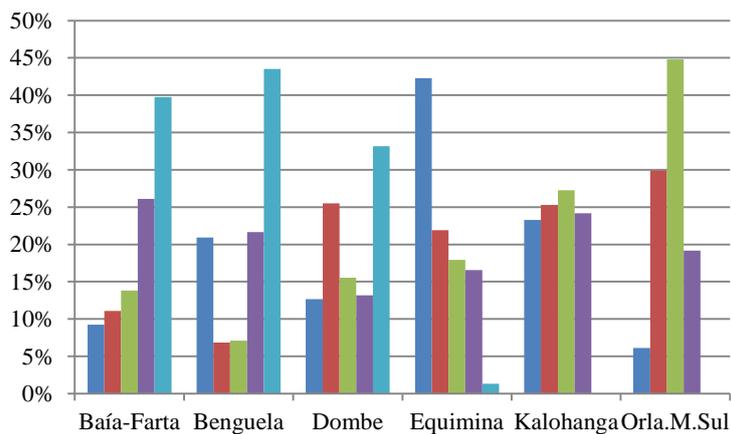
Quanto aos planos conducentes à mitigação gradual dos efeitos do clima das hipotéticas alterações climáticas, as mulheres, os moradores da Baía Farta, Benguela e Dombe, os mais instruídos em relação e os que vivem aqui entre cinco e dez anos, valorizam mais a execução de planos. Note-se que o grupo etário dos sessenta e um aos setenta anos de idade em relação aos demais, os moradores da Equimina, Kalohanga e Orla Marítima Sul, assumem uma posição intermédia, visto que as alterações climáticas dependem muito de um conjunto de mecanismos em que todos devem estar envolvidos para que as medidas de mitigação surtam efeito.



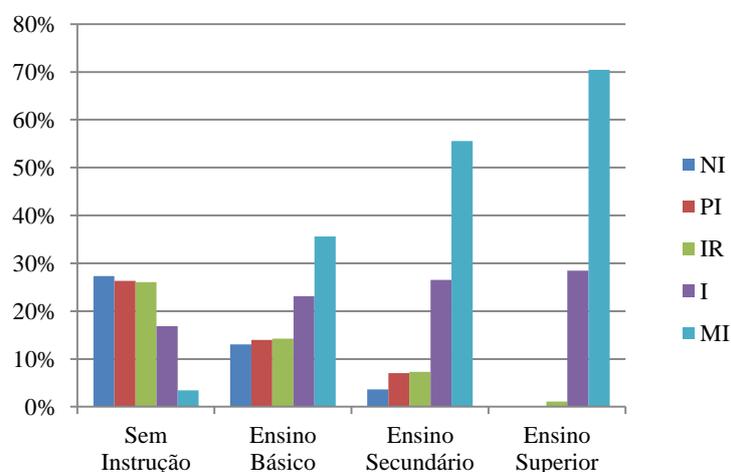
**Gráfico 27** - Significado dos planos de acções segundo o género.



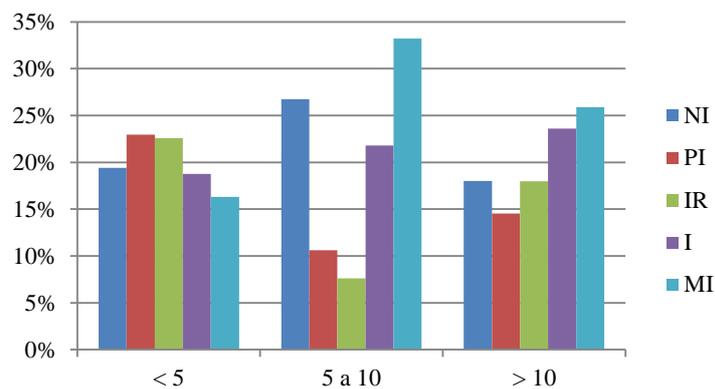
**Gráfico 28** - Significado dos planos de acções segundo o grupo etário.



**Gráfico 29** - Significado dos planos de acção segundo a morada.

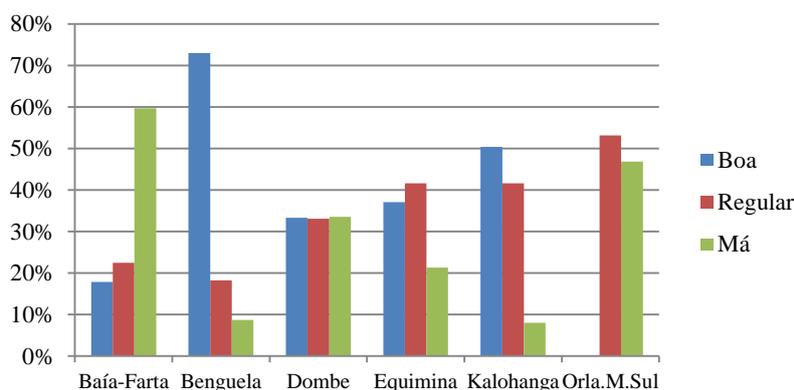


**Gráfico 30** - Significado dos planos de acção segundo o grau de instrução.

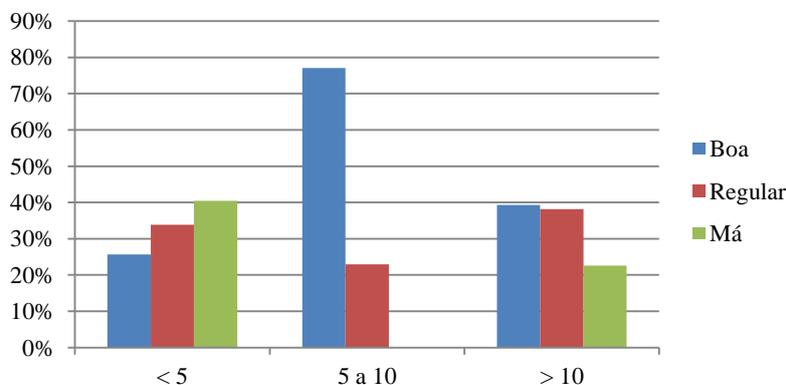


**Gráfico 31** - Significado dos planos de acção segundo o tempo de residência

No concernente à qualidade do ambiente, verifica-se que os moradores de Benguela, os que exercem funções nas comunas da Baía Farta, bem como os do Dombe, Equimina e Kalohanga e os que vivem ou trabalham há mais de cinco e menos de dez anos atribuem maior significado à qualidade do ambiente, em relação aos da sede da Baía Farta e Orla Marítima Sul, facto que pode ser explicado pela localização destas próximas a beira-mar em que a actividade pesqueira é intensa, contribuindo para o esgotamento dos recursos e desta forma por em risco a qualidade, quando não se efectua o devido tratamento dos resíduos decorrentes da actividade pesqueira.

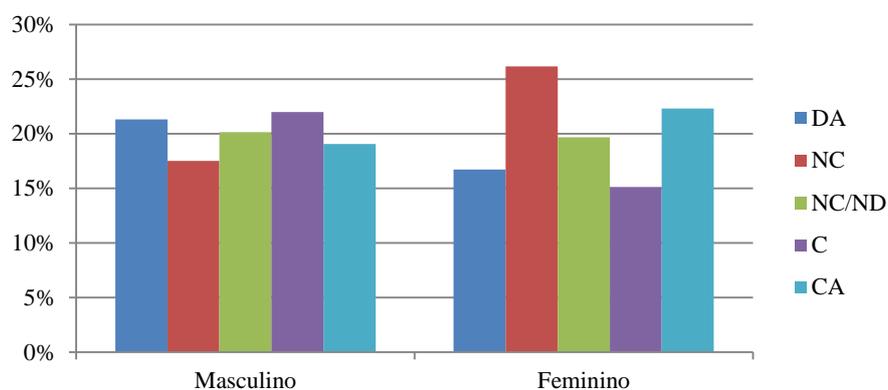


**Gráfico 32** - Significado da qualidade do ambiente segundo a morada.

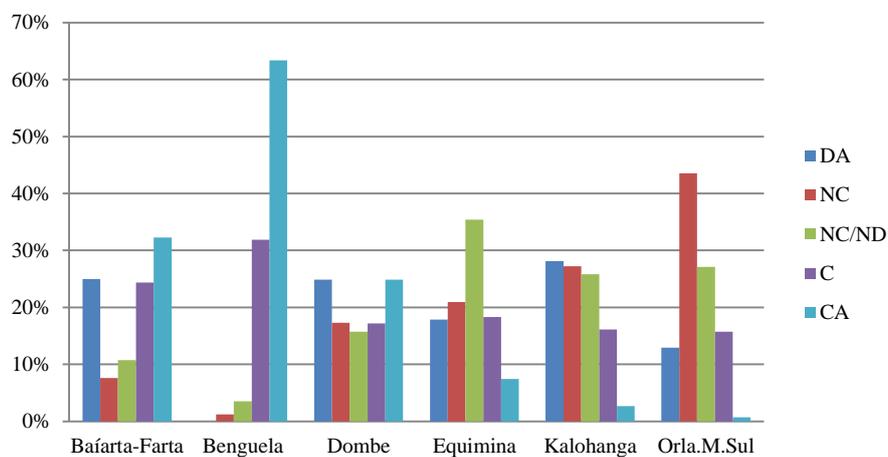


**Gráfico 33** - Significado da qualidade do ambiente segundo o tempo de residência.

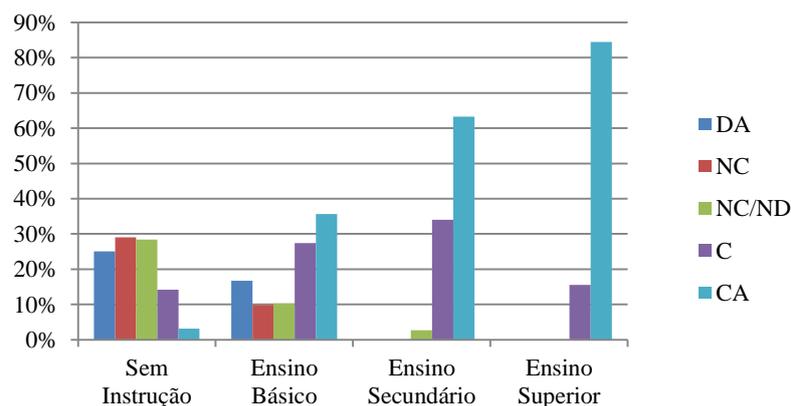
Quanto à percepção da importância do turismo na atenuação da assimetria regional, as respostas são sensivelmente semelhantes quando comparamos as respostas de homens e mulheres. No entanto, as respostas do sexo masculino têm uma tendência mais homogénea e se atentarmos apenas no significado da resposta mais positiva (concordo em absoluto) dir-se-ia que as mulheres têm maior percepção deste significado. Os moradores da Baía Farta e de Benguela em relação aos demais, os mais instruídos em relação aos menos instruídos e os que vivem ou trabalham entre cinco e dez anos, atribuem maior significado ao papel do turismo na atenuação da assimetria regional no intuito de possibilitar o desenvolvimento do município da Baía Farta.



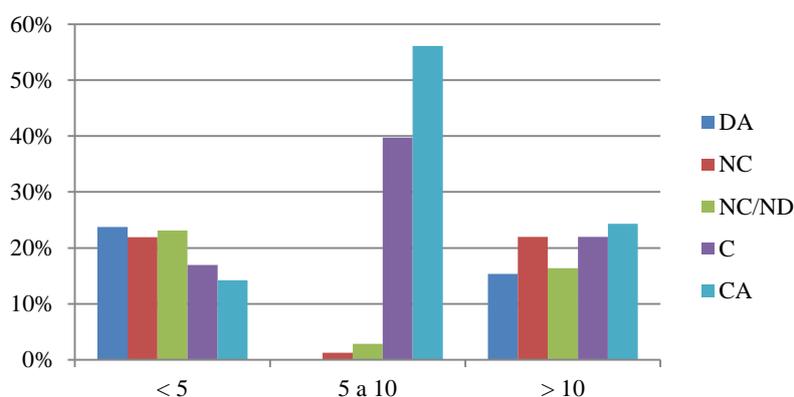
**Gráfico 34** - Significado da atenuação da assimetria regional segundo o género.



**Gráfico 35** - Significado da atenuação da assimetria regional segundo a morada.

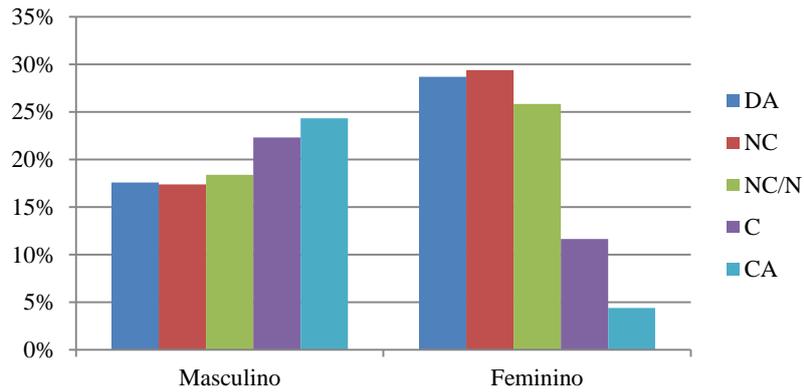


**Gráfico 36** - Significado da atenuação da assimetria regional segundo o grau de instrução.

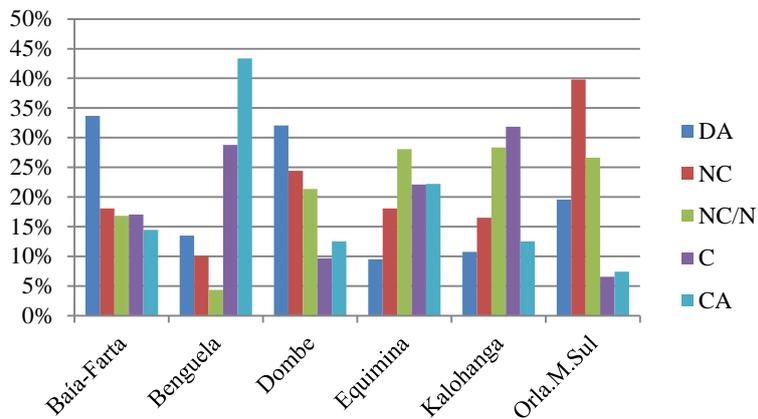


**Gráfico 37** - Significado da atenuação da assimetria regional segundo o tempo de residência.

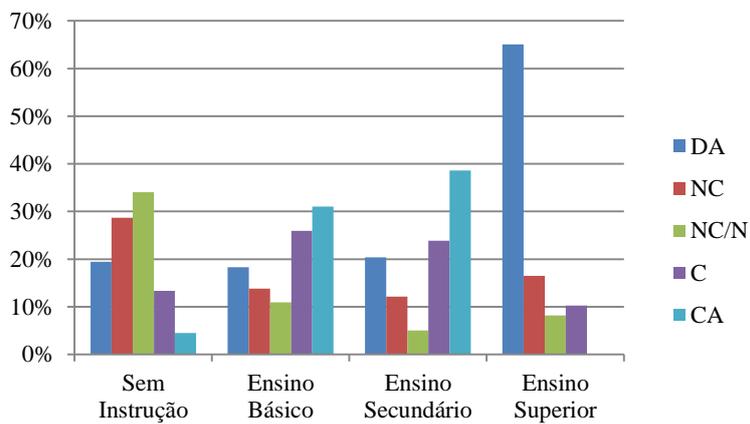
No que diz respeito à construção de um turismo deficitário, com poucos turistas devido a baixa qualificação dos servidores públicos, verifica-se que os homens em relação as mulheres, os moradores de Benguela, Equimina e Kalohanga em relação aos demais, os que possuem ensino básico e secundário, em relação aos que possuem ensino superior e aos que não possuem nenhuma instrução e os que vivem ou trabalham entre cinco e dez anos atribuem maior significado, pois a baixa qualificação dos servidores públicos tem sido talvez, o maior obstáculo para que o turismo na região se desenvolva a passos largos, já que o investimento público joga um papel importante para o desenvolvimento do turismo na região da Baía Farta em especial.



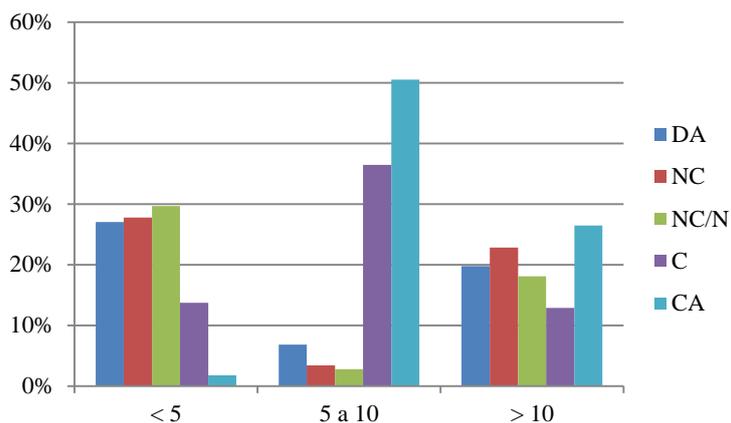
**Gráfico 38** - Significado do turismo deficitário segundo o género.



**Gráfico 39** - Significado do turismo deficitário segundo a morada.

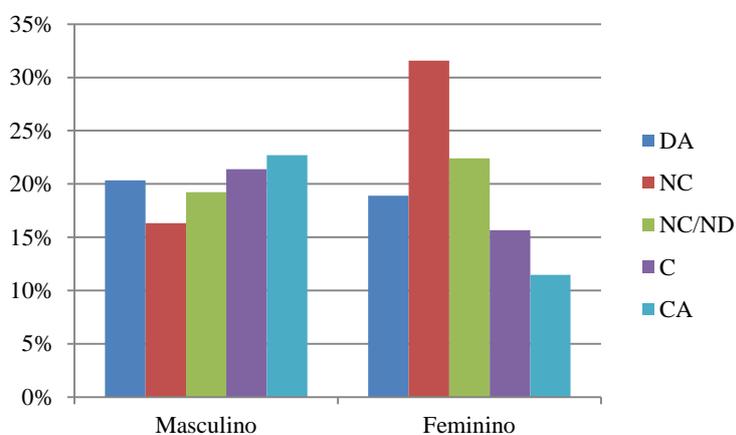


**Gráfico 40** - Significado do turismo deficitário segundo o grau de instrução.

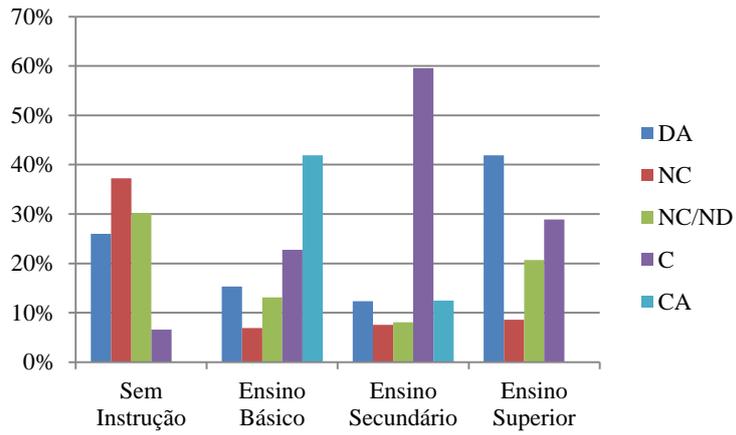


**Gráfico 41** - Significado do turismo deficitário segundo o tempo de residência.

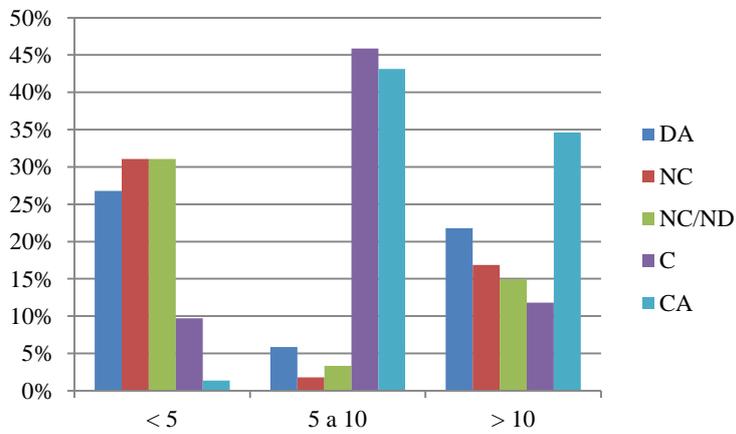
Quanto a importância da existência de um banco de dados oriundo do inventário turístico, verifica-se que os homens em relação as mulheres, os mais instruídos em relação aos menos instruídos e os que vivem entre cinco e dez anos, dão mais importância à ausência de informação da actividade turística nos processos de desenvolvimento local.



**Gráfico 42** - Significado da ausência de um banco de dados segundo o género.

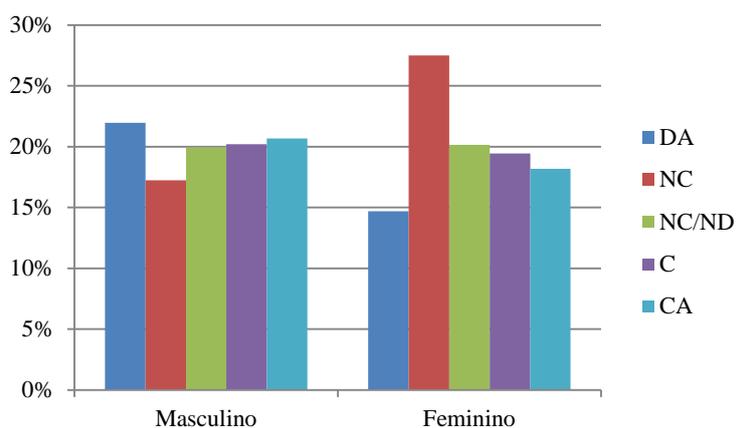


**Gráfico 43** - Significado da ausência de um banco de dados segundo o grau de instrução.

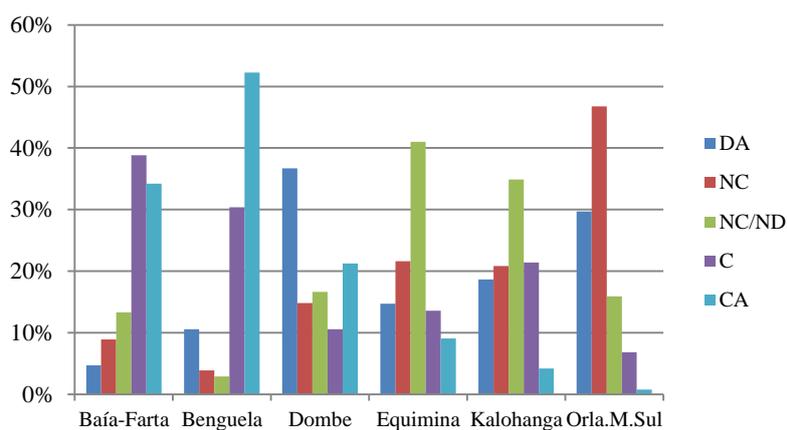


**Gráfico 44** - Significado da ausência de um banco de dados segundo o tempo de residência.

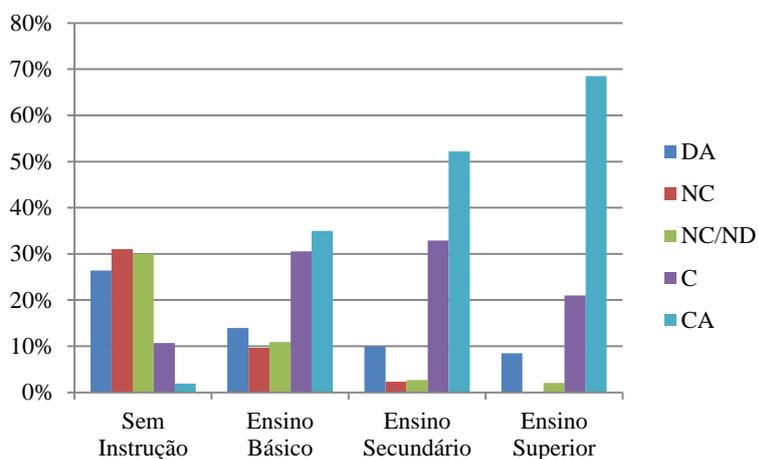
O ordenamento da cadeia produtiva do turismo e a valorização do mesmo na região, foi também objecto de questão, tendo-se observado que os respondentes do sexo masculino têm respostas mais homogéneas que os do sexo feminino. Os moradores da Baía Farta, Benguela, Dombe, os mais instruídos e os que vivem entre cinco e dez anos, atribuem mais significado a esta reflexão, já que a actividade turística pode contribuir em grande medida para o desenvolvimento do turismo no município.



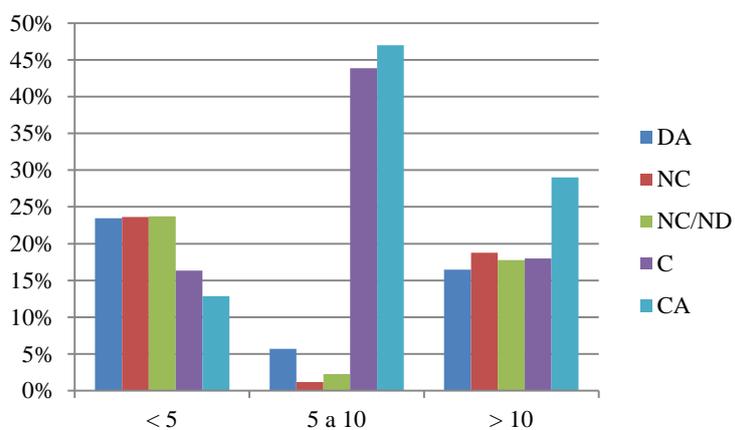
**Gráfico 45** - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo o género.



**Gráfico 46** - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo a morada.

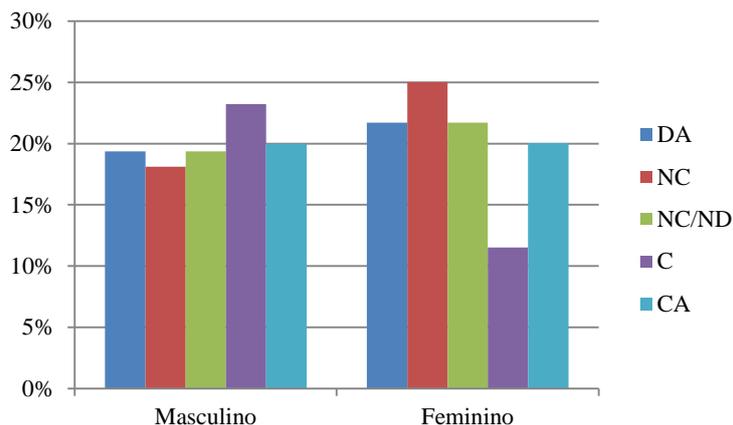


**Gráfico 47** - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo o grau de instrução.

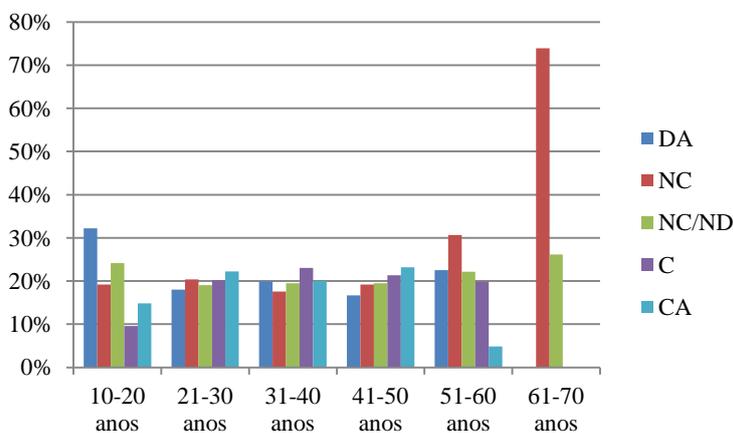


**Gráfico 48** - Significado da reflexão sobre o ordenamento do turismo segundo o tempo de residência

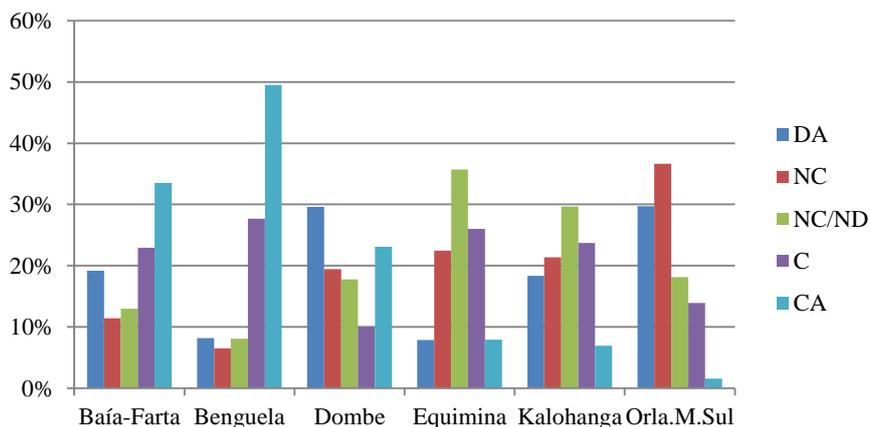
Em relação à ausência de grandes unidades de produção que poluam o ar, salienta-se que os homens em relação às mulheres, os da faixa etária entre quarenta e um e cinquenta anos em relação aos da faixa entre sessenta e um e setenta anos, os moradores da Baía Farta e de Benguela, os mais instruídos e os que vivem entre cinco e dez anos são os que atribuem maior significado à esta questão de acordo a análise dos gráficos.



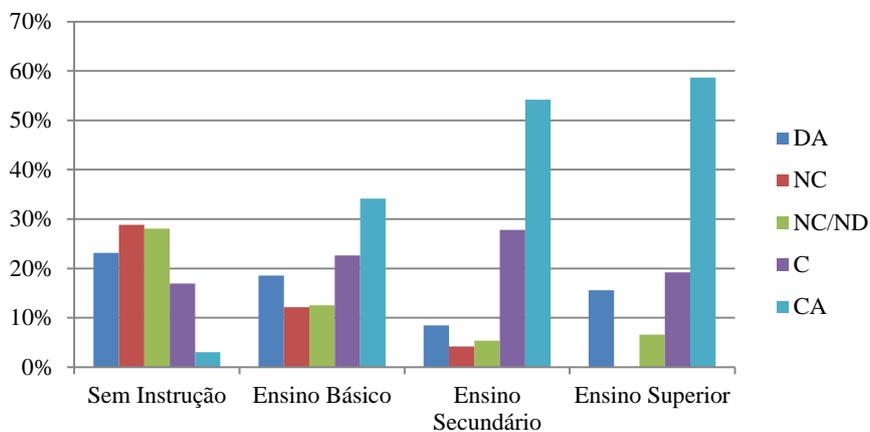
**Gráfico 49** - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o género.



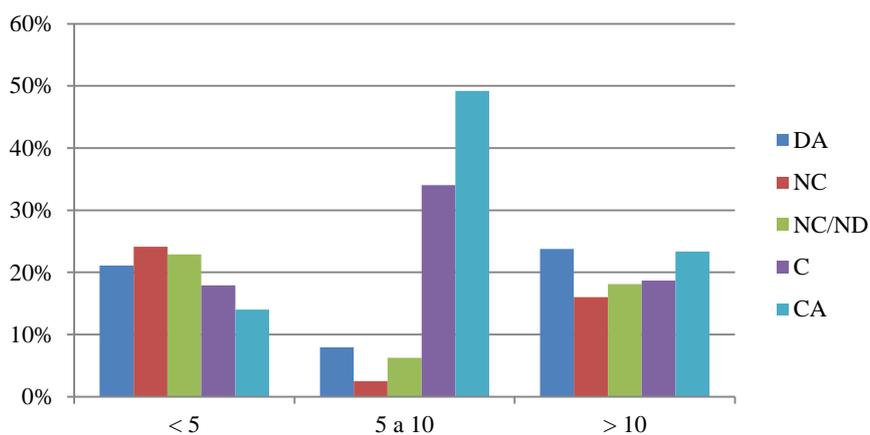
**Gráfico 50** - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o grupo etário.



**Gráfico 51** - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo a morada

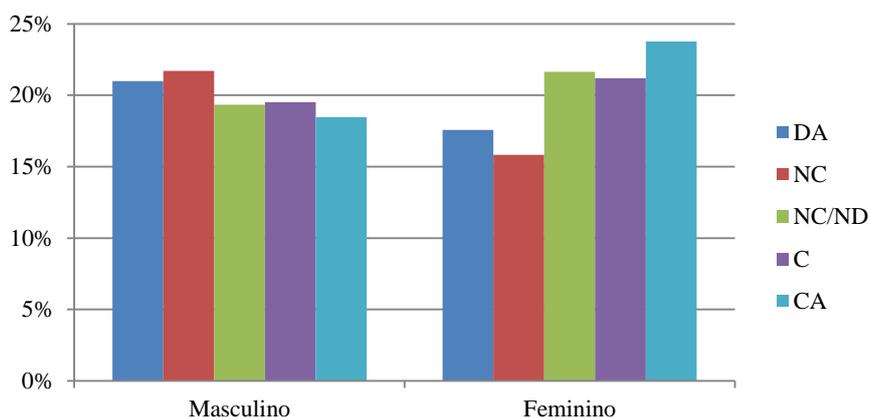


**Gráfico 52** - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o grau de instrução.

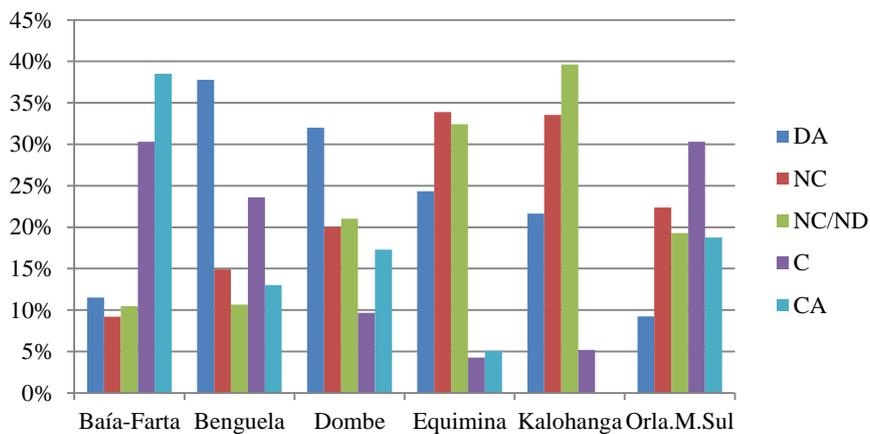


**Gráfico 53** - Significado da não existência de grandes capacidades de poluição segundo o tempo de residência.

Quanto à existência de poluição no período seco, a sul da cidade da Baía Farta, verifica-se que as mulheres em relação aos homens, os moradores da Baía Farta e Orla Marítima Sul em relação aos de Benguela, os mais instruídos e os que vivem entre cinco e mais de dez anos, os que mais valorizam esta existência segundo gráficos a seguir.

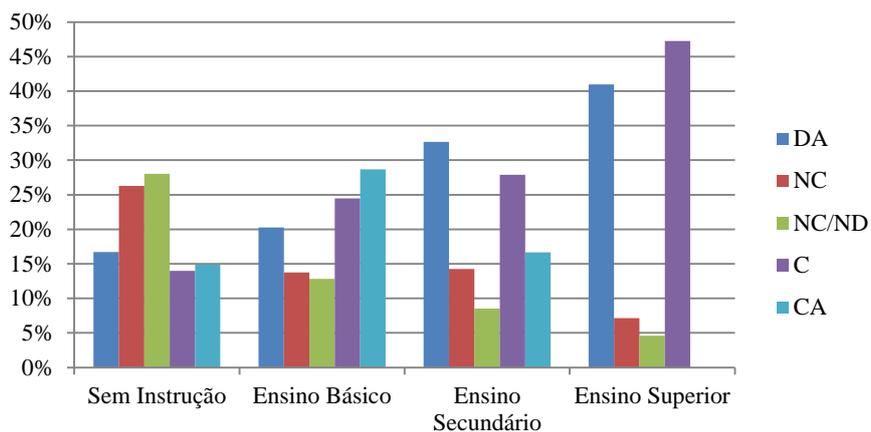


**Gráfico 54** - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo o género.

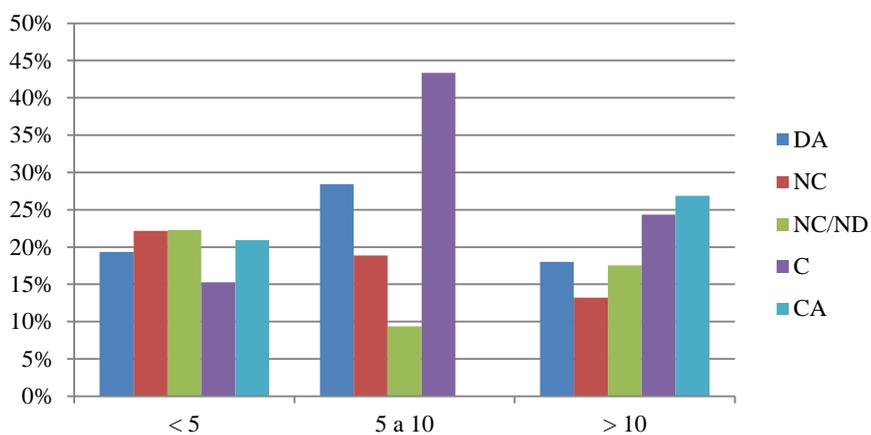


**Gráfico 55** - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo a morada.

-

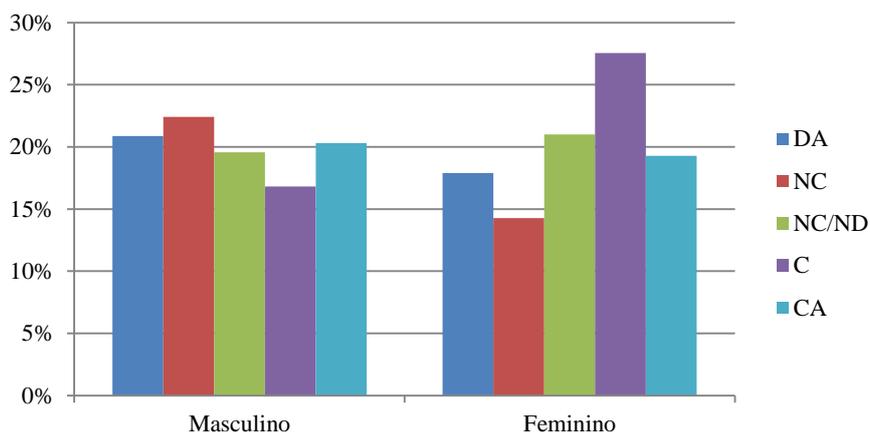


**Gráfico 56** - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo o grau de instrução.

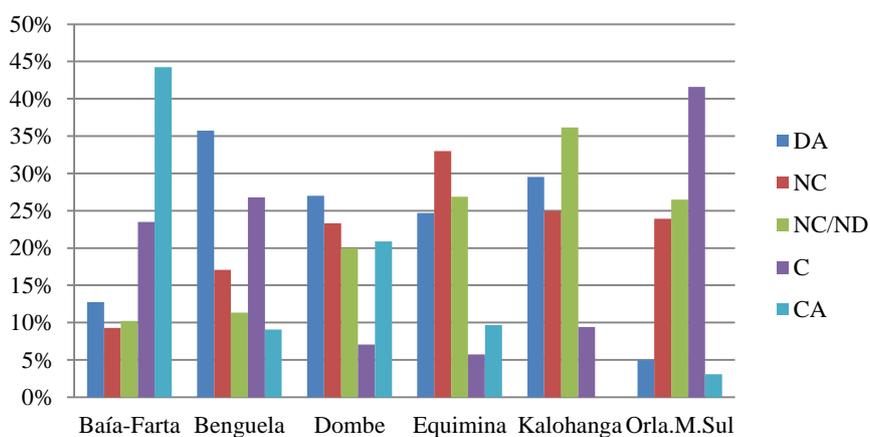


**Gráfico 57** - Significado de alguma poluição ao sul da Baía Farta segundo o tempo de residência.

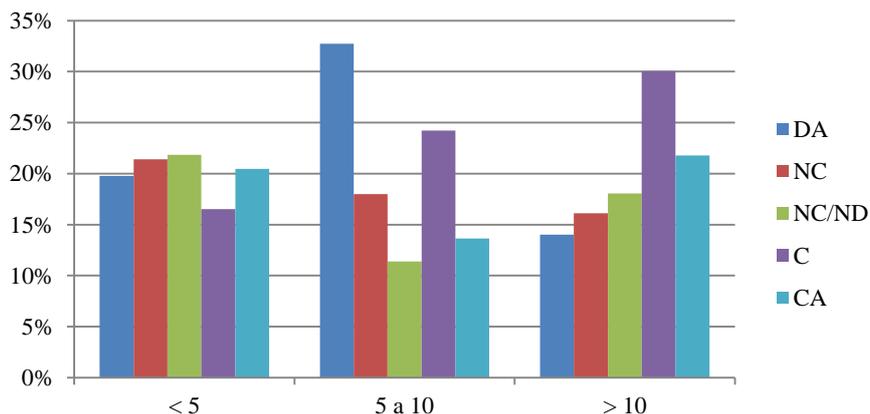
Referente à poluição das águas superficiais e subterrâneas, observa-se que as mulheres em relação aos homens, os moradores da Baía Farta e da Orla Marítima Sul e os que vivem entre cinco, dez e mais de dez anos são os que mais valorizam a poluição das águas subterrâneas e superficiais, resultante das indústrias e sector da habitação por falta de saneamento básico.



**Gráfico 58** - Significado da fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas segundo o género. -

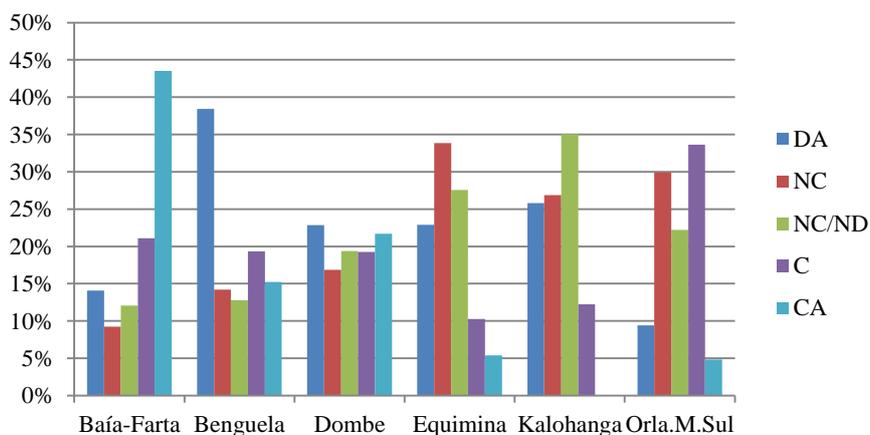


**Gráfico 59** - Significado da principal fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas segundo a morada.

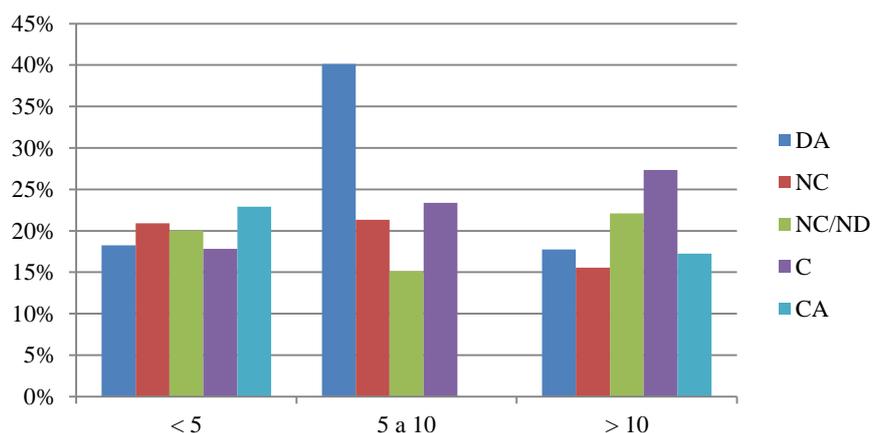


**Gráfico 60** - Significado da principal fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas segundo o tempo de residência.

Tendo em conta os resíduos decorrentes da actividade pesqueira, verifica-se que os moradores da Baía Farta em relação aos demais e os que vivem há menos de cinco anos e mais de dez anos valorizam mais o abandono dos resíduos decorrentes da actividade pesqueira.

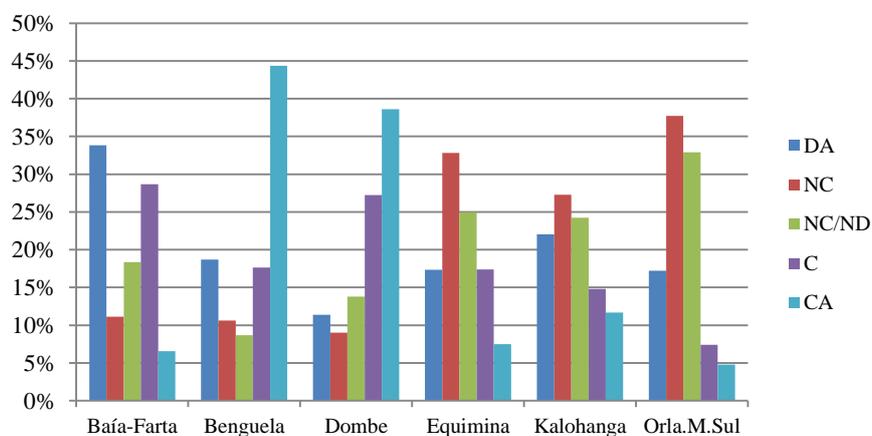


**Gráfico 61**- Significado dos resíduos decorrentes da actividade pesqueira segundo a morada.



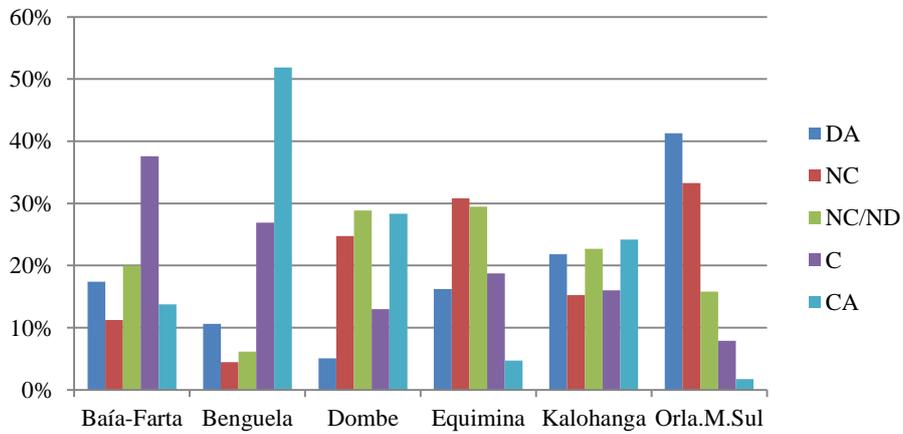
**Gráfico 62** - Significado dos resíduos decorrentes da actividade pesqueira segundo o tempo de residência.

No que diz respeito aos solos agrícolas, os moradores do Dombe e de Benguela, atribuem maior significado à perda acelerada dos solos, em virtude de se observar no Dombe a prática da agricultura com maior intensidade em relação as outras localidades e os de Benguela têm algo a dizer sobre esta questão, visto que muitos dos agricultores trabalham no Dombe e moram em Benguela.

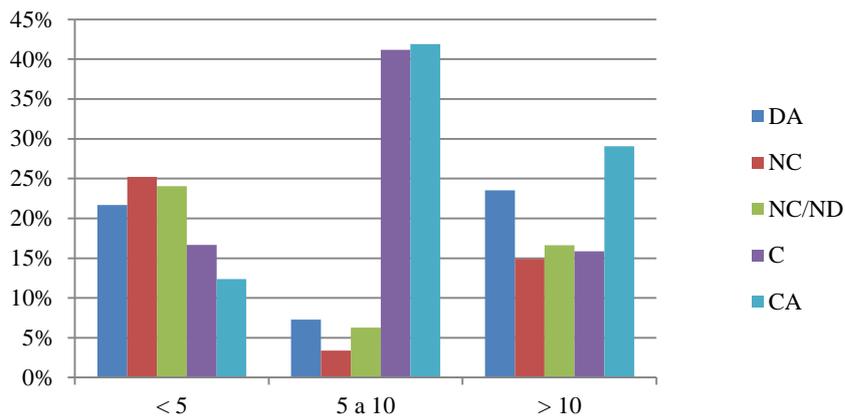


**Gráfico 63** - Significado da perda acelerada dos solos segundo a morada.

Verifica-se que os moradores da Baía Farta e de Benguela em relação aos demais e os que vivem entre cinco e dez anos atribuem maior significado à influência da erosão na modificação do relevo.

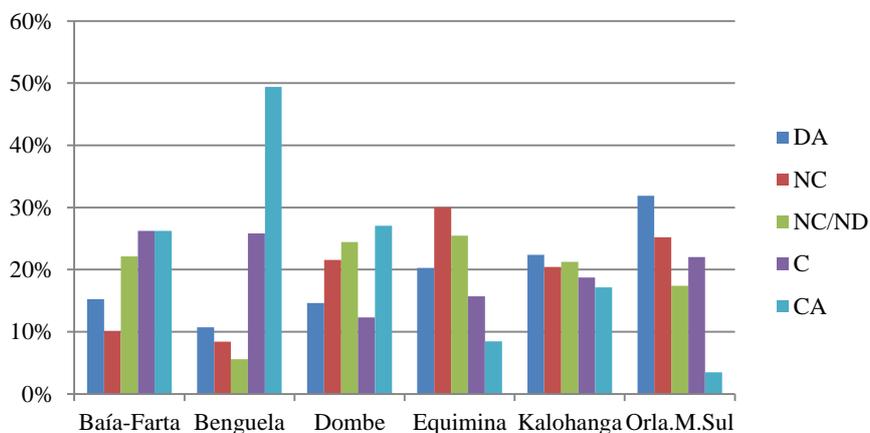


**Gráfico 64** - Significado do fenómeno da erosão segundo a morada.

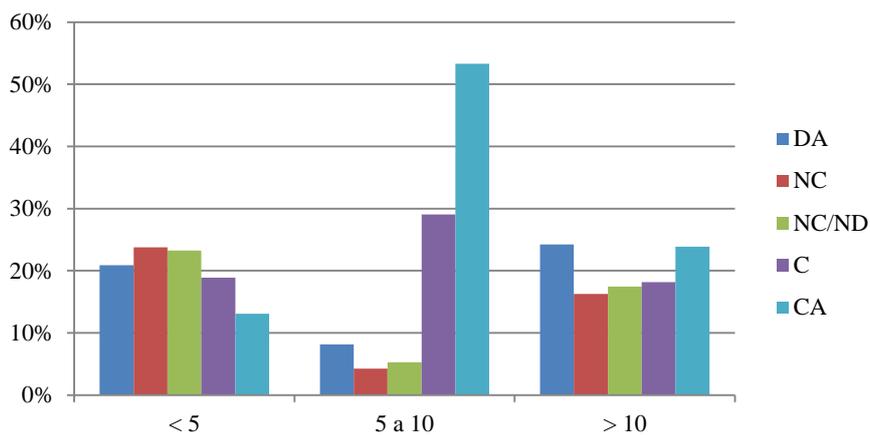


**Gráfico 65** - Significado do fenómeno da erosão segundo o tempo de residência.

Em função da baixa qualificação profissional dos servidores públicos e da população em geral, verifica-se que os moradores da Baía Farta, Benguela, Dombe e os que vivem entre cinco e dez anos valorizam mais a baixa qualificação profissional.

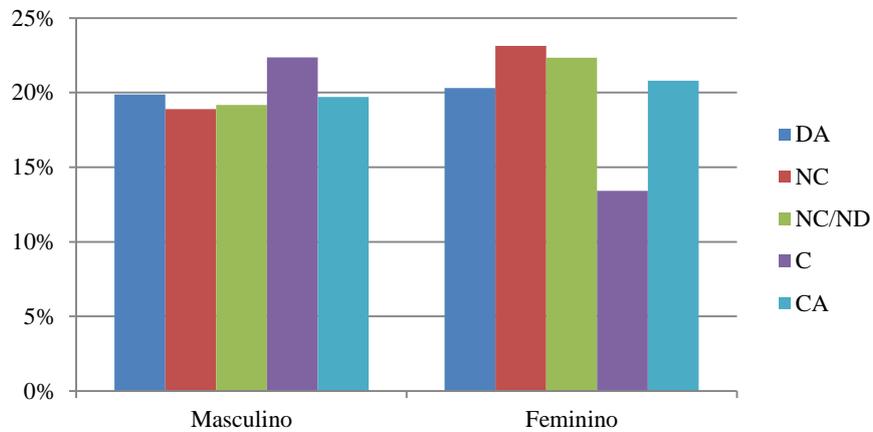


**Gráfico 66** - Significado da baixa qualificação profissional segundo a morada

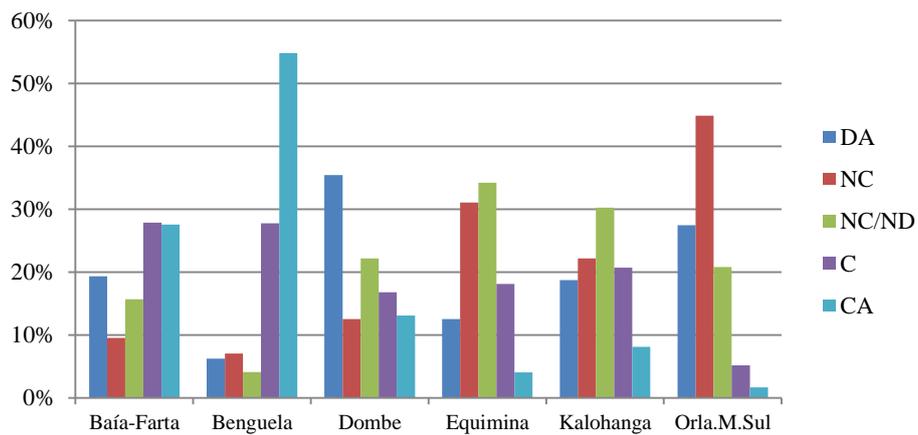


**Gráfico 67** - Significado da baixa qualificação profissional segundo o tempo de residência.

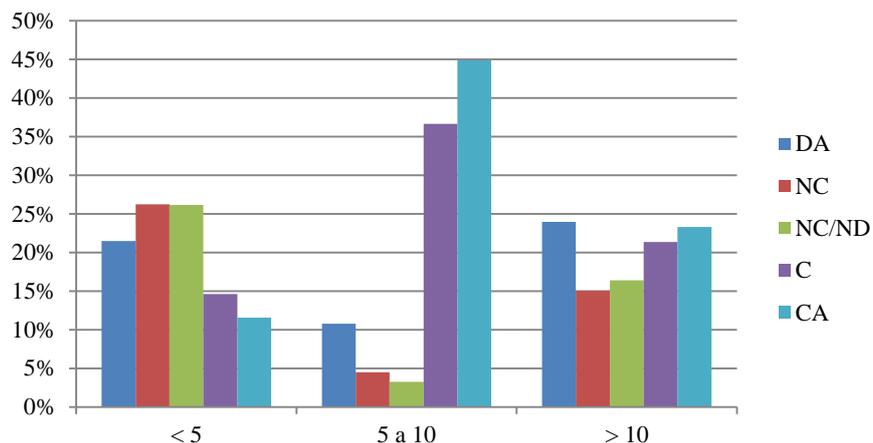
Nota-se que os homens em relação as mulheres, os moradores da Baía Farta e Benguela e os que vivem entre cinco e dez anos, dão mais importância a esta insuficiência de técnicos nas empresas privadas minerais.



**Gráfico 68** - Significado da insuficiência de técnicos segundo o género.

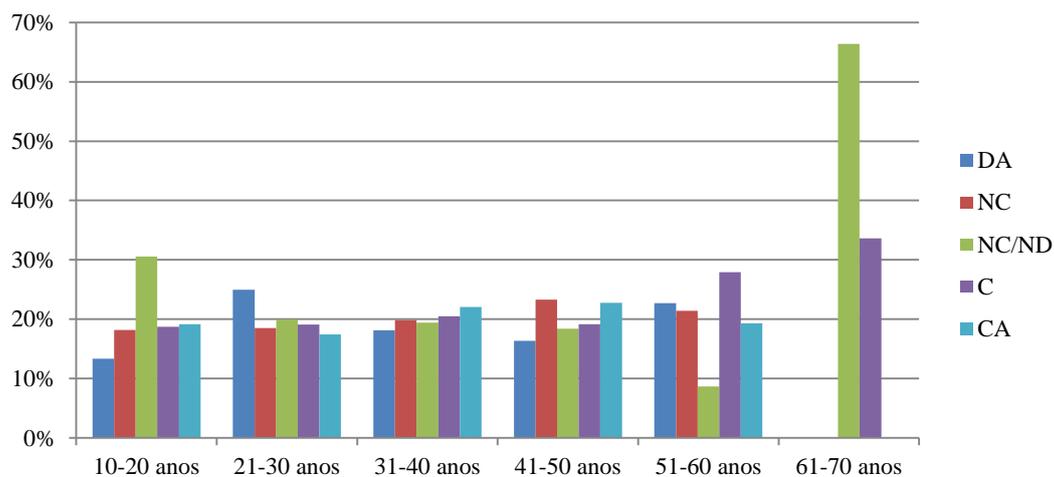


**Gráfico 69** - Significado da insuficiência de técnicos segundo a morada.

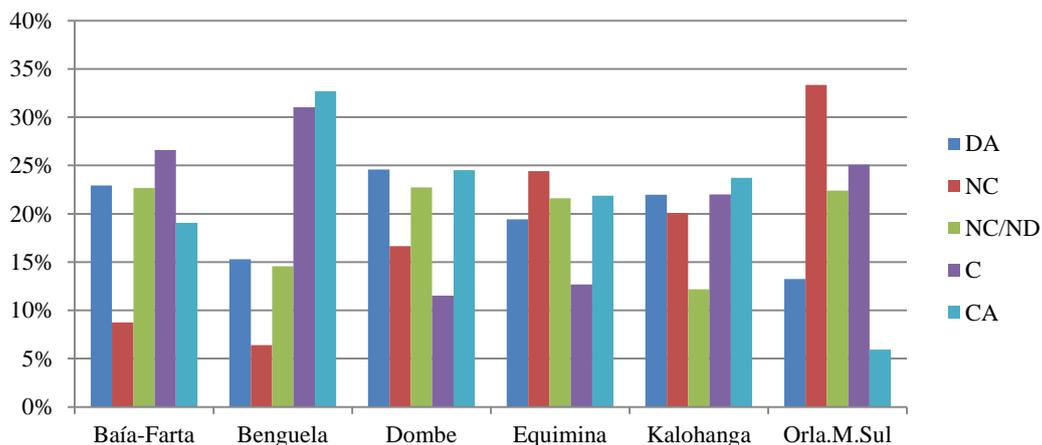


**Gráfico 70** - Significado da insuficiência de técnicos segundo o tempo de residência.

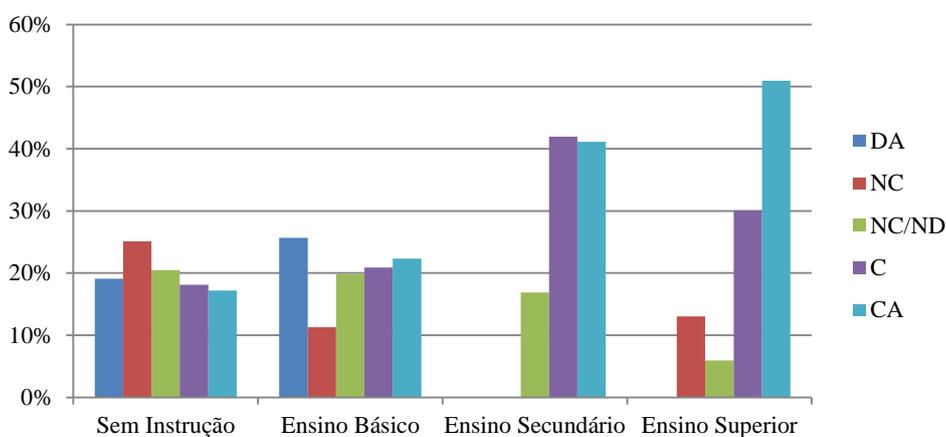
Os moradores de Benguela em função dos demais, os mais instruídos e os que vivem entre cinco e dez anos de idade, dão maior importância a questão da maior parte da população encontrar emprego na actividade pesqueira e agro-pecuária.



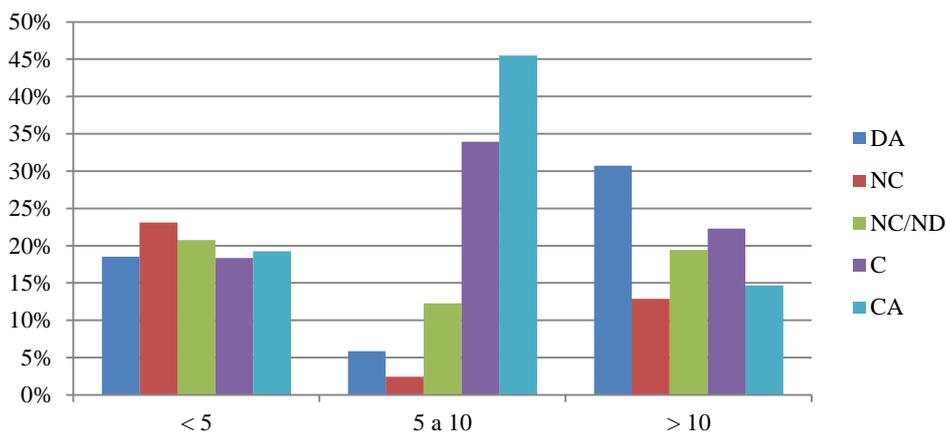
**Gráfico 71** - Significado da maior parte da população segundo a grupo etário.



**Gráfico 72** - Significado da maior parte da população segundo a morada

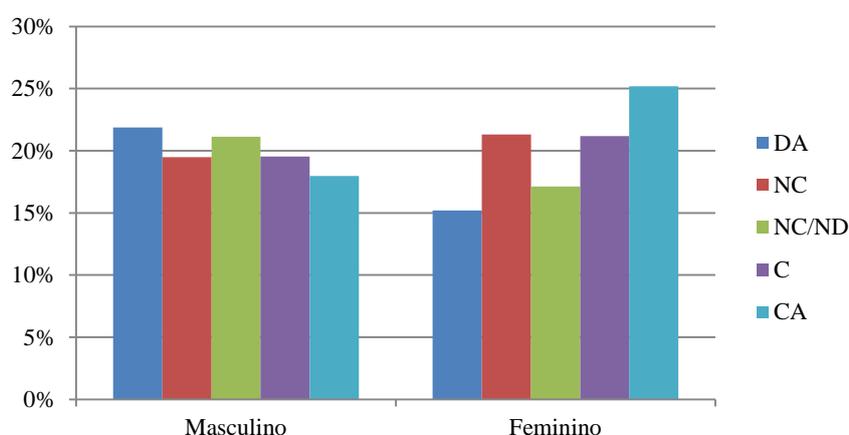


**Gráfico 73** - Significado da maior parte da população segundo o grau de instrução.

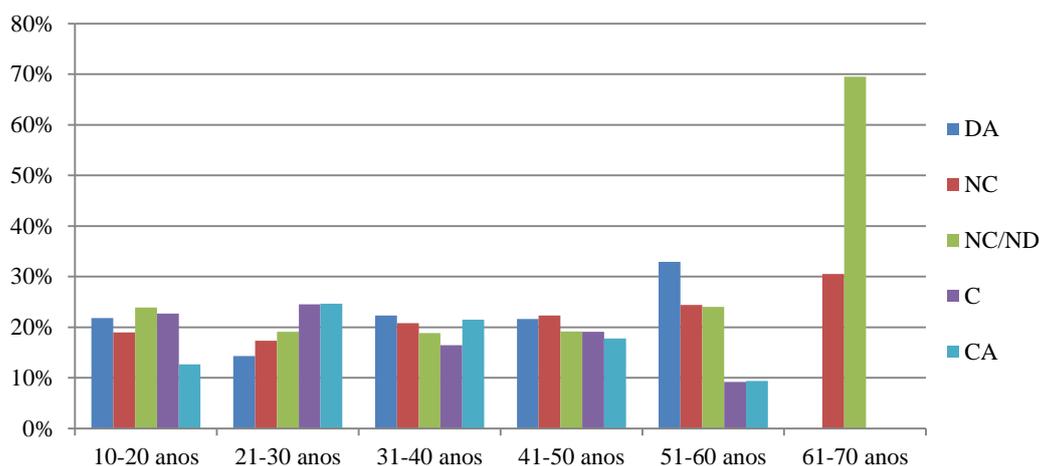


**Gráfico 74** - Significado da maior parte da população segundo o tempo de residência.

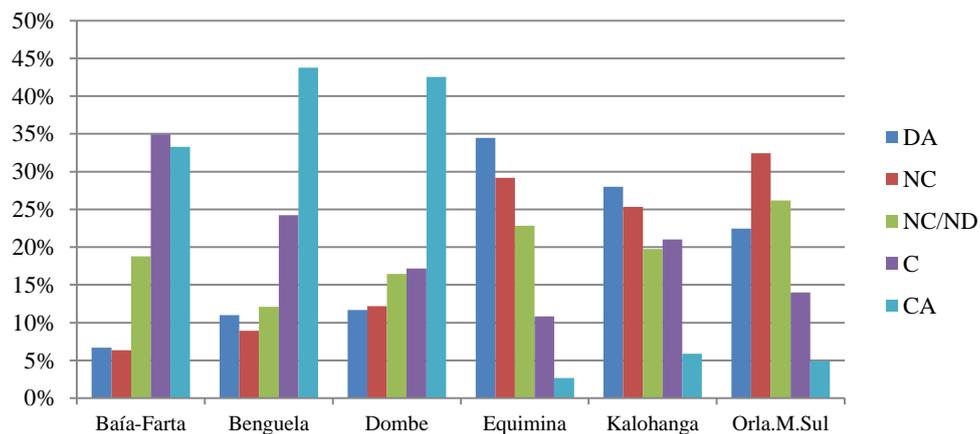
Finalmente, no concernente ao aumento da marginalidade da juventude em relação com o subemprego, verifica-se também uma maior indefinição para o grupo etário entre sessenta e setenta e um anos de idade em relação aos demais; os moradores da Baía Farta, Benguela, Dombe, e os mais instruídos, atribuem maior significado ao facto de o aumento da marginalidade da juventude e subemprego ser uma realidade que deve preocupar todas as forças vivas da sociedade no sentido de se encontrar estratégias para se ultrapassar a situação.



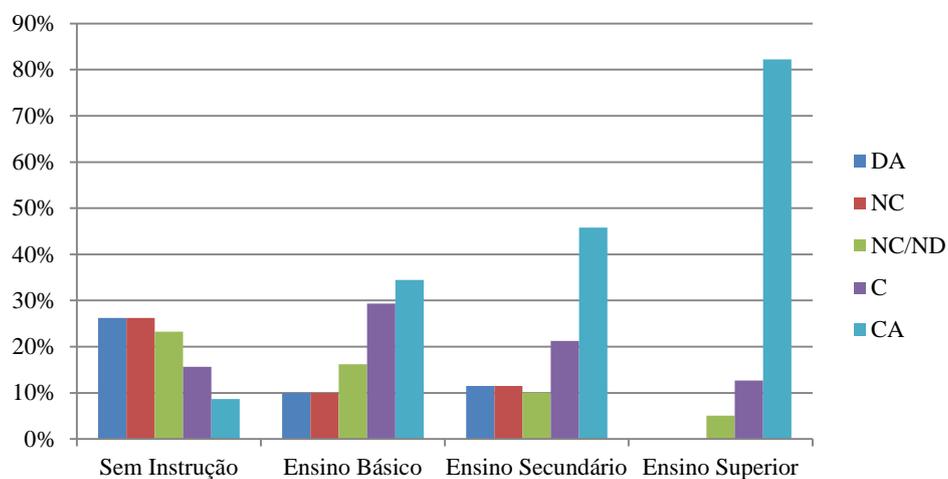
**Gráfico 75** - Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo o género.



**Gráfico 76** - Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo o grupo etário.



**Gráfico 77-** Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo a morada.



**Gráfico 78 -** Significado do aumento da marginalidade da juventude segundo o grau de instrução.

Tentando uma síntese deste capítulo, podemos referir que a percepção da população inquirida ao município da Baía Farta, com base nos aspectos que nos serviram de base para a interpretação dos dados obtidos, permite as seguintes conclusões:

A população do município da Baía Farta, pelas suas características sociodemográficas e económicas, parece-nos vulnerável, já que se trata de uma população que na sua maior parte encontra emprego na actividade agro-pecuária, tem pouca instrução e exerce a sua profissão principalmente no sector primário. Por outro lado, há diferenças significativas na caracterização dos inquiridos das diferentes comunas do município.

Ao considerarmos a percepção das condições ambientais do município por sexo, nota-se que há tendência para o equilíbrio entre homens e mulheres, já que ambos parecem igualmente preocupados com o desenvolvimento do município independentemente da origem, idade, profissão, habilitações e tempo de residência ou de trabalho.

Quando consideramos a percepção por grupos etários, conclui-se que à medida que a idade aumenta pelo menos até aos cinquenta anos, a percepção das condições ambientais vai sendo mais favorável; pelo contrário nota-se grande uma indefinição à medida que se vai sendo mais idoso entre sessenta e um e setenta anos de idade.

Em função do tempo de residência ou trabalho, verificou-se que os que vivem na Baía Farta há mais de cinco e menos de dez anos, deram maior significado às questões em causa, motivado pelo afluxo migratório registado com o fim da guerra civil em 2002, facto que fez com que as populações se deslocassem para as áreas do litoral em que as condições de sobrevivência eram melhores em relação às suas zonas de origem que foram mais atingidas pela guerra.

Portanto, a percepção geral da população inquirida sobre as condições do ambiente, varia segundo os diferentes grupos considerados uma vez que a medida que a medida que se vai sendo mais idoso e mais instruído melhor percepção se tem sobre o meio envolvente, tendo-se também observado uma percepção relativamente próxima entre homens e mulheres com tendência para uma avaliação boa e regular, sendo os homens mais optimistas que as mulheres em relação as questões do ambiente.

## CONCLUSÃO

O objectivo principal da investigação esteve circunscrito à análise dos recursos naturais e ao ordenamento do território, em função das potencialidades e condicionantes que a Geografia Física impõe ao desenvolvimento do Município da Baía Farta e às políticas de gestão e ordenamento do território, ao mesmo tempo que tentámos avaliar a percepção da população em relação ao meio, tendo em conta as questões ambientais e o desenvolvimento local.

Com base na análise estatística, trabalho de campo e recolha bibliográfica, verificou-se que a Geografia Física exerce um papel bastante relevante, uma vez que a existência de recursos naturais no município da Baía Farta, potencializa o território da Baía Farta num futuro próximo a ser um grande pólo de desenvolvimento no contexto do Litoral angolano, desde que se ponham em evidência as leis do Ordenamento do Território e do desenvolvimento sustentável.

Dos inquéritos efectuados verificámos que a maior parte dos inquiridos é jovem, não tem instrução, trabalha no sector primário e reside há menos de cinco anos no município, fazendo com que muitos trabalhem por conta própria em actividades do fórum informal como pesca, agricultura, pecuária, actividades domésticas ou vendedores ambulantes. Com base nas entrevistas procuramos compreender as posições sobre o papel que as orientações emanadas do nível superior podem desempenhar na construção de um território mais coeso e solidário, tendo ficado a impressão de que os planos não têm sido cabalmente cumpridos por falta de verbas.

A análise das dinâmicas de crescimento do Município, da gestão dos recursos, da relação das actividades produtivas com o ambiente, torna-se fundamental para o conhecimento das ocupações humanas de cada Comuna, já que a actividade pesqueira e indústria do sal na sede da Baía Farta, Equimina e Orla Marítima Sul, a actividade agro-pecuária nas Comunas do Dombe Grande e da Kalohanga e as potencialidades turísticas em todas elas constituem a base para a organização do espaço para que se observem a Lei do Ordenamento do Território, a Lei de Bases do Ambiente e a Lei de Terras, em vigor.

A Pesca afigura-se como importante fonte de emprego estruturante do tecido social do Município da Baía Farta, carecendo, no entanto, de uma fiscalização eficaz, devido à pesca ilegal que se tem registado.

No domínio do Ordenamento do Território, em Angola já existem Diplomas Legais que sustentam a gestão do País, no que às Ciências da Terra diz respeito, já que a Lei por si só não faz tudo, mas com qualificação da população e disponibilidade de recursos técnicos obter-se-á a diferença.

A avaliação dos riscos naturais, nomeadamente em relação aos riscos de inundação na Comuna do Dombe Grande, a seca e a desertificação que vêm assolando a sede da Baía Farta e a região da Orla Marítima Sul e as medidas de mitigação, bem como a educação e gestão ambiental tornam-se imprescindíveis para o Ordenamento do Território, uma vez que têm causado impactos negativos à população, podendo dificultar assim desenvolvimento da Comuna, em particular, e do Município, em geral.

Com relação aos resultados apurados da investigação efectuada, sobre a Geografia Física e Políticas de Ordenamento do Território no Município da Baía Farta, impõe-se a necessidade de um Plano Director que aponte, entre outras, as seguintes recomendações:

1. Que a elaboração de propostas para um completo desenvolvimento socioeconómico do Município da Baía Farta, inclua o restabelecimento, revitalização e requalificação das infra-estruturas, bem como a estabilização económica.
2. Na realidade, o potencial natural é muito favorável para o desenvolvimento económico e social do Município, bastando apenas uma exploração adequada dos recursos disponíveis, principalmente do potencial aquático e da orla marítima.
3. Que os Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER), das Pescas (MP), Urbanismo e Ambiente (MUA), através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), atribuam prioridade absoluta de intervenção na luta contra a seca e a desertificação, à criação de um pacote de medidas para preservação das dunas e à melhor gestão do Parque Natural Regional da Chimalavera.
4. Que os órgãos competentes do estado adoptem mecanismos que visem potenciar a administração local com recursos financeiros, favorecendo deste modo, a materialização dos planos, projectos e programas de todos os domínios da vida socioeconómica do Município da Baía Farta.
5. Que seja desenvolvida investigação com vista à perspectivação de cenários que se consubstanciem a optimização dos meios e recursos na gestão dos riscos naturais, elaborando planos de emergência e integrando-os no planeamento territorial, bem como a elaboração de cartas de vulnerabilidades de diversas variáveis antrópicas e físicas, a elaboração de um banco de dados para minimizar em especial a situação da Comuna do Dombe Grande face aos riscos de inundação à que está sujeita anualmente.

6. A população é a principal força produtiva de qualquer sociedade, porque constitui a fonte de gestão dos recursos disponíveis. Daí a necessidade de se investir na formação dos recursos humanos do Município da Baía Farta.

7. Que o governo adopte iniciativas destinadas a superação da pobreza para as zonas rurais, incentivos para dinamizar a economia local, em vez de políticas compensatórias de carácter emergencial no momento em que as comunidades rurais são afectadas por situações de calamidades naturais.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Rui. (2001). “Planeamento e Ordenamento do Território e o Estado Português: Contributo para uma Intervenção Renovada”. Universidade Técnica de Lisboa/ IST. (Dissertação de Doutoramento). Lisboa.

AMARAL, Ilídio do. (1985). “ Processos e Formas de Evolução do Relevo em Rochas da Orla Sedimentar do Deserto de Moçamedes (Angola) -1ª Parte. Garcia de Orta. Série de Geografia, vol.10, nº 1 e 2, pp. 1-17. Lisboa.

\_\_\_\_\_ (1982). “Paisagens Morfológicas do Deserto de Moçamedes (Angola) - 2ª Parte”. Garcia de Orta. Série de Geografia. Série de Geografia, vol. 7, nº1 e 2, pp. 1-34. Lisboa.

AMORIM, Amílcar. (1995). “ Introdução às Ciências Sociais”. Estante Editora. Aveiro.

ANDRADE, Miguel Montenegro. (1957). “ Rochas Vulcânicas da Orla Mesocenozoica entre Benguela e Moçamedes”. Garcia de Horta vol. 5 (4), pp. 739-776. Lisboa.

BARROS, Vítor Coelho. (2003). “ Desenvolvimento Rural Intervenção Pública 1996-2002”. Terramar. Lisboa.

BORGES, Alexandre. (1945). “ A Costa de Angola Da Baía da Lucira à Foz do Bentiaba (Entre Benguela e Maçamedes) ”. Imprensa Moderna, LDA. Porto.

Cadernos do PRC e Boletim do INE nº 13

CARDOSO, Pedro. (2004). “ Atlas da Lusofonia- Angola”. Instituto Português da Conjuntura Estratégica e Editora Prefácio. Lisboa.

CARNEIRO, Luís. (1987). “ A Propósito da População de Luanda de 1983. Novos Aspectos Geográficos”. Garcia de Orta. Série de Geografia, vol. 12, nº1 e 2, pp. 41-82. Lisboa.

Cimeira do Milénio das Nações Unidas. (2000). “Objectivos do Milénio”. Monterrey--México.

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (1972). Estocolmo – Suécia.

Conselho da Europa. (1988).

Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. (1977). Nairobi – Quênia.

CUNHA, Lúcio e JACINTO, Rui. (2011). “ Interioridade/ Insularidade Despovoamento/ Desertificação Paisagens, Riscos Naturais e Educação Ambiental em Portugal e Cabo Verde”. 1ª Edição. Centro de Estudos Ibéricos. Iberografias nº 17. Guarda.

- CUNHA, Lúcio; SOARES, A. F. Tavares, Alexandre; ALMEIDA, A. Campar de e SANTOS, José Gomes dos. (1999). “Intervenções Recentes e Avaliação de Impactes Ambientais no Baixo Mondego”. *Cadernos de Geografia*, nº 18, pp. 39-52. Coimbra.
- ERVEDOSA, Carlos. (1980). “Arqueologia Angolana”. Ministério da Educação da República de Angola. Angola.
- FERREIRA, Conceição e SIMÕES Natércia. (1987) “Tratamento Estatístico e Gráfico em Geografia”, 2ª Edição, Gradiva Publicações, Lda. Lisboa.
- FISCHER, Gustave-N. (1994). “Psicologia Social do Ambiente. Perspectivas Ecológicas”. Lisboa.
- FRADE, Catarina. (1999). “A Componente Ambiental do Ordenamento do Território. Conselho Económico Social”, pp. 29-95. Lisboa.
- FURTADO, A. F. A. Sanches. (1967). “As Argilas dos Solos do Distrito de Benguela”. *Garcia de Orta*. Série de Geografia, vol. 15, nº 4, pp. 567-576. Lisboa.
- Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. (2008). “Programa Provincial de Benguela de Médio Prazo 2009- 2013”. Versão IV-Junho. Benguela.
- \_\_\_\_ (2008). “Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013”. Versão II – Junho. Benguela.
- LAUREANO, Raul M. S. e BOTELHO, Maria do Carmo. (2010). “SPSS O meu Manual de Consulta Rápida”. Edições Sílabo, Lda. Lisboa.
- LOPES, A. Simões. (2001). “Desenvolvimento Regional”. 5ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- LOPES, Ermelinda. (2010). “Mulheres e Ambiente”. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado em Geografia). Coimbra.
- LOURENÇO, Luciano. (2004). “Riscos Naturais e Protecção do Ambiente”. Núcleos de Investigação Científica de Incêndios Florestais”. Gabinete de Publicações da FLUC. Coimbra.
- MARQUES, M. Monteiro (1983). “Defense du Paysage. Exemples Concrets”. *Garcia de Orta. Sér. Est. Agron*, vol. 10, nº 1 e 2, pp. 37-42. Lisboa.
- MARTINHO, Gabriel e MOLOSSIWE, Feliciano. (2004). “Estudo da Influência do Clima no Desenvolvimento da Actividade Agrícola no Vale do Coporolo”. Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela (Tese de Licenciatura em Geografia). Benguela.
- MARTINEZ, Luís Frutuoso e FERREIRA, Aristides Isidoro. (2010). “Análise de Dados com SPSS Primeiros Passos”. 3ª Edição. Escolar Editora. Lousã.

MATEUS, Berta e OSVALDO Gomes. (2004). “ Crescimento das Zonas Sub Urbanas de Benguela- Bairros (70 e 71) ”. Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela (Tese de Licenciatura em Geografia). Benguela.

MEDEIROS, Isabel. (1982). “Contribuição para o Estudo da Colonização e da Pesca no Litoral de Angola ao Sul de Benguela”. Estudos, Ensaios e Documentos nº 140. Instituto de Investigação Científica Tropical/ Junta de Investigação Científica do Ultramar. Lisboa.

Ministério da Defesa. (1980). Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola. Carta SD-33 Benguela .Folha nº 16.

Ministério do Planeamento de Angola. (2005). “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatório de Progresso”. Angola.

Ministério do Urbanismo e Ambiente. (2006). “Programa de Investimento Ambiental-Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola”. Angola.

MOTA, Carla Alexandra Fernandes. (2005). “ Geomorfologia e Ordenamento do Território - Estudo de Caso no Parque Natural do Alvão”. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado em Geografia). Coimbra.

NAZARETH, J. Manuel. (2004). “ Demografia A Ciência da População”. 3ª Edição. Editorial Presença. Lisboa.

OLIVEIRA, Fernanda (2002). “ Território e Ordenamento”. Cadernos CEDOUA. Almedina. Coimbra.

OLIVEIRA, J. F. Santos. (2005). “ Gestão Ambiental”. Instituto Superior Dom Afonso III Um Instituto Universitário Privado, de Serviço Público. Lidel. Lisboa – Porto.

PARDAL, Sidónio e COSTA, Lobo. (2000). “ O Conceito de Planeamento. Planeamento Integrado do Território. Elementos de Teoria Crítica. Edição Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano”. Vol. IV, pp. 1-22. Universidade Técnica de Lisboa. *In Normas Urbanísticas*. Lisboa.

PAULO Cláudia; JOB Borges e NEVES Urânia. (2005). “ Projecção de Planeamento para um Desenvolvimento Sustentável na Vila da Baía Farta”. Instituto Superior de Ciências de Educação Benguela (Tese de Licenciatura em Geografia). Benguela.

PEREIRA, Alexandre. (2008). “ SPSS Guia Prático de Utilização as Sociais Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia”. 7ª Edição Revista e Corrigida. Edições.

PESTANA, Maria Helena e GAGEIRO, João Nunes. (2008). “Análise de Dados para Ciências Sociais A Complementaridade do SPSS”. 5ª Edição Revista e Corrigida. Edições Sílabo, Lda. Lisboa.

- PINTO, Ricardo Ramos. (2009). “ Introdução à Análise de Dados com Recurso ao SPSS”. Edições Sílabo, Lda. Lisboa.
- REBELO, Fernando. (2010). “ Geografia Física e Riscos Naturais”. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. Noprint. ISBN: 978-989-26-0054-3.
- REIGADO, Felisberto. (2000). “Desenvolvimento e Planeamento Regional: Uma Abordagem Sistémica”. Editorial Estampa. Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando. (1967). “ Portugal O Mediterrâneo e o Atlântico”. Esboço das Relações Geográficas. 3ª Edição. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa.
- RIBEIRO, José Luís Pais. (2010). “ Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde”. 3ª Edição. Legis Editora/ Livpsic. Porto
- Relatório do Desenvolvimento Humano (2007/2008) - PNUD/ ONU.
- RODRIGUES, Jacinto. (2006). “Sociedade e Território Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado”. 1ª Edição. Profedições, Lda. Porto.
- ROSADO, Manuel Bento. (1997). “ Desenvolvimento Regional: Contribuição para o seu Estudo e Planeamento”. Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. Évora.
- Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (STPC). (1973).“ Planeamento em Portugal: Orgânica e Processo, p. 77. Lisboa.
- VIEIRA, João Martins. (2007). “Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo Uma Perspectiva Estratégica”. Editorial Verbo. Lisboa.

## **LEGISLAÇÃO**

- LEI nº 48/98.11 de Agosto. (1991) Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo. Portugal.
- LEI nº 43/91 de 27 de Julho. (1998). Lei-quadro do Planeamento. Portugal.
- LEI Constitucional de Angola – Nova. (2010). Artigo 88 alínea b; Artigo 90 alínea h.
- LEI nº 5/98 de 19 de Junho. (1999). Lei de Bases do Ambiente e Convenções. Ministério das Pescas e Ambiente. Centro de Documentação e Informação. Indústria Gráfica. Luanda – Angola.
- LEI nº 3/ 04 de 25 de Junho. (2006). Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo. Ministério do Urbanismo e Ambiente. Unidade de Gestão e Coordenação da Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade. Brochura sobre Legislação Ambiental. Juventude Ecológica Angolana. Luanda – Angola.
- LEI nº 9/ 04 de 9 de Junho. (2004) - Lei de Terras de Angola.

## FONTES ELECTRÓNICAS

<http://www.africanidade.com>  
[http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/index.php?option=com\\_content&task=view&id=338&Itemid=79](http://www.angolanainternet.ao/portalempresas/index.php?option=com_content&task=view&id=338&Itemid=79)  
<http://www.angonet.org/article.php?story=20061116121502592>  
<http://www.angolasite.com>  
<http://alea.ine.pt>  
<http://angolaepetroleo.blogspot.com/2009/11/planeamento-e-ordenamento-do-territorio.htm>  
[http://www.bclme.org/about/region\\_p.asp](http://www.bclme.org/about/region_p.asp)  
[http://www.benguelacc.org/portuguese/admin/releases/Media%20release%20\(Benguela\)\\_Port.pdf](http://www.benguelacc.org/portuguese/admin/releases/Media%20release%20(Benguela)_Port.pdf)  
<http://benguelakovasso.blogspot.com/2008/04/arqueologia-de-benguela-late-stone-age.html>  
<http://canais.sapo.pt/educacao/1GDC/328821.html>  
[http://www.ccia.ebonet.net/economia\\_geografia.html](http://www.ccia.ebonet.net/economia_geografia.html)  
[http://comunidade.sol.pt/blogs/antoniorbtavares/archive/2009/03/06/Geografia-de-Angola\\_2D00\\_-aspectos-cl\\_ED00\\_m\\_E100\\_ticos-e-outros-aspectos-f\\_ED00\\_sicos.aspx](http://comunidade.sol.pt/blogs/antoniorbtavares/archive/2009/03/06/Geografia-de-Angola_2D00_-aspectos-cl_ED00_m_E100_ticos-e-outros-aspectos-f_ED00_sicos.aspx)  
[http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=28&Itemid=28](http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=28)  
[http://cunenerak.com/\\_system/DMSSStorage/4051en/Angola\\_Relatório%20do%20Estado%20Geral%20do%20Meio%20Ambiente\\_port.pdf](http://cunenerak.com/_system/DMSSStorage/4051en/Angola_Relatório%20do%20Estado%20Geral%20do%20Meio%20Ambiente_port.pdf)  
<http://dirprovincialsaubenguela.blogspot.com/2011/06/falta-de-enfermeiros-preocupa.html?zx=f375cba0b4e6d4aa>  
[http://www.girafamania.com.br/africano/park\\_angola.html](http://www.girafamania.com.br/africano/park_angola.html)  
[http://www.igeo.pt/instituto/cegig/got/17\\_Planning/Files/indicadores/conceito\\_ot.pdf](http://www.igeo.pt/instituto/cegig/got/17_Planning/Files/indicadores/conceito_ot.pdf)  
[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)  
[http://jornaldeangola.sapo.ao/14/8/benguela\\_aumenta\\_indices\\_de\\_producao\\_de\\_sal](http://jornaldeangola.sapo.ao/14/8/benguela_aumenta_indices_de_producao_de_sal)  
[www.minader.org](http://www.minader.org)  
<http://br.monografias.com/trabalhos3/correntes-marinhas/correntes-marinhas2.shtml>  
<http://www.opais.net/pt/opais/?det=20499>

[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/politica/2011/4/21/Docente-defende-aplicacao-Lei-sobre-Territorio-pais,3df9e268-4100-450a-82e4-d07f0f645e69.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2011/4/21/Docente-defende-aplicacao-Lei-sobre-Territorio-pais,3df9e268-4100-450a-82e4-d07f0f645e69.html)

<http://rep.bancobpi.pt>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81rea\\_protegida](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81rea_protegida)

# **ANEXOS**

## ANEXO A – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE ANGOLA

**Quadro A 1** - Características da População de Angola -1990/2000. Cadernos do PRC e Boletim do INE nº 13.

<b>Províncias</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>Posição 2000</b>	<b>TAC</b>	<b>Posição TAC</b>	<b>% Relativa à População</b>
Luanda	1.526.900	2.449.000	2.746.238	2.824.891	1	7,7%	6	19,3%
Benguela	643.000	1.400.000	1.045.992	1.614.883	2	13,7%	4	11,1%
Huambo	1.522.200	1.386.000	1.838.424	1.598.734	3	0,5%	16	10,9%
Huíla	868.000	1.062.000	889.512	1.225.004	4	3,7%	9	8,4%
Bié	1.060.900	950.000	1.366.581	1.095.813	5	0,3%	17	7,5%
Uíge	835.300	855.000	1.044.000	986.232	6	1,6%	14	6,8%
Malange	890.500	742.000	1.077.195	855.888	7	-0,4%	18	5,9%
Kwanza Sul	649.700	700.000	759.863	807.441	8	2,2%	12	5,5%
Luanda Sul	154.000	391.000	177.082	451.014	9	17,5%	3	3,1%
Kunene	228.400	352.000	284.716	406.028	10	7,1%	7	2,8%
Kwanza Norte	376.700	350.000	468.100	403.721	11	0,7%	15	2,8%
Luanda Norte	290.700	350.000	388.140	403.721	12	3,5%	10	2,8%
Moxico	315.100	336.000	369.428	387.572	13	2,1%	13	2,7%
Kwando Kubango	128.500	334.000	256.004	385.265	14	18,2%	2	2,6%
Bengo	65.200	333.000	190.604	384.111	15	44,5%	1	2,6%
Zaíre	191.300	250.000	296.984	288.372	16	4,6%	8	2,0%
Namibe	114.100	239.000	368.168	275.684	17	12,9%	5	1,9%
Cabinda	161.500	180.000	199.969	207.628	18	2,6%	11	1,4%
<b>Total</b>	<b>10.023.990</b>	<b>12.660.995</b>	<b>13.768.998</b>	<b>14.604.002</b>	<b>-</b>	<b>4,2%</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>

## ANEXO B – ANÁLISE SWOT DA PROVÍNCIA DE BENGUELA

**Quadro B 1** - Análise SWOT da Província de Benguela. Programa Provincial de Médio Prazo 2009-2013  
Versão IV. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. Junho 2008.

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sociedade culturalmente organizada, com uma estrutura hierárquica tradicional actuante;</li> <li>2. Localização geográfica e estratégica da Província na região central do país;</li> <li>3. Recursos hídricos abundantes;</li> <li>4. Grande diversidade e quantidade de recursos piscatórios;</li> <li>5. Potencial geológico mineiro em recursos com cotação internacional elevada;</li> <li>6. Grande potencial turístico, tanto no litoral como no interior da Província;</li> <li>7. Melhorias nas áreas de saúde e da educação, com o ensino em vários níveis em processo de expansão;</li> <li>8. Organizações associativas em vários sectores e localidades da província;</li> <li>9. A Província possui tradição em várias modalidades desportivas;</li> <li>10. Índice de criminalidade baixa;</li> <li>11. Grandes investimentos na reabilitação de estradas de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>. e 3<sup>a</sup>. Ordem;</li> <li>12. Aumento do fluxo de passageiros e cargas nos diversos modais de transporte;</li> <li>13. População em sua maioria jovem com forte anseio por desenvolvimento e oportunidades.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inexistência de Censo Populacional e de Inventário dos Recursos Naturais;</li> <li>2. Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);</li> <li>3. Falta política pública para as diversas formas de expressão cultural;</li> <li>4. Tecnologia de informação deficiente: - inexistência de sistema de informação provincial integrado; dados existentes sem compilação, sem consistência e sem critérios de armazenamento de dados;</li> <li>5. Resultados dos programas e acções não são avaliados periodicamente;</li> <li>6. Deficiências no sector da Indústria, Comércio, Serviços e Agro-pecuária: não existem cadeias produtivas; baixa tecnologia empregada nos processos produtivos e de serviços; existência de um forte mercado informal.</li> <li>7. Modal aéreo, ferroviário e rodoviário com baixa infra-estrutura; rodovias e ruas em estado precário, causando constrangimento para o escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial.</li> <li>8. Infra-estruturas básicas deficientes: rede de água e energia eléctrica insuficiente, de baixa qualidade e fornecimento intermitente; rede de esgoto inexistente; sistema de colecta de lixo precário; alto deficit de habitações populares.</li> <li>9. Quadros capacitados insuficientes para atenderem as necessidades da Província;</li> </ol>

**Quadro B 2** - Análise SWOT da Província de Benguela. Programa Provincial de Médio Prazo Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística 2009-2013 Versão IV, Junho 2008.

<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Exploração do potencial Turístico;</li> <li>2. Exploração de grandes áreas potenciais para o desenvolvimento agro-pecuário;</li> <li>3. Exploração do Porto do Lobito localizado na região Central do país;</li> <li>4. Exploração da diversidade dos recursos piscatórios;</li> <li>5. Exploração do Caminho de Ferro de Benguela e do estabelecimento de um sistema intermodal de transportes e como potencial turístico.</li> <li>6. Efectivar a Província como um centro de excelência em várias modalidades desportivas.</li> <li>7. Cooperação Internacional (ONGs e Governos) para a realização dos programas e projectos.</li> <li>8. Exploração do Aeroporto da Catumbela para as linhas intercontinentais.</li> <li>9. Grande potencial geológico mineiro em recursos com elevada cotação internacional.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ocorrência de calamidades naturais;</li> <li>2. Surgimento de Epidemias;</li> <li>3. Aumento da marginalidade entre os jovens e adolescentes;</li> <li>4. Quebra ou diminuição acentuada do preço do petróleo;</li> <li>5. Exploração dos recursos naturais de forma desordenada e irracional;</li> <li>6. Ausência de incentivos para o desenvolvimento de um empresariado nacional e regional forte;</li> <li>7. Insuficiência de capacitação contínua e refrescamento contínuo dos quadros;</li> <li>8. Aumento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais;</li> <li>9. Surgimento de conflitos e terrorismo na África Austral;</li> <li>10. Insucesso na descentralização e reordenamento, levando à desagregação territorial.</li> </ol>

## ANEXO C – VOCAÇÕES DO MUNICÍPIO DA BAÍA FARTA

**Quadro C 1-** Vocações do município da Baía Farta. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008.

Domínio	Vocações	
	Exploradas no Período Colonial	Novas Perspectivas
Agricultura	Hortícolas Cereais	
Criação de Animais	Bovino Caprino	
Pescas	Pescas Oceânicas	Indústria de transformação de peixes Indústria de conservas Indústrias de congelação
Agro-indústria	Conservas de peixe	Fábrica de Ração Óleo Vegetal (Gergelim – Ginguba) Óleo de Palma Bebidas Espirituosas Conservas de Frutas Sumos e concentrados
Mineração	Salinas Refinarias de sal	Indústria de produção e iodização de sal
Turismo		Baia Azul Orla Marítima Sul Calohanga Rio Coporolo Equimina

## ANEXO D – METAS E INDICADORES DO MUNICÍPIO

### D.1- DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

**Quadro D 1-** Sector: 01 – Educação. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008.

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>Município</b>
1.01.01	Aumentar o nível de escolaridade da população	Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDH-E)	0,840	0,840
1.01.02 <sup>1</sup>	Redução drástica da taxa de analfabetismo	Taxa de Analfabetismo (percentual da população não alfabetizada acima de 15 anos)	21,1%	21,1%
1.01.03 <sup>2</sup>	Atingir 80% número de crianças e jovens no sistema de ensino com 100% das crianças na escola	Número de crianças matriculadas de 05 a 14 anos e jovens de 15 a 19 anos	842 mil matrículas	37.904 matrículas
1.01.04 <sup>2</sup>	Aumentar para 100% número de crianças e jovens que estudam em escolas definitivas	Número de crianças matriculadas de 05 a 14 anos e jovens de 15 a 19 anos matriculadas em escolas definitivas	842 mil matrículas	37.904 matrículas
1.01.05 <sup>3</sup>	Aumentar para 100% número de docentes com formação pedagógica	Número de docentes com formação pedagógica	38.098 docentes	1.714 docentes

Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:

1 - Proporcional à população estimada em 2007: População analfabeta = 34% da população acima de 15 anos (igual a 58% do total da população).

2 - Projetado para 2013 de crianças (5 a 14 anos) e jovens (15 a 19) do município.

3 - Total de docentes projetado para 2013 para atender às crianças e jovens do município em 2007.

**Quadro D 2-** Sector: 02 – Saúde. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008.

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>município</b>
1.02.01	Aumentar a expectativa de vida da população	Expectativa de vida dos habitantes do município	55 anos	55 anos
1.02.02	Reduzir a mortalidade infantil até 1 ano	Índice de óbitos de crianças até 1 ano por 1.000 nascidos vivos	65,5 por 1.000 nascidos vivos	65,5 por 1.000 nascidos vivos
1.02.03	Reduzir a mortalidade infantil até 5 anos	Índice de óbitos de crianças até 5 anos por 1.000 nascidos vivos	193,1 por 1.000 nascidos vivos	193,1 por 1.000 nascidos vivos
1.02.04	Reduzir a mortalidade materna	Índice de óbitos maternos para cada 100.00 partos	312,9 por 100.000 partos	312,9 por 100.000 partos
1.02.05	Reduzir a mortalidade causada por Malária	Índice de mortalidade causado por malária por 1.000 habitantes	29,9 para cada 1.000 habitantes	29,9 para cada 1.000 habitantes
1.02.06	Reduzir a mortalidade causada por DRAs – Doenças Respiratórias Agudas	Índice de mortalidade causado por Doenças Respiratórias Agudas por 1.000 habitantes	8,8 para cada 1.000 habitantes	8,8 para cada 1.000 habitantes
1.02.07	Reduzir a mortalidade causada por Cólera	Índice de mortalidade causado por Cólera por 1.000 habitantes	1,9 para cada 1.000 habitantes	1,9 para cada 1.000 habitantes
1.02.08	Reduzir a mortalidade causada por DDAs – Doenças Diarréicas Agudas	Índice de mortalidade causado por Doenças Diarréicas Agudas por 1.000 habitantes	5,2 para cada 1.000 habitantes	5,2 para cada 1.000 habitantes
1.02.09	Aumentar o número de médicos no município	Taxa de médicos para cada 100.000 habitantes	165 médicos para cada 100.000 hab.	165 médicos para cada 100.000 hab.
1.02.10	Aumentar o número de camas hospitalares	Taxa de camas para cada 1.000 habitantes	0,8 camas para cada 1.000 habitantes	0,8 camas para cada 1.000 habitantes

**Quadro D 3** - Sector: 03 – Cultura, Juventude e Desportos. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>município</b>
1.03.01	Massificar o movimento artístico e cultural na população jovem	População jovem entre 5 e 19 anos beneficiados directos	116 mil beneficiados	5.219 beneficiados
1.03.02*	Preservar e conservar o património histórico e cultural	Número de monumentos, sítios classificados e inventariados, zonas históricas, estações e complexo arqueológicos e pinturas rupestres preservados	123 sítios preservados	(A Definir)
1.03.03*	Abranger 10% da população jovem (entre 15 e 24 anos) em 2013 com os centros de juventude	População jovem entre 5 e 19 anos associados ao centros da juventude	56.602 associados	2.547 associados

\*Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:

Meta da província distribuída proporcional à quantidade de jovens do município projectada para 2013.

**Quadro D 4** - Sector: 03 – Cultura, Juventude e Desportos. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>Município</b>
1.04.01*	Promover a assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade, à pessoa idosa	Número de idosos beneficiados	20.000 idosos	900 idosos
1.04.02	Apoiar ao repatriamento voluntário e organizado dos Angolanos provenientes dos Países vizinhos	Número de repatriados	3.388 repatriados	(A Definir)
1.04.03*	Apoiar 28% das mulheres carentes em programas para a promoção da mulher	Número de mulheres carentes beneficiadas	50.000 mulheres beneficiadas	2.250 mulheres beneficiadas
1.04.04*	Promover a assistência a 24% das famílias carentes	Número de famílias carentes	50.000 famílias beneficiadas (300.000 pessoas indirectamente)	2.250 famílias beneficiadas (13.500 pessoas indirectamente)
1.04.05*	Promover a assistência aos Antigos Combatentes, Deficientes de Guerra, Viúvas e Órfãos de Guerra	Número Antigos Combatentes, Deficientes de Guerra, Viúvas e Órfãos de Guerra assistidos	19.500 assistidos	877 assistidos
1.04.06*	Aumentar a assistência aos ex-combatentes	Número de ex-combatentes assistidos (9.337, já recebem apoio do Governo, em matéria de Pensões de Reforma e Antigos Combatentes, Apoio alimentar institucional, Material de locomoção (muletas, cadeiras de rodas reabilitação física) e assistência medica medicamentosa)	16.781 assistidos	755 assistidos

\*Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:

Meta da província distribuída proporcional à quantidade da população projectada do município para 2013.

**Quadro D 5** Sector: 05 – Comunicação Social. . Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>Município</b>
1.05.01	Estender os sinais de rádio e televisão a todos os municípios, além de jornais regulares e com conteúdo	Número de comunas com sinal de rádio e televisão	27 comunas	4 comunas

## D.2- DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

**Quadro D 6 - Agricultura, Silvicultura e Pecuária. . Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008**

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>Município</b>
2.06.01 <sup>1</sup>	Triplicar a área plantada	Total da área plantada das produções agrícolas do sector tradicional e empresarial	840 mil ha	12.039 há
2.06.02 <sup>2</sup>	Duplicar a produção agrícola	Total produzido em tonelada do sector tradicional e empresarial	1,689 milhões de ton	11.610 ton
2.06.03 <sup>3</sup>	Octuplicar o efectivo do rebanho bovino (base 2006)	Número total de cabeças do rebanho bovino do sector tradicional e empresarial	400 mil cabeças	19.896 cabeças
2.06.04 <sup>3</sup>	Octuplicar o efectivo do rebanho Caprino (base 2006)	Número total de cabeças do rebanho caprino do sector tradicional e empresarial	380 mil cabeças	79.744 cabeças
2.06.05 <sup>3</sup>	Octuplicar o efectivo do rebanho Suínos (base 2006)	Número total de cabeças do rebanho de suínos do sector tradicional e empresarial	78 mil cabeças	29.120 cabeças
2.06.06 <sup>3</sup>	Octuplicar o efectivo do rebanho de aves (base 2006)	Número total de cabeças do rebanho de aves do sector tradicional e empresarial	112 mil bicos	(A Definir)
2.06.07 <sup>3</sup>	Reflorestar regiões com maior incidência do processo de desertificação	Área total reflorestada	1.200 ha	(A Definir)

Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os município:

1 - Total estimado da área plantada em 2007 multiplicado por três.

2 - Total projectado da área plantada em 2013 multiplicada pelo dobro da produtividade estimada actual.

3 - Total estimado de cabeças em 2007 multiplicado por oito.

**Quadro D 7-** Sector: 07 – Pescas. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>município</b>
2.07.01*	Aumentar a captura de peixes	Total capturado de peixes (marítima e piscicultura)	85.000 ton	78.965 ton
2.07.02*	Aumentar a produção de peixe seco e meia cura	Total produzido de peixe seco e meia cura	30.000 ton	27.870 ton
2.07.03*	Aumentar a produção de conservas de peixe	Total de peixe transformado em conservas	7.000 ton	6.503 ton
2.07.04*	Aumentar a produção de peixe congelado	Total de peixe congelado	40.000 ton	37.160 ton
2.07.05*	Aumentar a produção de farinha de peixe	Total de farinha de peixe produzida	5.000 ton	4.645 ton
2.07.06*	Aumentar a produção de óleo de peixe	Total de óleo de peixe produzido	1.000 ton	929 ton
2.07.07*	Aumentar a produção de sal iodizado	Total de sal iodizado produzido	90.000 ton	90.000 ton
2.07.08*	Aumentar o número de associativismo no sector piscatório	Número de associados	901 associados	597 Associados

Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:

\* Meta da província distribuída proporcional à produção atual.

**Quadro D 8** Sector: 08 – Indústria e Comércio. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>Município</b>
2.08.01	Criar novos postos de trabalho no sector da Indústria e Comércio	Número de postos de trabalho criados	20.000 novos postos de trabalho	(A Definir)
2.08.02	Fomentar a indústria de transformação de produtos agrícolas.	Número de indústrias de transformação (ananás, algodão, frutas, carne e madeira)	12 indústrias	(A Definir)

**Quadro D 9** Sector: 09 – Hotelaria e Turismo. . Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008.

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>município</b>
2.09.01 <sup>1</sup>	Aumentar o número de hotéis no município	Número de camas em hotéis	4.118 camas	403 camas
2.09.02 <sup>2</sup>	Aumentar o fluxo de turistas no município	Movimentação do fluxo de turistas no município	225.000 turistas	22.059 turistas

Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:

1 - Meta estabelecida pela Direcção Provincial de Turismo e Hotelaria baseada na expectativa de crescimento da quantidade de hotéis do município.

2 - : Meta da Província distribuída proporcional à quantidade de camas projectada para 2013.

### D.3 - DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS

**Quadro D 10** Sector: 10 – Energia, Águas, Geologia e Minas. Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008.

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>município</b>
3.10.01*	Disponibilizar água e saneamento básico para todos os habitantes do município.	População do município	3,145 milhões de habitantes (população projectada)	141.505 habitantes (população projectada)
3.10.02	Aumentar o regime produtivo de energia	Horas diárias da demanda atendida	24 horas	24 horas
3.10.03	Diminuir para 30% o número de habitantes sem acesso a energia elétrica	Número total de usuários	2.201.504 usuários	99.053 usuários
Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios: *Total de habitantes do município projetado para 2013				

Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:  
 3.10.01: Total de habitantes do município projetado para 2013.

**Quadro D 11-** Sector: 11 – Urbanismo, Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. . Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>município</b>
3.11.01	Diminuir o déficite habitacional no município em 30%	Área total urbanizada	2.862 ha	186 há
		Habitações sociais construídas	85.478 habitações	5.568 habitações
		Habitantes de baixa renda beneficiados	512 mil habitantes	33408 habitantes
3.11.02	Criar zonas verdes e áreas de lazer nas novas áreas urbanizadas	Percentual reservado para zonas verdes e áreas de lazer	35%	35%

Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:

\*Meta definida no âmbito do governo Provincial de acordo com os Projectos de Investimento Público - PIP.

**Quadro D 12** Sector: 12 – Transportes, Correios e Telecomunicação- Plano de Desenvolvimento Económico e Social do município da Baía Farta 2009-2013 Versão II. Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística. -2008.

<b>Id</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Província</b>	<b>município</b>
3.12.01	Duplicar a capacidade instalada de telefonia fixa	Linhas telefônicas fixas instaladas	37.376 linhas	1.682 linhas
3.12.02*	Extender o uso da tecnologia da informação e da internet em toda a extensão do município	Comunas com possibilidade de acesso a internet	27 comunas	4 comunas

Origem dos desdobramentos das Metas Provinciais para os municípios:

\*Meta da província distribuída proporcional à total da população do município projectada para 2013

## ANEXO E - INQUÉRITO

### I - OBJECTIVO

Obter opiniões sobre a importância da geografia física e o ordenamento do território no município da Baía Farta, com base na pesquisa efectuada a partir dos seus habitantes.

### II- INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

Responda livre e cuidadosamente as questões;

Para cada questão apenas uma resposta;

Depois de respondido o questionário, analise as suas respostas.

#### A- Identificação:

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Ocupação Profissional
5. Morada
6. Grau de Instrução
7. Tempo que reside ou trabalha no município:
  - ❖ De 1 a 5 anos
  - ❖ De 5 a 10 anos
  - ❖ Mais de 10 anos

#### B - Questões

##### I - TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNICÍPIO DA BAÍA -FARTA:

Classifique de 1 (Não importante) à 5 (Muito importante)

- ❖ Reabilitação das infra-estruturas sociais. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Melhoramento do saneamento básico. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Requalificação do parque industrial. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Criação de centros de formação, de emprego e segurança social. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Desenvolvimento da actividade agro-pecuária. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Criação de zonas turísticas e de lazer. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Planos de acções conducentes à minimização gradual dos efeitos do clima. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

## II- QUALIDADE DO AMBIENTE DA BAÍA FARTA:

❖ Boa

❖ Regular

❖ Má

## III- IMPACTES

Classifique de 1 (Discordo em absoluto) à 5 (Concordo em absoluto)

### NO TURISMO:

❖ Contribui para atenuar a assimetria regional possibilitando o desenvolvimento do município. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ Turismo deficitário com poucos turistas, devido à baixa qualificação dos servidores públicos. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ Ausência de um banco de dados, oriundo do inventário turístico. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ É necessária uma reflexão sobre o ordenamento da cadeia produtiva do turismo e valorização do turismo na região. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

### NO AMBIENTE:

Classifique de 1 (Discordo em absoluto) a (concordo em absoluto)

❖ No município da Baía Farta, não existem grandes capacidades de produção que poluam o ar. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ Existe muita Poluição das praias, matas e parques. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ Observa-se alguma poluição atmosférica no período seco ao sul da cidade da Baía F 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ A principal fonte de poluição das águas superficiais e subterrâneas são as indústrias e o sector da habitação, por falta de saneamento básico. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

### NA PAISAGEM:

Classifique de 1 (Discordo em absoluto) à 5 (Concordo em absoluto)

❖ Os resíduos decorrentes da actividade pesqueira atingem alturas consideráveis, permanecendo abandonados por vários dias. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ Perda acelerada da fertilidade dos solos. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ Construção de caminhos que atravessam propriedades de forma inadequada. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

❖ O fenómeno da erosão exerce influência na modificação do relevo. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

NO EMPREGO:

Classifique de 1 (Discordo em absoluto) à 5 (Concordo em absoluto)

- ❖ Baixa qualificação profissional dos servidores públicos e da população em geral. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Insuficiência de técnicos nas empresas privadas mineiras. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Maior parte da população encontra emprego na actividade pesqueira e agropecuária. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
- ❖ Aumento da marginalidade da juventude e subemprego. 

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Obs:

I- Transformações Recentes no município da Baía – Farta:

- 1- Não Importante
- 2- Pouco Importante
- 3- Importância Razoável
- 4- Importante
- 5- Muito Importante

II- Qualidade do Ambiente da Baía - Farta:

Escolha apenas uma opção entre Boa, Regular ou Má.

III- Impactes:

- 1- Discordo em Absoluto
- 2- Não Concordo
- 3- Não Concordo nem Discordo
- 4- Concordo
- 5- Concordo em Absoluto

## ANEXO F - ENTREVISTA

(Para responsáveis e gestores do governo)

### I - Objectivo

Recolher opiniões sobre a materialização dos planos e programas directores que identifiquem as transformações ocorridas no município da Baía Farta.

### II- INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

- ❖ Escreva seu nome no fim;
- ❖ Responda livremente e se possível sugira no fim;
- ❖ Para cada pergunta dê apenas uma resposta concreta;

#### A- CARACTERIZAÇÃO

- ❖ Planos e programas directores aplicados no município.
- ❖ Aderência da população aos programas e planos do governo.

#### B- QUESTÕES

- 1- Quantos planos já foram implementados ao nível local, visando o desenvolvimento sustentável?
- 2- Estes planos têm sido cabalmente cumpridos? Justifique
- 3- O que a população do município acha sobre a implementação do desenvolvimento sustentável?
- 4- Que transformações se registaram no município da Baía Farta nos últimos anos?
- 5- Até que ponto estas transformações têm contribuído para a sustentabilidade da região?
- 6- Que medidas se têm posto em prática para melhorar a qualidade do ambiente no Município da Baía Farta?
- 7- Que impactes se têm verificado no turismo, no ambiente, na paisagem, no emprego e na pesca?

Nome \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_